



Relatório Anual 2016

ANO FINANCEIRO

Fó-liman ba malu hodi hadi'a ita-nia futuru
Dar as mãos para construir um futuro melhor



Relatorio Annual

2016

A N O F I N A N C E I R O



Apresentação



1 Evolução da economia internacional

1.1. Economia mundial e Asiática	
1.1.1. O crescimento económico nas principais economias	12
1.1.2. A evolução da inflação nas principais economias	14
1.1.3. Mercados de commodities	15
1.1.4. Mercados financeiros de referência	15
1.2. Quadro económico no espaço asiático	17
1.3. Canais de transmissão para Timor-Leste	21
1.3.1. Inflação importada	21
1.3.2. Mercados energéticos e as receitas petrolíferas	21
1.3.3. Mercados financeiros e o fundo petrolífero	24



2 Evolução recente da economia nacional

2.1. Setor Real	30	2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	50
2.1.1. Produção, despesa e actividade económica	30	2.5. Balança de Pagamentos	52
2.1.2. Preços e Inflação	34	2.5.1. Conta Corrente	53
2.2. Finanças Públicas	36	2.5.1.1. Conta de Bens	54
2.2.1. Programa Orçamental Para 2016	36	2.5.1.2. Conta Parcial de Serviços	56
2.2.2. Execução do Orçamento em 2016	36	2.5.1.3. Conta Parcial de Rendimentos Primários	57
2.2.2.1. Receitas	36	2.5.1.4. Conta Parcial de Rendimentos Secundários	57
2.2.2.2. Despesa	37	2.5.2. Fluxos Financeiros	58
2.2.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	40	2.6. Desenvolvimento do Sistema Bancário em Timor-Leste	59
2.3. Sector Monetário e Cambial	42	2.6.1. Estrutura Patrimonial	59
2.3.1. Base Monetária (BM)	42	2.6.1.1. Evolução e Estrutura do Activo	59
2.3.2. Taxa de Juro	42	2.6.1.2. Passivo	61
2.3.3. Taxa de Câmbio	44	2.6.1.3. Rentabilidade	64
2.3.4. Massa Monetária	44	2.6.1.4. Serviços de Transferência	64
2.3.5. Crédito à Economia	47	2.6.1.4.1. Serviços de Transferência de Dinheiro (MTS)	64
2.3.6. Indicadores de Aprofundamento Financeiro	49	2.6.1.4.2. Operadores de Transferência de Dinheiro (MTO)	65
2.4. Sector Externo	49		
2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas (RIL)	49		



3 O BCTL: Missão e mandato principal, organização e governação, e actividades

3.1. Principais mandatos e funções	69	Caixa 3. Implementação de Estratégias Nacionais do Programa da Educação Financeira	86
3.2. Organização e governação do BCTL	70	Caixa 4. Implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor- Leste	90
3.3. As actividades do BCTL em 2016	72	Caixa 5. Assinatura de memorando de entendimento	100
3.3.1. Sistema Nacional de Pagamento	74	Caixa 6. Reuniões e Encontros	102
3.3.1.1. Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária	74	3.3.2.1. Seguradoras	104
3.3.1.2. O Sistema SWIFT e RTGS (R-Timor)	75	3.3.3. Gestão do Fundo Petrolífero	105
3.3.1.3. Banca Electrónica	76	3.3.4. Reforço institucional	107
Caixa 1. Inclusão financeira	79	3.3.5. Pessoal e programa de formação	108
3.3.1.4. Importação e exportação de moeda	80	3.3.6. Relações externas	111
Caixa 2. O desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos	82	Caixa 7. Plano de Acção do BCTL para 2017	112
3.3.2. Sistema financeiro e serviços bancários	85	Organização interna do BCTL a 31 de Dez 2016	112
3.3.2.1. Licenciamento e regulação do sistema financeiro	85		



4 Informações financeiras sobre o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2016

4.1. Declaração de Conformidade	121
4.2. Demonstração de Posição Financeira	122
4.3. Demonstração de Rendimento Integral	123
4.4. Demonstração de Alterações no Capital Próprio	124
4.5. Demonstração de Fluxos de Caixa	125
4.6. Notas às Demonstrações Financeiras	126
4.7. Relatório dos Auditores independentes	154

Gráficos

1.1.	Crescimento do PIB real – nos 3 blocos	12
1.2.	Crescimento do PIB real – regiões seleccionadas	12
1.3.	Crescimento do PIB – 4 maiores economias	13
1.4.	Taxas de inflação – 5 economias seleccionadas	14
1.5.	Preços das principais commodities - % variação anual	15
1.6.	Taxas de juro das obrigações a 2 anos	16
1.7.	Taxas de juro das obrigações a 10 anos	16
1.8.	Principais moedas face ao dólar EUA	16
1.9.	Principais índices accionistas mundiais	16
1.10.	PIB – taxas de crescimento	17
1.11.	Taxas de inflação - médias anuais em %	17
1.12.	Taxa de câmbio – variação % face ao USD	19
1.13.	Taxas obrigações do tesouro a 2 anos	19
1.14.	Contas corrente em % do PIB	20
1.15.	Saldo orçamentais em % do PIB	20
1.16.	Inflação doméstica e externa - % ano	22
1.17.	Taxas de inflação regional - % ano em USD	22
1.18.	Moedas asiáticas face ao dólar - % ano	23
1.19.	Taxas de inflação externas - % moeda local	23
1.20.	Preços de energia spot – 2011 Dez = 100	24
1.21.	Preços da energia spot – variação % ano	24
1.22.	Taxas de juro 2 anos - % ano	26
1.23.	Taxas de juro 10 anos - % ano	26
1.24.	Mercados accionistas – 2012 Dez = 100	27
1.25.	Moedas face ao USD – 2012 Dez = 100	27
2.1.	Crescimento anual do PIB real e as suas composições; optica da despesa e da produção	30
2.2.	Estrutura do PIB por sectores (%)	31
2.3.	Crescimento do PIB real e indicador económico	32
2.4.	Indicador de actividade económico	33
2.5.	Inflação (Dili): taxa de variação	35
2.6.	Inflação (Dili): taxa variação anual; contributos em pontos..	35
2.7.	Evolução das Receitas Fiscais	37
2.8.	Evolução das Despesas Corrente	38
2.9.	Fontes de Financiamento do Défice	40
2.10.	Taxas de Juro dos Empréstimos e dos Depósitos	42
2.11.	Taxas de Câmbio Nominais	44
2.12.	O crescimento do agregado monetário	45
2.13.	M2 e os seus componentes	45
2.14.	Peso dos Depósitos por Titularidade	46
2.15.	Crédito por Sector de Actividade - Dez 2016	48
2.16.	O crescimento do agregado monetário: em % do PIB	49
2.17.	Reservas Internacionais Líquidas	50

2.18.	Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real	50
2.19.	Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real; bilateral	51
2.20.	Conta Corrente da Balança de pagamentos	53
2.21.	Conta Parcial de Bens	54
2.22.	Conta Parcial de Serviços	56
2.23.	Conta Parcial de Rendimentos Primários	57
2.24.	Evolução do Activo de Sistema Bancário	60
2.25.	Estrutura do Activo	60
2.26.	Estrutura do Passivo Elegível	62
2.27.	Evolução dos depósitos	62
2.28.	Estrutura dos Depósitos	63
2.29.	Estrutura dos Depósitos de residentes	63
2.30.	Transfeência para o/ e proveniente do Exterior	65
3.1.	Caixas de Pagamento Automático	77
3.2.	Terminais de Pagamento Automático	77
3.3.	Contas Bancárias	78
3.4.	Transacções de Moeda	80
3.5.	Desempenho do negócio de Seguro	104
3.6.	Evolução dos Ativos do Fundo Petrolífero	105
3.7.	Carreiras Profissionais	108
3.8.	Número de funcionários que participaram em formações	110
3.9.	Número dos Dias de Treinamento e Workshops	111

Quadros

2.1.	Inflação: Produtos com maior variação anual (%) – Dili	35
2.2.	Orçamento do Estado e Execução	36
2.3.	Detalhes de orçamento de infraestrutura (milhões de USD)	39
2.4.	Taxa de juro média ponderada dos Bancos Comerciais (%)	43
2.5.	Principais factores de variação da Massa Monetária (M2)	47
2.6.	Evolução do Crédito à Economia	47
2.7.	Balança de Pagamentos	53
2.8.	Exportações por países	55
2.9.	Importações por países	55
2.10.	Importações por tipo de produtos	56
2.11.	Fontes de financiamento	58
2.12.	Estrutura do Activo da Banca Comercial	61
2.13.	Resultados das actividades Bancárias	64
3.1.	Transacções na CEL de Dili	74
3.2.	Pagamentos Nacionais e Internacionais	75
3.3.	Entradas e Saídas de Transferências (SWIFT)	76
3.4.	Transacções em Moeda e não em Moeda	77
3.5.	Movimento da Moeda	81
3.6.	Desempenho de Microseguro	105

APRESENTAÇÃO

“ O Relatório anual do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) sintetiza e apresenta a evolução económica nacional e internacional em 2016, assim como o conjunto de actividades desenvolvidas pelo BCTL ao longo do ano.



A Lei Orgânica do Banco Central estabelece e enquadra os deveres de reporte anual do Banco Central face ao Presidente da República, Parlamento Nacional, Primeiro Ministro e ao Ministro das Finanças. O relatório é composto por duas grandes secções, designadamente, a análise do panorama económico nacional e internacional e a apresentação do relatório de actividades do Banco, incluindo também a informação financeira relevante.

O Relatório anual do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) sintetiza e apresenta a evolução económica nacional e internacional em 2016, assim como o conjunto de actividades desenvolvidas pelo BCTL ao longo do ano. A Lei Orgânica do Banco Central estabelece e enquadra os deveres de reporte anual do Banco Central face ao Presidente da República, Parlamento Nacional, Primeiro Ministro e ao Ministro das Finanças. O relatório é composto por duas grandes secções, designadamente, a análise do panorama económico nacional e internacional e a apresentação do relatório de actividades do Banco, incluindo também a informação financeira relevante.

Em 2016, a economia mundial registou um aceleramento em termos de crescimento (3.6%), face aos níveis médios registados nos últimos 3 anos, prolongando a recuperação económica da crise financeira mundial de 2008-2009. O ritmo de crescimento das economias mais desenvolvidas manteve-se sólido em 2016, acima de 2%, enquanto que a aceleração do crescimento das economias menos desenvolvidas (4.5% em 2016) explicou a maior parte do aceleramento do crescimento mundial. Em termos de regiões, a Ásia continuou a liderar em termos de crescimento (6.3%) e a América Latina a região que menos cresceu em 2016 (2.3%), apesar de esta última ter registado uma recuperação assinalável face a 2015. O crescimento para o conjunto das 5 maiores economias da ASEAN acelerou

para 5.3%, o que representa o ritmo de crescimento mais forte para a região desde 2013. A América Latina recuperou substancialmente da queda verificada em 2015 (0%), beneficiando da recuperação dos preços internacionais das principais commodities mundiais face a 2015.

Para 2017 e 2018, o FMI prevê uma nova aceleração da economia mundial, sustentada pelo dinamismo do crescimento no bloco emergente e manutenção de um crescimento acima de 2% nos países mais desenvolvidos. Para os mesmos anos, o FMI prevê uma aceleração dos níveis de crescimento na América Latina e ASEAN, com as restantes regiões a manterem ritmos de expansão robustos. Em 2016 assistiu-se a uma ligeira aceleração das taxas de inflação nas principais economias mundiais, com particular destaque para os EUA e UE, cuja taxas médias anuais de inflação subiram para cerca de 1%, face aos valores nulos (0%) registados em 2015.

Em termos dos mercados financeiros internacionais, as taxas de juro a 2 anos, mais sensíveis a alterações de política monetária continuaram a exibir em 2016 uma clara divergência das políticas entre as 3 maiores economias mundiais, com os mercados a incorporarem gradualmente, em 2016, o impacto da subida de taxas de política nos EUA, prosseguida em 2016, e a implementação de taxas directoras negativas na União Europeia e Japão. No que se refere às taxas de juro a 10 anos, também se observou o mesmo tipo de divergência, com as taxas nos EUA a 10 anos a subirem ligeiramente em 2016, face à continuada descida das taxas com esta maturidade na Europa e Japão. Em ambos os 2 e 10 anos, as taxas de juro norte-americanas subiram e mantiveram-se em níveis bastante superiores aos verificados na zona-euro e Japão, em resultado da melhor performance da economia dos EUA nos últimos anos, que acabou por justificar a continuação da subida de taxas pelo FED em 2016. Naturalmente, a evolução dos mercados obrigacionistas,

Mensagem do GOVERNADOR

em conjunto com os desenvolvimentos económicos já analisados, determinaram também grande parte dos desenvolvimentos registados nos principais mercados cambiais e accionistas mundiais. A continuada divergência das orientações de política monetária entre os EUA e a U.E. ajudaram a justificar a continuada apreciação do dólar norte-americano face ao euro em 2016.

No espaço económico Asiático, os níveis de crescimento mantiveram-se robustos na região em 2016, com a taxa média de crescimento a rondar os 4.5%, sendo, contudo, de destacar a desaceleração do crescimento na China e Tailândia. No que se refere à inflação, em média, a região registou taxas da ordem dos 1.6%, sendo de destacar que a economia Indonésia continuou a manter um elevado nível de inflação, mas bastante menor do que em 2015, em grande parte, fruto da desvalorização histórica da rupia face ao dólar. A manutenção do dinamismo económico na região em 2016, em conjunto com a depreciação das moedas regionais face ao dólar, mas a um ritmo menor do que em 2015, continua a explicar a continuada moderação do nível de inflação regional, quando medido em dólares norte-americanos.

Em termos da economia nacional, não obstante a manutenção de taxas de crescimento positivas entre 2014 e 2016, tendo por base os dados do indicador de actividade económica do BCTL, a economia doméstica deve ter continuado a registar um abrandamento substancial face aos ritmos de expansão verificados entre 2008 e 2011 (com taxas médias de 11% ano). Se bem que parte desta desaceleração tenha resultado do abrandamento do ritmo de aumento da Despesa Pública, resultando positivamente na estabilização das pressões inflacionistas domésticas, a evolução económica dos últimos 4 anos revela também que a nossa economia continua altamente dependente das políticas e programas de despesa pública, continuando a adiar-se a concretização de um processo de desenvolvimento e de investimento liderado pelo sector privado.

Durante o ano de 2016, a taxa de inflação doméstica, calculada com base no índice de preços ao consumidor (IPC) pela DGE, manteve-se sempre negativa, com excepção de Dezembro. Em termos de médias anuais, os dados do IPC de Díli revelam que a taxa de inflação anual se manteve em 0,4% e -1,6%, em 2015 e 2016, respectivamente. O abrandamento significativo da inflação em 2016, que perpetuou a tendência registada desde 2014, continuou a dever-se, maioritariamente, à descida substancial da inflação externa nos últimos anos face à média da última década, decorrente da apreciação do dólar face às moedas dos parceiros económicos de Timor Leste e da descida substancial dos preços internacionais das “commodities”. A depreciação das divisas regionais resultou, assim, na diminuição do preço dos bens e serviços importados dos principais parceiros comerciais do nosso país. Este efeito foi ainda reforçado pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico doméstico nos últimos anos, quando comparado com os substanciais níveis de crescimento verificados entre 2008 e 2013.

Em termos orçamentais, o Sector Público continua a registar um elevado défice orçamental, com as receitas não petrolíferas a financiarem apenas uma parte reduzida do total da despesa pública realizada. Esta tendência, que se deverá continuar a manter nos próximos anos, tendo em conta as previsões do OGE de 2017, resulta, sobretudo, da política de “front loading” do investimento público alocado a projectos específicos de grande envergadura, mas também do aumento da despesa pública corrente.

No quadro externo, a redução substancial das receitas petrolíferas em 2016, resultado da descida nos níveis de produção petrolífera no mar de Timor e do preço internacional do petróleo, resultaram numa substancial deterioração da posição externa do nosso país. Os dados provisórios relativos a transacções comerciais entre Timor-Leste e os seus parceiros em 2016, permitiram-nos apurar um défice corrente de 697.3 milhões de USD (incluindo as receitas petrolíferas), ou cerca de 54,4% do PIB não petrolífero. Este saldo representa um agravamento do défice em 392%,

ou de 936 milhões de USD relativamente a 2015. A persistente redução do rendimento dos recursos explorados no Mar de Timor (impostos e royalties) e a manutenção dos elevados níveis de importações de bens e serviços são os determinantes principais da deterioração de défice da conta corrente da balança de pagamento de Timor-Leste ao longo dos últimos anos. Contudo, de uma forma negativa, a conta corrente (incluindo as receitas petrolíferas) registou o seu primeiro défice externo global em 2016.

Em termos da actividade anual do BCTL, o Banco continua activamente empenhado em promover a estabilidade monetária e financeira, tendo desenvolvido iniciativas particularmente relevantes neste contexto. Uma das principais actividades desenvolvidas pelo BCTL durante o período foi na continuação da implementação do Plano Diretor para o Sector Financeiro em Timor-Leste, materializado na organização de um programa de treinamento de literacia financeira, que abrangeu várias escolas primárias e que contou com a participação de 14 professores de 12 municípios, incluindo Ainaro, Aileu, Baucau, Bobonaro, Díli, Ermera, Lautem, Liquiça, Manatuto, Manufahi, Viqueque e Oé-Cusse Ambeno, de 7 a 11 de Março de 2016. No âmbito da celebração do dia nacional de poupança, o BCTL organizou diversas actividades e competições antes do evento, entre os dias 4 e 7 de outubro de 2016, com o tema “poupa agora para um futuro melhor”, envolvendo todas as escolas primárias do Município de Liquiça. A celebração do segundo aniversário do dia nacional de poupança, no Município de Liquiça a 29 de Novembro de 2016, contou com a participação de cerca de 1.200 pessoas, incluindo alunos e professores de Escolas Primárias de 3 submunicípios de Liquiça, designadamente Liquiçá, Maubara e Bazartete.

O Banco Central continuou a actuar de uma forma consistente, a suportar o desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos, a manter sempre uma reserva de liquidez suficiente para atender às necessidades de pagamentos pecuniários e assegurar o pleno funcionamento das transacções interbancárias

através do sistema automático nacional de “câmara de compensação” e do Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS) – o R-Timor (inaugurado em 2015). No que diz respeito ao sistema bancário Timorense, a informação disponível mostra que o mesmo se manteve estável e sólido, o que se traduz na manutenção de elevados níveis de liquidez e de provisões para riscos de crédito e na continuação de elevados níveis de crescimento dos activos bancários, que aumentaram 23,8% em 2016 para um total de 1.149 milhões de USD.

No exercício económico de 2016, as contas do BCTL indicam um resultado líquido positivo de 698 mil USD, gerado, essencialmente, por operações financeiras, nomeadamente da taxa de gestão do Fundo Petrolífero e de juros das aplicações efectuadas.

O BCTL continuou a trabalhar com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero, de forma a manter uma posição activa e informada nas discussões continuadas sobre a estratégia de gestão do Fundo Petrolífero.

O Banco continua a manter a sua aposta forte na formação do pessoal, afectando recursos financeiros significativos para este fim. Isto tem-se reflectido positivamente na qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, reconhecidamente uma das que melhor funciona no país.

Finalmente e como vem sendo usual, resta-me, como Governador do BCTL, agradecer a todos os funcionários do Banco Central, aos nossos parceiros de actividade ou interlocutores em vários momentos, que continuaram a contribuir activamente para a consolidação do Banco Central e o desenvolvimento económico do nosso País.



Abraão de Vasconcelos,
Governador

Dili, 28 de Abril de 2017

Evolução da ECONOMIA INTERNACIONAL



1

Este capítulo descreve sumariamente a evolução dos principais blocos económicos mundiais em 2016, assim como das economias dos parceiros económicos mais importantes de Timor Leste, em conjunto com as tendências mais relevantes, para a nossa economia, dos mercados financeiros e de commodities mundiais.



Tomando por base esta sucinta descrição, o capítulo analisa depois os principais canais de transmissão da evolução externa e os desenvolvimentos da economia doméstica, extraíndo as influências observadas em 2016 e as perspectivas esperadas para 2017.

... as economias da ASEAN também mantiveram um nível de crescimento robusto.

Em termos de regiões, a Ásia continuou a liderar em termos de crescimento (6.3%) e a América Latina a região que menos cresceu em 2016 (2.3%), apesar de esta última ter registado uma recuperação assinalável face a 2015. O crescimento para o conjunto das 5 maiores economias da ASEAN acelerou para 5.3%, o que representa o ritmo de crescimento mais forte para a região desde 2013. A América Latina recuperou substancialmente da queda verificada em 2015 (0%), beneficiando da recuperação dos preços internacionais das principais commodities mundiais face a 2015. Para 2017 e 2018, o FMI prevê uma aceleração dos níveis de crescimento na América Latina e ASEAN, com as restantes regiões a manterem ritmos de expansão robustos.

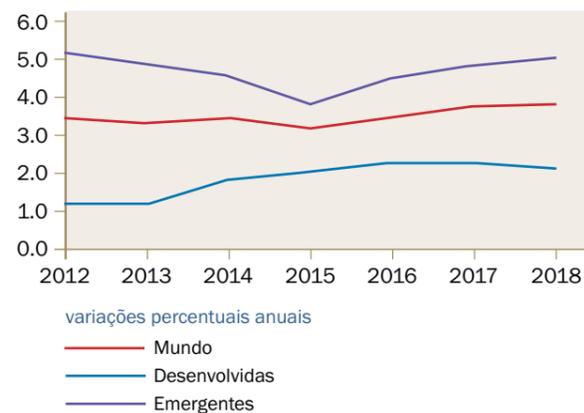
1.1. Economia Mundial e Asiática

1.1.1. O crescimento económico nas principais economias

A economia mundial continuou a recuperar em 2016 e deverá manter-se robusta em 2017 e 2018.

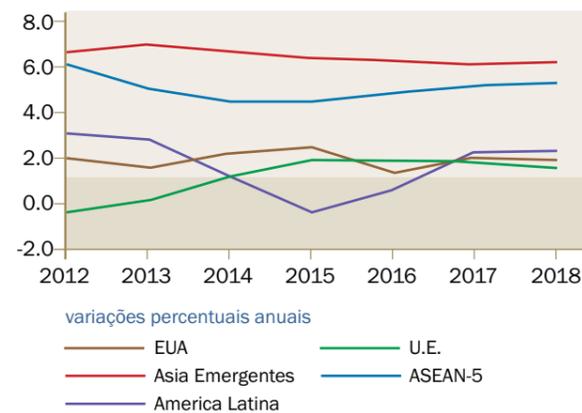
Em 2016, a economia mundial registou um aceleração em termos de crescimento (3.6%), face aos níveis médios registados nos últimos 3 anos, prolongando a recuperação económica da crise financeira mundial de 2008-2009. O ritmo de crescimento das economias mais desenvolvidas manteve-se sólido em 2016, acima de 2%, enquanto que a aceleração do crescimento das economias menos desenvolvidas (4.5% em 2016) explicou a maior parte do aceleração do crescimento mundial. Para 2017 e 2018, o FMI prevê uma nova aceleração da economia mundial, sustentada pelo dinamismo do crescimento no bloco emergente e manutenção de um crescimento acima de 2% nos países mais desenvolvidos.

Gráfico 1
Crescimento do PIB real - nos 3 blocos



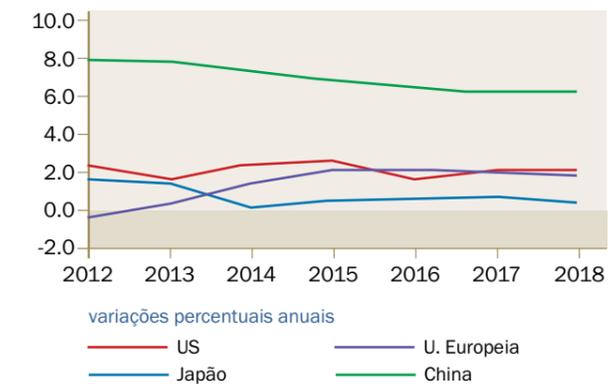
Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2016

Gráfico 2
Crescimento do PIB - Regiões Seleccionadas



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2016

Gráfico 3
Crescimento do PIB - 4 Maiores Economias Mundiais



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2016

Por último, a comparação da performance das 4 principais economias mundiais – E.U.A., U.E., Japão, China - revela que a China continuou a desacelerar em 2016, perspectivando-se uma gradual e ligeira desaceleração para 2017 e 2018, e que os E.U.A. registaram uma ligeira desaceleração em 2016 (1.6%). O Japão continuou a registar níveis de crescimento bastante inferiores aos dos E.U.A. e U.E.. Em linha com as já referidas previsões do FMI, as 4 principais economias mundiais deverão manter os respectivos níveis de crescimento em 2017 e 2018, perspectivando-se a continuação de uma expansão das respectivas economias em torno dos níveis de crescimento potenciais.

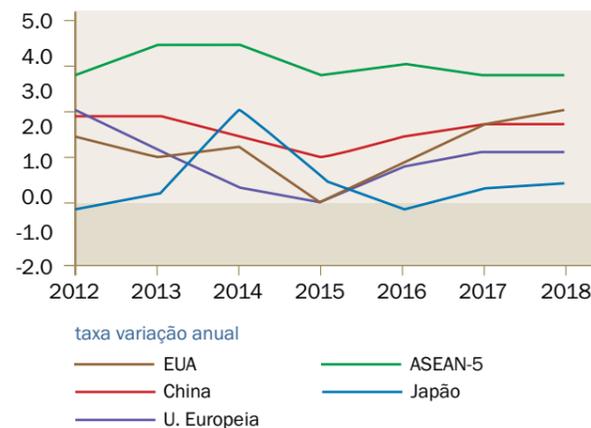
Evolução da ECONOMIA INTERNACIONAL

1.1.2. A evolução da inflação nas principais economias

As pressões inflacionistas subiram ligeiramente em 2016....

Em 2016 assistiu-se a uma ligeira aceleração das taxas de inflação nas principais economias mundiais, com particular destaque para os EUA e UE, cuja taxas medias anuais de inflação subiram para cerca de 1%, face aos valores nulos (0%) registados em 2015.

Gráfico 4
Taxas de Inflação - 5 Economias Seleccionadas



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2016

.... em função da manutenção dos ritmos de crescimento das principais economias e recuperação parcial nos preços das commodities.

A recuperação gradual da inflação deveu-se sobretudo à subida dos preços das principais commodities mundiais em 2016, com destaque para a subida dos preços energéticos face aos valores deprimidos de 2015. Para 2017 e 2018, o FMI antevê um cenário de estabilidade das pressões de preços nas principais economias, destacando-se uma nova aceleração da inflação nos EUA, que resulta da manutenção de níveis de crescimento sólidos, em simultâneo com a inexistência de um défice do PIB face ao seu nível potencial (“output gap” nulo).

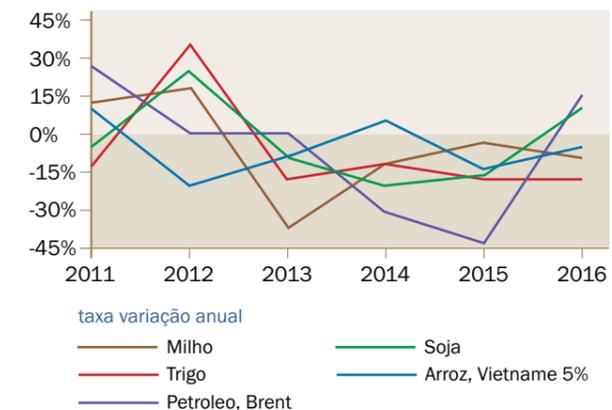
Será interessante salientar que o FMI espera que as economias Japonesa e da UE continuem a registar taxas de inflação inferiores às dos EUA, dada a prolongação de um ciclo de crescimento anémico incapaz de evitar o subemprego de recursos e força de trabalho e, consequentemente, em pressões negativas em termos dos níveis de preços para a economia Europeia e Japonesa. De facto, as preocupações com um nível de emprego estruturalmente baixo e a inexistência de pressões inflacionistas continuou a substanciar o prolongamento de medidas de política monetária extraordinárias pelo BCE ao longo de 2016, designadamente, a continuação do substancial programa de compra de títulos obrigacionistas europeus e a manutenção de taxas de juro directoras negativas. O Japão, pese embora, continue a adoptar um conjunto de medidas monetárias altamente expansionistas, continuou a registar níveis de inflação anémicos, em torno dos níveis registados na última década.

Os preços das matérias primas recuperaram parcialmente das quedas registadas em 2015....

1.1.3. Mercados de Commodities

Nos mercados de commodities, 2016 ficou marcado pela recuperação dos preços internacionais dos inputs enegerticos e metais industriais, face às substanciais descidas de 2015, e pela continuada descida dos preços dos bens alimentares. Conforme se mostra em baixo, o preço de um conjunto de bens alimentares voltou a registar descidas médias anuais idênticas à dos últimos 3 anos, prolongando o ciclo de descida dos preços. Pelo contrario, o preço do petróleo e de outras fontes energéticas, recuperou parte do terreno perdido em 2015, mas os preços internacionais continuam substancialmente abaixo das medias de preços verificadas na ultima década. Tendo em conta que as principais economias mundiais apresentaram níveis de crescimento robustos em 2016, a ligeira recuperação dos preços dos inputs energéticos e metais industriais justifica a ja referida ligeira recuperação das pressões inflacionistas nas respectivas economias. Para as economias exportadoras destes bens, tipicamente países em vias de desenvolvimento, a recuperação dos preços internacionais representa um estímulo positivo sobre os seus rendimentos e, consequentemente, sobre as suas economias. Um exemplo claro desta situação corresponde naturalmente a América Latina e à Rússia, que beneficiaram da recuperação dos preços das commodities energéticas e metais em 2016. Pelo contrário, a continuada descida dos preços de bens alimentares, arroz, milho e trigo, representa um choque negativo para os países que mais exportam este tipo de mercadoria.

Gráfico 5
Preços das Principais Commodities



Fonte: Banco Mundial, Commodities Datasheet, Fevereiro 2017

.... suportando a recuperação das economias exportadoras deste tipo de produtos.

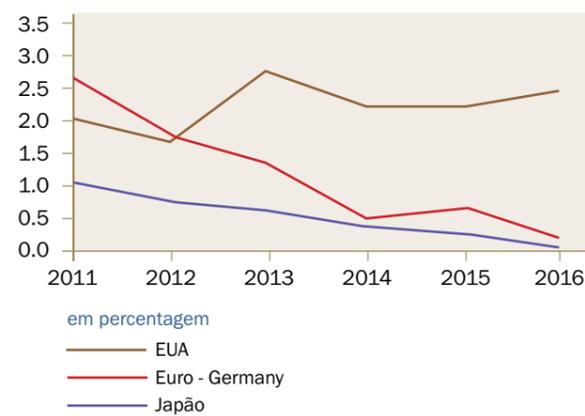
1.1.4. Mercados Financeiros de Referência

As taxas de juro a 2 anos subiram nos EUA e desceram na zona euro e no Japão....

Em termos de mercados financeiros, começamos por analisar a evolução dos principais mercados obrigacionistas, designadamente os de títulos do Tesouro, que permitem aferir a evolução, e expectativas de evolução, das políticas monetárias das várias economias, assim como dos respectivos ritmos de crescimento e expectativas inflacionistas. As taxas de juro a 2 anos, mais sensíveis a alterações de política

monetária continuaram a exibir em 2016 uma clara divergência das políticas entre as 3 maiores economias mundiais, com os mercados a incorporarem gradualmente, em 2016, o impacto da subida de taxas de política nos EUA, prosseguida em 2016, e a implementação de taxas directoras negativas na União Europeia e Japão. No que se refere às taxas de juro a 10 anos, também se observou o mesmo tipo de divergência, com as taxas nos EUA a 10 anos a subirem ligeiramente em 2016, face à continuada descida das taxas com esta maturidade na Europa e Japão. Em ambos os 2 e 10 anos, as taxas de juro norte-americanas subiram e mantiveram-se em níveis bastante superiores aos verificados na zona-euro e Japão, em resultado da melhor performance da economia dos EUA nos últimos anos, que acabou por justificar a continuação da subida de taxas pelo FED em 2016.

Gráfico 7
Taxas de Juro das Obrigações a 10 Anos

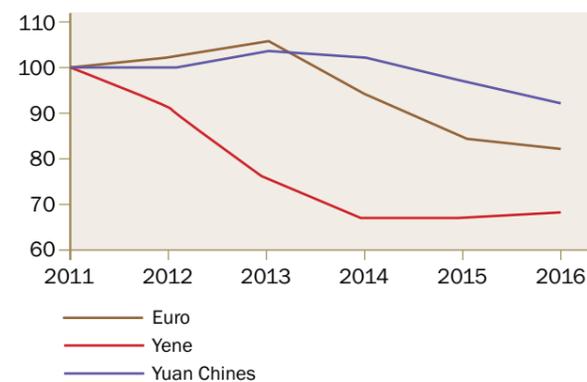


Fonte: Bloomberg

.... o que resultou na continuada apreciação do dólar norte-americano face ao euro e iene

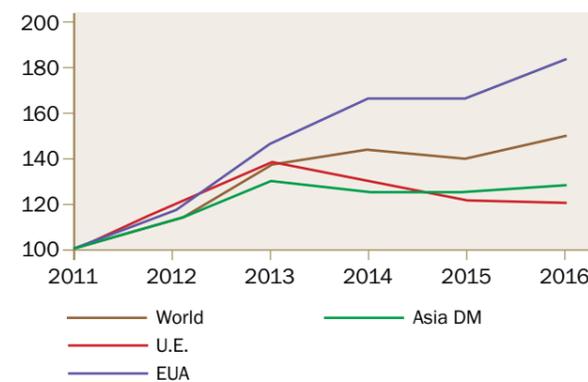
Naturalmente, a evolução dos mercados obrigacionistas, em conjunto com os desenvolvimentos económicos já analisados, determinaram também grande parte dos desenvolvimentos registados nos principais mercados cambiais e accionistas mundiais. Por um lado, a divergência das orientações de política monetária entre os EUA e a U.E. ajudaram a justificar a continuada apreciação do dólar norte-americano face ao euro em 2016.

Gráfico 8
Principais Moedas face ao \$ Dolar EUA. 2011=100; descida implica depreciação



Fonte: Google

Gráfico 9
Principais Índices Accionistas Mundiais cotados em dólares. 2011=100



Fonte: Google

Os principais mercados accionistas mundiais continuaram a registar divergências em 2016.

Por outro lado, o mercado accionista do EUA registou ganhos assinaláveis em 2016, beneficiando da forte recuperação depois da conclusão das respectivas eleições Presidenciais, continuando a cotar-se acima dos demais principais mercados mundiais, beneficiando da melhor performance da respectiva economia. Em 2016, conforme se mostra em cima, é claro que o mercado accionista dos EUA ultrapassou os ganhos verificados nos restantes mercados accionistas mundiais, beneficiando da respectiva performance económica, mas também da melhoria e reforço das expectativas quanto à introdução de medidas de estímulo fiscal e orçamental pela nova Presidência norte-americana. Estas expectativas traduziram-se na elevação das valorizações correntes das empresas norte-americanas, visto que os investidores esperam agora maiores lucros futuros para os seus respectivos negócios.

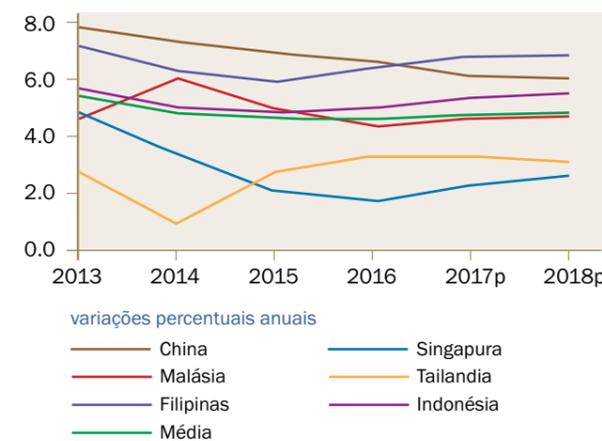
1.2. Quadro Económico no Espaço Asiático

Depois de sintetizado o quadro macroeconómico das principais economias mundiais, será também relevante aprofundar a análise dos desenvolvimentos económicos no espaço Asiático, em particular da ASEAN, dado que os principais parceiros económicos de Timor-Leste se situam nesta região. A nossa análise incide, sobretudo, sobre as 5 maiores economias da ASEAN e a China, cuja economia assume cada vez maior relevância regional e mundial, porque são estes os principais parceiros da nossa economia. Por sua vez, destas 6 economias, a Indonésia é o principal parceiro de Timor-Leste, o que justifica alguns comentários específicos à sua evolução.

O crescimento económico na ASEAN manteve-se robusto, em 2016....

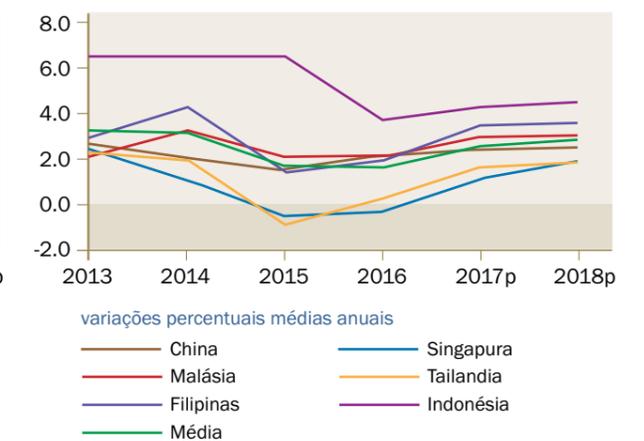
Em termos dos 2 principais indicadores macroeconómicos, crescimento do PIB e taxas de inflação, os níveis de crescimento mantiveram-se robustos na região em 2016, com a taxa média de crescimento a rondar os 4.5%, sendo, contudo, de destacar a desaceleração do crescimento na China e Tailândia. No que se refere à inflação, em média, a região registou taxas da ordem dos 1.6%, sendo de destacar que a economia Indonésia continuou a manter um elevado nível de inflação, mas bastante menor do que em 2015, em grande parte, fruto da desvalorização histórica da rupia face ao dólar.

Gráfico 10
Taxas de Crescimento do PIB



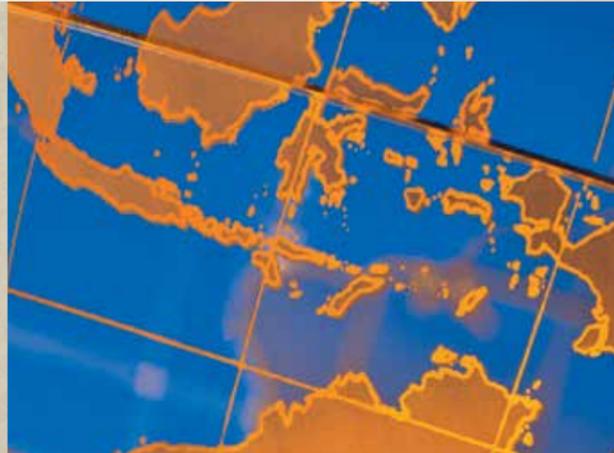
Fonte: IMF WEO

Gráfico 11
Taxas de Inflação



Fonte: IMF WEO

Evolução da ECONOMIA INTERNACIONAL



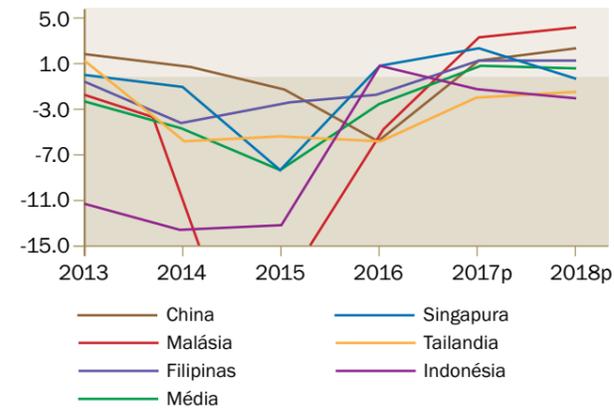
.... enquanto as pressões inflacionistas se mantiveram controladas..

Conclui-se, assim, que a manutenção do dinamismo económico na região em 2016, em conjunto com a depreciação das moedas regionais face ao dólar, mas a um ritmo menor do que em 2015, continua a explicar a continuada moderação do nível de inflação regional, quando medido em dólares norte-americanos.

Registou-se ainda a continuação da depreciação das divisas regionais face ao dólar....

A evolução dos determinantes macroeconómicos ajuda a explicar, como aliás também é explicada, pelos desenvolvimentos registados nos 2 principais mercados financeiros, o cambial e obrigacionista. Em termos cambiais, 2016 foi também marcado pela depreciação generalizada das divisas regionais face ao dólar, resultante do anúncio de eliminação gradual das políticas monetárias expansionistas nos E.U.A. A media das variações cambiais das divisas da região face ao dólar foi de -3% em 2016, mas o FMI prevê que as divisas regionais voltem a registar ganhos face ao dólar em 2017 e 2018, o que contribuirá, a materializar-se este cenário, para elevar as pressões inflacionistas na região e, sobretudo, para os bens importados pelo nosso país.

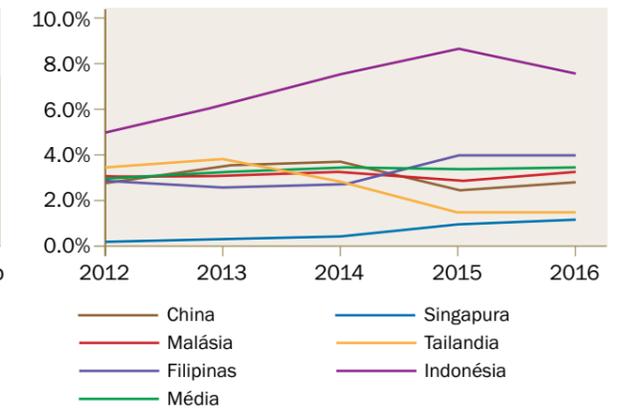
Gráfico 12
Taxas de Câmbio - Variação % face ao USD



Fonte: IMF WEO

.... com as taxas de juro a 2 anos estaveis, excepto a da Indonésia que registou a primeira descida em 5 anos.

Gráfico 13
Taxas Obrigações do tesouro a 2 anos



Fonte: ADB

As taxas de juro dos mercados obrigacionistas, aqui representados com base nos títulos a 2 anos, mantiveram-se geralmente estáveis na região, constituindo a Indonésia a única excepção. No caso da Indonésia, as taxas de juro inverteram a tendência de subida registada desde 2011, depois o respectivo banco central ter respondido com a subida de taxas directoras e conseguido reduzir as pressões inflacionistas na economia, assim como o respectivo défice externo.

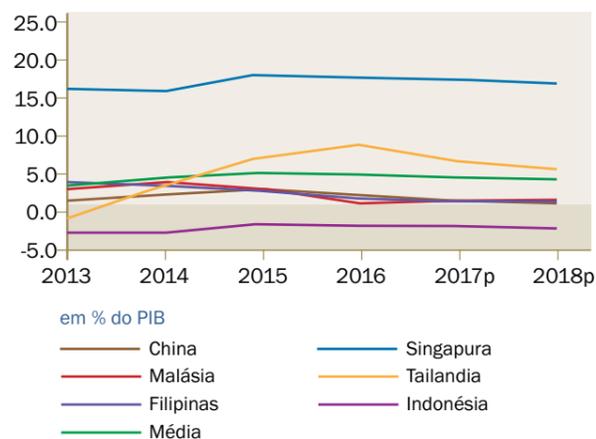
As contas externas mantiveram-se superavitárias, com a excepção da Indonésia

No que se refere ao equilíbrio das contas externas e das contas públicas, podemos concluir que a maior parte dos parceiros continuou a manter excedentes externos substanciais em 2016, com excepção da Indonésia, que manteve um défice da conta externa corrente em -2.5%. Sendo a Indonésia um país exportador de matérias-primas, sobretudo energéticas e metais industriais, a descida dos preços internacionais destas "commodities" nos últimos 2 anos resultou num choque substancialmente negativo para a sua economia, exigindo políticas macroeconómicas restritivas mais fortes para conter o dinamismo da procura

doméstica, corrigir o défice externo e conter a depreciação da rupia face ao dólar. Em termos dos saldos orçamentais, 2016 foi caracterizado por um ligeiro aumento dos défices públicos na região, destacando-se a tendência negativa de Singapura, ao longo dos últimos anos. As 2 exceções regionais continuam a ser Singapura, pela positiva (+2.4%) e a Malásia, pela negativa, cujo défice público ascendeu a -3.4% em 2016.

Gráfico 14

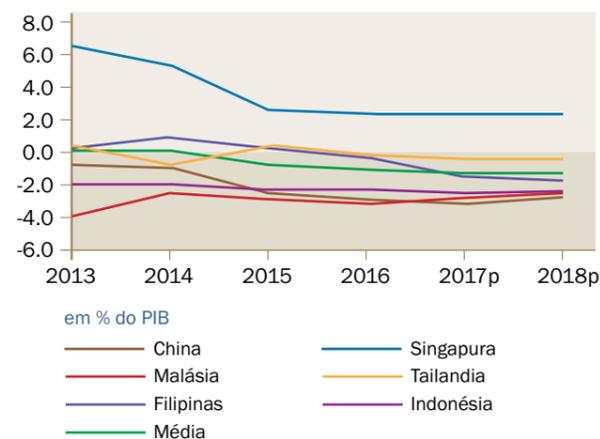
Contas Correntes Externas



Fonte: IMF WEO

Gráfico 15

Saldos Orçamentais Públicos



Fonte: IMF WEO

Em geral, as economias da região mantiveram-se estáveis.

Em suma, o quadro macroeconómico da região manteve-se relativamente estável em 2016, sendo contudo de destacar a redução do grau de depreciação generalidade das divisas regionais face ao dólar em 2016, quando comparado com as fortes depreciações de 2015. Esta depreciação parece-nos, em geral, mais devida ao início do ciclo de subidas de taxas de juro directoras nos Estados Unidos, do que a desequilíbrios macroeconómicos na região, dada a manutenção de ritmos de crescimento económico robustos e a forte posição externa das economias regionais.

Note-se, porém, que este quadro geral não se aplica completamente à economia Indonésia, o maior parceiro de Timor-Leste. No entanto, a rupia indonésia apresentou-se relativamente estável em 2016, invertendo as perdas substanciais face ao dólar verificadas entre 2013 e 2015. Ainda embora experimentando níveis de volatilidade cambial notáveis, a par dos desequilíbrios já referidos, a economia Indonésia conseguiu manter um crescimento anual robusto, apenas ligeiramente abaixo dos 5% em 2016. A importância deste parceiro para a nossa economia implica naturalmente a manutenção de uma monitorização adequada destes desenvolvimentos, esperando-se, contudo, que as recentes medidas de política introduzidas pela Governo e uma vigilância mais apertada pelo seu Banco Central, venham a reduzir gradualmente estes riscos macroeconómicos.

O modelo de inflação do BCTL assenta em 2 principais determinantes: a evolução da economia doméstica e a taxa externa de inflação na região asiática.

1.3. Canais de Transmissão para Timor-Leste

1.3.1. Síntese

A breve análise da evolução económica e financeira internacional e do espaço asiático, que é bastante mais relevante para Timor-Leste, não estaria completa sem o entendimento das respectivas repercussões na nossa economia. Este ponto trata de identificar os principais canais de transmissão dos desenvolvimentos internacionais à nossa economia. Actualmente, é razoável aceitar-se que estes efeitos são ainda reduzidos e limitados a determinados aspectos sectoriais da nossa economia. Este ponto procura precisamente ilustrar o mecanismo de funcionamento dos principais canais, que são: o impacto na evolução dos níveis de inflação doméstica, determinação do valor das receitas petrolíferas e efeitos sobre o valor dos investimentos realizados no âmbito do Fundo Petrolífero. O Investimento Directo Estrangeiro é certamente uma das variáveis mais influenciadas pelo contexto externo, mas a escassez de investimentos efectivos e de dados fiáveis em Timor Leste, não nos permite ainda analisar devidamente esta relação.

Naturalmente, à medida que a nossa economia se desenvolve e aprofunda as relações de interdependência com os seus parceiros económicos regionais, esperamos que os desenvolvimentos externos influenciem, cada vez mais, a evolução da nossa economia, expandindo o número e a influência dos vários canais de transmissão.

1.3.2. Inflação Importada

Um dos principais de canais de transmissão para a nossa economia é, de facto, o impacto dos preços internacionais na evolução da inflação doméstica e respectivas expectativas. Sendo Timor-Leste uma economia de grande intensidade importadora – as importações de bens e serviços correspondiam, em 2013, a 95.9% do PIB nominal não-petrolífero – é natural esperar-se que a evolução dos preços internacionais dos bens e serviços importados afecte substancialmente a inflação doméstica.

O trabalho de investigação empírica e construção de modelos económicos desenvolvido pelo BCTL tem confirmado a importância deste canal. Um dos principais problemas do nosso trabalho neste contexto decorre da dificuldade em definir uma variável adequada para medir o nível de “inflação externa” para Timor-Leste, dada a ausência de um índice de preços de importações e a grande variabilidade do cabaz de importação e da estrutura geográfica das nossas importações. Depois de experimentadas diversas formas funcionais para esta variável, concluímos que a variável mais adequada, em termos empíricos, parece ser uma média das taxas de inflação das 5 maiores economias da ASEAN e da China, convertida em dólares. Na prática, esta medida corresponde a uma média da taxa de inflação regional medida em dólares, pelo que inclui, em simultâneo, o impacto das variações cambiais regionais face ao dólar e das taxas de inflação em moeda local.

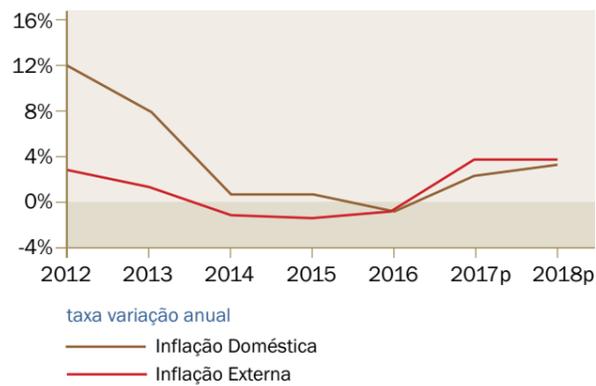
Evolução da ECONOMIA INTERNACIONAL

A evolução da taxa de inflação externa influencia a taxa da inflação de Timor-Leste....

... e a sua descida impulsionou a descida da taxa de inflação em Timor-Leste ao longo dos últimos anos.

Conforme se pode notar no gráfico em baixo, à esquerda, a taxa de inflação doméstica tende a seguir razoavelmente os movimentos da taxa de inflação externa, embora com menor volatilidade. Na medida em que a taxa de inflação externa corresponde à média das 6 economias já referidas, os modelos de previsão de inflação do BCTL utilizam esta variável e respectivas expectativas para construir as previsões de inflação. Adicionalmente, como se pode concluir dos 2 gráficos, a descida recente da taxa de inflação doméstica tem sido reforçada pela descida das taxas de inflação regional, medidas em dólar. Naturalmente, a relação não é perfeita, uma vez que a evolução da economia não-petrolífera de Timor-Leste, sobretudo ao longo dos últimos anos, também afecta fortemente a evolução da taxa de inflação doméstica.

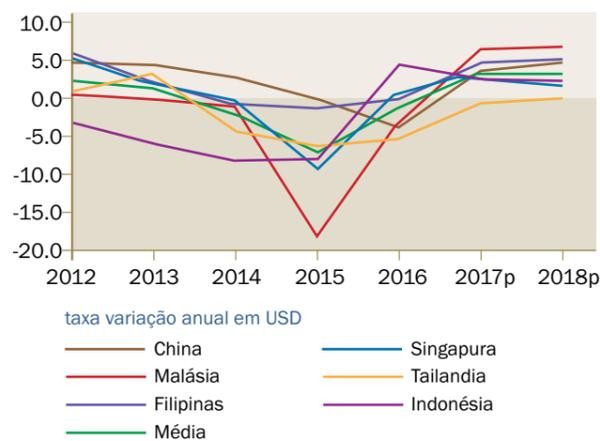
Gráfico 16
Inflação Doméstica e Externa



Fonte: IMF WEO

A redução das taxas de inflação regionais em dólares, devem-se, sobretudo, à depreciação das divisas face ao dólar.

Gráfico 17
Taxas de Inflação regional

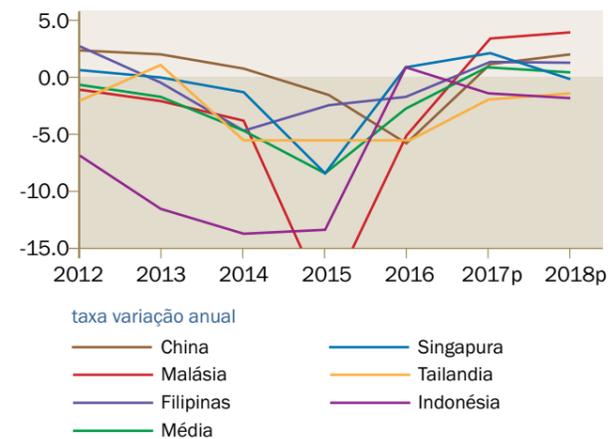


Fonte: IMF WEO

Em 2016, o nível praticamente nulo das taxas de inflação regionais em dólares, observadas para praticamente todas as 6 economias, com excepção da Indonésia, decorreu sobretudo da depreciação das divisas asiáticas face ao dólar, conforme se pode verificar nos gráficos em baixo. De facto, a continuada depreciação generalizada das divisas regionais, depois das descidas registadas entre 2013 e 2015, tem sido um dos factores que mais contribuirá para a descida substancial e manutenção de uma inflação historicamente baixa em Timor-Leste, visto que tornam mais baratos os bens e serviços importados.

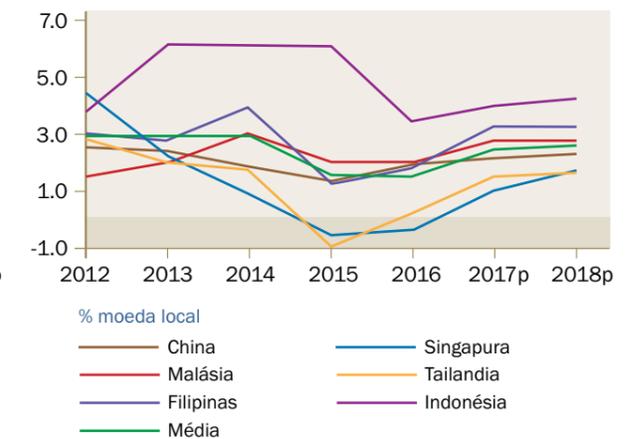
Sendo as taxas de inflação externas em moeda local relativamente estáveis no tempo, conclui-se que os movimentos das moedas dos parceiros face ao dólar são, por sua vez, um factor bastante importante na determinação da inflação doméstica. Note-se ainda que a redução substancial da inflação em Timor-Leste resulta também das descidas de preços internacionais das commodities mais representativas, como o petróleo e os bens alimentares, já referida anteriormente.

Gráfico 18
Moedas Asiáticas face ao Dólar



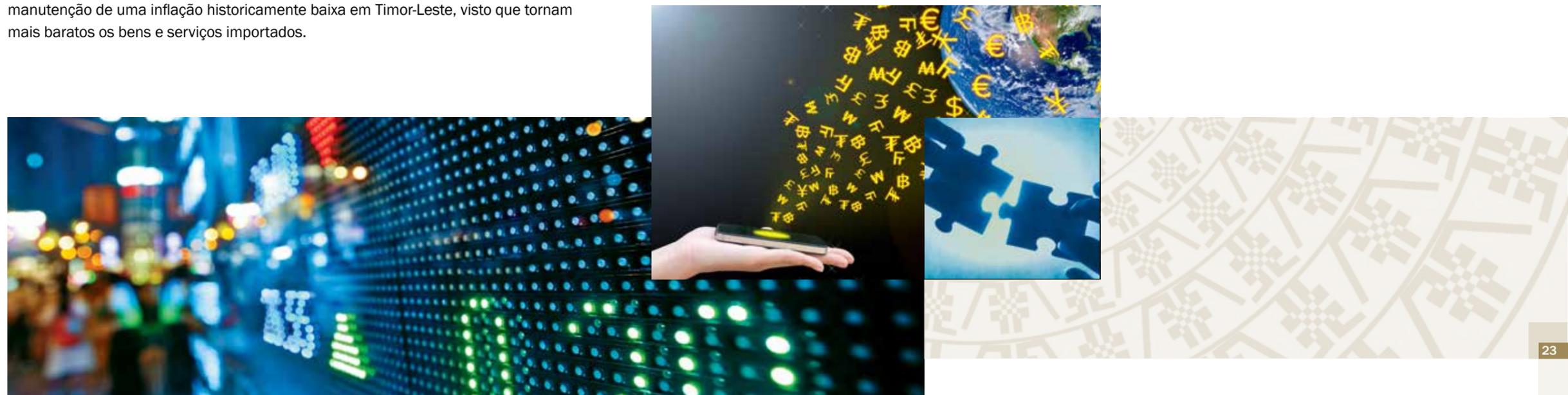
Fonte: IMF WEO

Gráfico 19
Taxas de Inflação externas



Fonte: IMF WEO

Tendo em conta a importância deste canal de transmissão, a evolução a prazo da “inflação externa”, determinada fortemente pela evolução cambial, será um dos factores mais influentes na determinação da evolução da inflação doméstica. Neste campo, o BCTL espera agora, em linha com o FMI, que as divisas regionais se mantenham estáveis face ao dólar em 2017 e 2018, o que, em conjunto, com a manutenção de taxas de inflação dos parceiros em moeda local moderadas, nos leva a prevêr que a inflação importada venha a aumentar, mas apenas ligeiramente, no mesmo horizonte temporal, contribuindo para elevar, mas também de forma ligeira, as pressões inflacionistas em Timor Leste em 2017 e 2018.



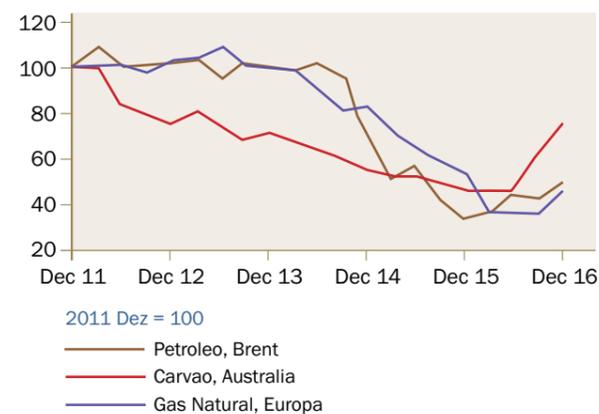
1.3.3. Mercados Energéticos e as Receitas Petrolíferas

O preço do petróleo recuperou apenas parcialmente das descidas verificadas em 2015.

A evolução dos preços do petróleo, gás natural e outros recursos energéticos é bastante volátil, oscilando substancialmente entre períodos de elevados e baixos níveis de preços. Os gráficos em baixo evidenciam estas oscilações e permitem colocar a descida recente dos preços energéticos, numa perspectiva plurianual. Note-se que não são raras as ocasiões em que os preços descem 50% e aumentam mais de 50%, no espaço de 1 ano. Em termos de níveis, a descida abrupta do preço do petróleo a partir do final de 2014 resultou em preços idênticos aos de 2006, anulando todos os ganhos de preços nominais registados nos últimos 9 anos. Contudo, em 2016, assistiu-se a uma recuperação substancial no preço destes inputs, sobretudo do carvão, mas ainda assim para níveis de preços bastante inferiores à média dos últimos 5 anos.

Gráfico 20

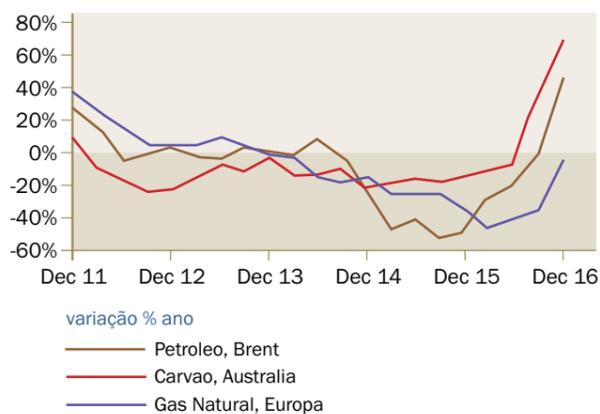
Preços da Energia spot



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 21

Preços da Energia spot



Fonte: Banco Mundial

.... que dificilmente se previa no início de 2016.

A evolução dos preços energéticos não é, contudo, fácil de antecipar, visto que resulta tanto da interdependência entre a procura e oferta agregada nos mercados físicos, como, crescentemente, dos efeitos menos mensuráveis e imprevisíveis decorrentes da “financiarização” destes mercados, evidente na expansão do mercado de derivados financeiros e crescente participação de intermediários financeiros e especuladores. Uma prova evidente desta incapacidade de previsão é, claramente, a queda recente do preço do petróleo, cuja velocidade e amplitude não foram, de forma alguma, previstas pela generalidade dos intervenientes e analistas do mercado.

Esta ressalva é importante, porque nos previne de aceitar cenários simplistas e de extrapolarmos maiores descidas de preços, apenas baseados na queda recente do preço do petróleo. Por outro lado, a evolução do preço dos produtos petrolíferos é importante para Timor-Leste, visto que se esperam ainda receitas petrolíferas significativas nos próximos anos.

As receitas petrolíferas futuras previstas são hoje bastante menores do que no passado, reduzindo o impacto das oscilações do preço do petróleo sobre a riqueza petrolífera.

Note-se ainda que o impacto das flutuações dos preços energéticos na riqueza petrolífera do país é hoje muito inferior, face ao que acontecia em anos anteriores. Isto decorre do facto de as futuras receitas petrolíferas previstas serem hoje muito reduzidas face ao que já foi extraído das reservas do mar de Timor, com a perspectiva da exploração dos campos existentes cessar completamente até 2021. Note-se, assim, que as receitas futuras previstas de 2017 até 2021 ascendem apenas a 551 milhões de dólares, o que corresponde a apenas 2.6% das receitas acumuladas obtidas de 2002 a 2016, no valor de 21,412 milhões. Em 2015, o valor das receitas futuras era de 868 milhões, ou 4.1% das receitas obtidas até esse ano. Saliente-se ainda que, no final de 2015 se esperavam receitas futuras de cerca de 1400 milhões de euros, entre 2016 e 2021, valor esse que é bastante superior ao calculado actualmente pelo Estado, devido à descida das previsões de produção de petróleo e gás no mar de Timor e descida dos preços destes bens.

Tendo em conta a diminuta estimativa das receitas petrolíferas futuras do mar de Timor, preferimos não desenvolver neste relatório, como fizemos em anos anteriores, o exercício de análise de sensibilidade das receitas em relação ao preço do petróleo.

1.3.4. Mercados Financeiros e o Fundo Petrolífero

Os preços dos activos financeiros influenciam o RSE e, por sua vez, a capacidade de financiamento do OGE

Por último, abordamos ainda um outro canal de transmissão dos desenvolvimentos internacionais a nossa economia, que se relaciona com o Fundo Petrolífero criado para gerir eficientemente a riqueza petrolífera do país. O mecanismo de funcionamento deste canal é semelhante ao do preço do petróleo, na medida em que a evolução dos preços dos activos financeiros internacionais determinam o valor do Fundo Petrolífero e, por sua vez, o valor do Rendimento Sustentável. Na medida em que afectam estes 2 agregados, os preços dos activos financeiros acabam por influenciar o montante das receitas disponíveis para financiar o Orçamento de Estado e, conseqüentemente, o ritmo e dimensão das políticas de gastos e de investimento público.

Neste momento, o FP investiu já 60% do seu valor em obrigações e 40% em acções....

O Fundo Petrolífero (FP) fechou o ano de 2016, com o valor dos activos financeiros a ascender a 15,844 milhões de dólares, investidos maioritariamente (60%) em obrigações do Tesouro dos países mais desenvolvidos e em acções (40%) de milhares de empresas sedeadas nestes mesmos países. Pelo segundo ano consecutivo, o FP registou uma descida do valor dos seus activos de 694 milhões de dólares (-320 milhões em 2015). Desde a sua criação, o FP tem vindo a alargar o seu universo de investimento, começando, primeiro, por apenas investir em títulos do Tesouro Norte-Americanos, passando depois por investir gradualmente em acções e, por fim, estendendo os investimentos a obrigações de vários Tesouros mundiais. O alargamento gradual do mandato de investimento regeu-se pela procura crescente de um retorno esperado mais elevado para o Fundo e pela maior diversificação dos investimentos e mercados considerados.

....mas apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções

A performance do Fundo depende da evolução dos preços dos títulos nestes 2 mercados...

Naturalmente, este desenvolvimento institucional expõe o Fundo a novos riscos e mercados, mas que, beneficiando da diversificação entre a evolução dos preços dos vários activos, permite construir uma Carteira mais sólida e cujo retorno é mais

Evolução da ECONOMIA INTERNACIONAL

eficiente, para o nível de risco desejado. Actualmente, o Fundo investe apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções, pelo que os juros das obrigações e os dividendos das acções providenciam, ao Fundo, um rendimento fixo e constante, pelo menos a priori. Naturalmente, ao investir em títulos obrigacionistas e acções, o Fundo beneficia das subidas dos respectivos valores de mercado, ou, pelo contrário, pode ser prejudicado pela sua descida. Assim sendo, os principais riscos financeiros do Fundo correspondem a eventuais perdas decorrentes da descida dos preços das obrigações, ou das acções adquiridas. Adicionalmente, uma vez que o FP investe em vários mercados nacionais, denominados em moedas diferentes do dólar, o Fundo também se encontra exposto ao risco cambial dos investimentos, entendido como a possibilidade de depreciação das várias moedas de investimento face ao dólar. Em suma, o risco financeiro do FP inclui 3 tipos de riscos: risco accionista, ou risco de descida dos preços dos principais mercados accionistas mundiais, risco de taxa de juro, que corresponde ao risco de queda dos preços das obrigações do tesouro; e risco cambial, que consiste no risco de depreciação das moedas de investimento face ao dólar.

Em 2016, o Fundo registou ganhos moderados, beneficiando tanto das subidas dos preços dos activos accionistas, como obrigacionistas.

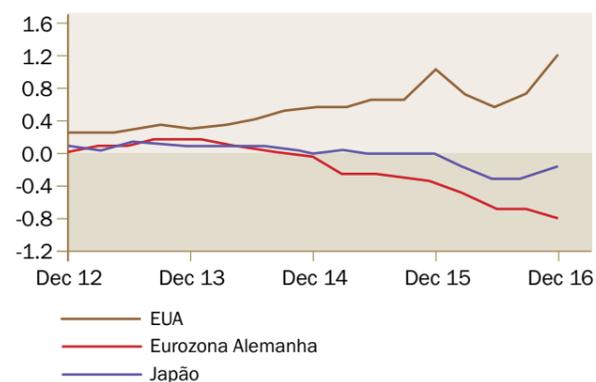
A evolução dos preços dos activos do FP e das várias moedas de investimento consiste, assim, no verdadeiro canal de transmissão entre os mercados internacionais, o valor do FP e o valor do rendimento sustentável esperado. Em termos de retornos, o ano de 2016 foi positivo para o FP (+4.71%), que recuperou das ligeiras perdas de 2015, beneficiando dos ganhos quer dos investimentos acionistas (8.12%), como da carteira de títulos obrigacionistas (2.38%). Apesar de o resultado anual do Fundo ter sido prejudicado pela ligeira apreciação do dólar face às moedas de investimento (sobretudo europeias), a boa performance dos mercados accionistas e obrigacionistas mais do que compensou aquele efeito negativo, permitindo apurar uma rentabilidade moderada no conjunto do ano.

Os investimentos em títulos de Tesouros registaram ganhos moderados.

Nos mercados de títulos do Tesouro mundiais, com excepção do mercado norte-americano que registou uma ligeira subida de yields no ano de 2016, os restantes mercados registaram novas descidas de yields, sobretudo nos prazos mais longos, que beneficiaram o valor da carteira obrigacionista. Esta relativa estabilidade das taxas de juro permitiu ao FP acumular o rendimento dos cupões recebidos, com o valor de mercado das obrigações a manter-se praticamente inalterado.

Gráfico 22

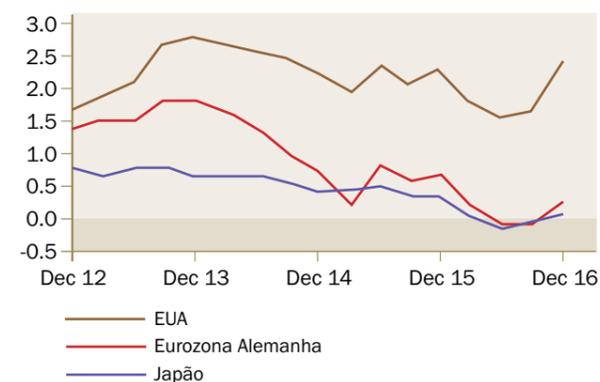
Taxas de Juro a 2 Anos - % ano



Fonte: Bloomberg

Gráfico 23

Taxas de Juro a 10 Anos - % ano

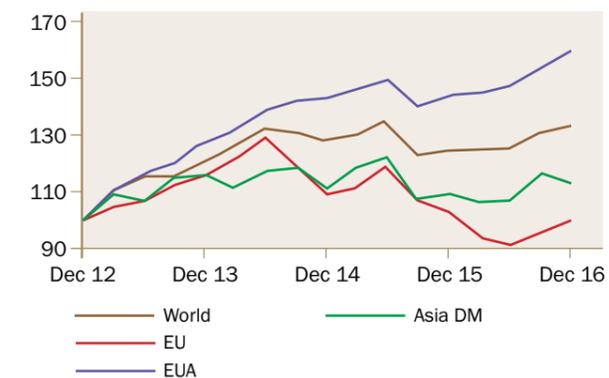


Fonte: Bloomberg

Em termos dos mercados accionistas, o benchmark accionista do Fundo (linha preta - World) registou ganhos em 2016, maioritariamente determinados pela subida assinalável do mercado accionista norte-americano. O impacto negativo da ligeira depreciação das moedas europeias é particularmente visível na performance anémica das acções de empresas europeias (linha verde), face aos restantes mercados.

Gráfico 24

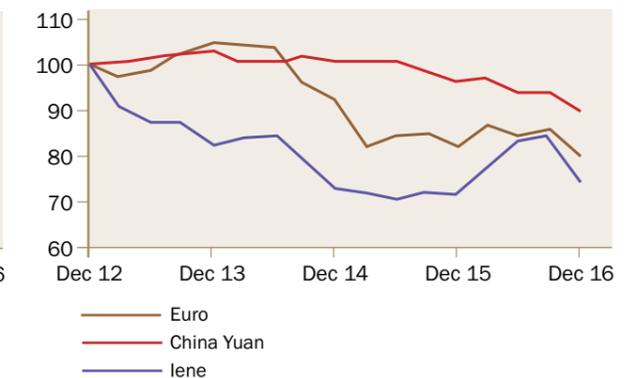
Mercados Accionistas - 2012 Dez = 100



Fonte: Google

Gráfico 25

Moedas face ao USD - 2012 Dez = 100



Fonte: Google

O valor e rendimento do FP continuam a depender substancialmente da evolução dos preços em dólares dos vários activos financeiros.

Em suma, o Fundo Petrolífero detém hoje uma carteira de títulos extremamente diversificada e investida nos principais mercados accionistas e obrigacionistas mundiais, o que lhe permite otimizar o respectivo perfil de retorno-rendimento. Contudo, dados os investimentos substanciais em obrigações e acções globais, podemos concluir que o valor e rendimento do FP se encontra intrinsecamente dependente da evolução dos preços globais destes activos, que é naturalmente afectada pela evolução do dólar face às divisas dos respectivos investimentos.

Num quadro de análise temporal mais longo, não nos parece marginal, hoje, o risco de que os mercados accionistas e obrigacionistas venham a registar perdas, dadas as actuais elevadas valorizações dos mercados accionistas e o nível historicamente baixo das taxas de juro das obrigações. Contudo, o alongado horizonte temporal do Fundo e o seu quadro institucional, dever-nos-ão permitir enfrentar as oscilações dos mercados de uma forma racional e até beneficiar dos episódios de descidas de preços, que regularmente se manifestam nos mercados.

Evolução recente da
**ECONOMIA
NACIONAL**



2



2.1. Sector Real

2.1.1. Produção, Despesa e Actividade Económica

A DGE calculou um crescimento do PIB não petrolífero de 5,9% para 2014.

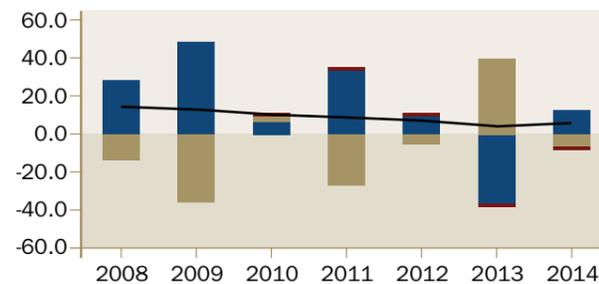
De acordo com a Direcção-Geral de Estatística (DGE), cuja última publicação das Contas Nacionais de Timor-Leste data de 2014, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) em 2014 foi de 5,9%, em termos reais, uma aceleração de 3% relativamente a 2013. Este acréscimo decorreu maioritariamente da aceleração das actividades relacionadas com a construção e serviços da administração pública, que, com um peso combinado de 44,5% no PIB de 2014 (40,9% em 2013), registaram uma contribuição para o aumento do PIB de 6,1%. Pelo contrário, a contribuição combinada dos sectores da agricultura, tecnologias de informação e comunicação e outras actividades de serviços registaram um contributo negativo para o crescimento do PIB de 2,8%, sendo, em conjunto, responsáveis por 25,2% do produto total (29,5% em 2013).

A procura interna volta a crescer novamente em 2014, devida à subida do consumo e investimento públicos e privado

Os contributos para o crescimento do PIB, na óptica da despesa, podem ser observados no gráfico abaixo. A procura interna, depois de ter registado uma queda significativa em 2013, voltou a crescer novamente em 2014. O aumento da procura interna foi principalmente devido à subida do consumo e investimento públicos bem como do privado, que registaram acréscimos da ordem dos 3,8% e 17%, 9,8% e 60,6%, respectivamente.

Gráfico 1a

TL: Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da despesa



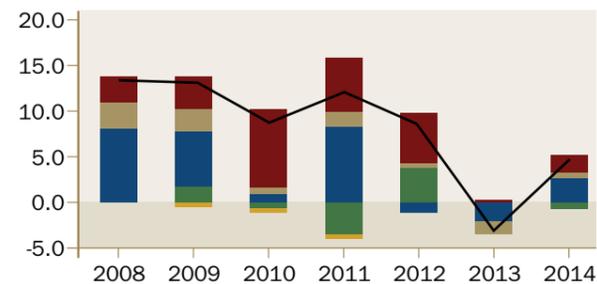
(variações percentuais anuais e contributos em pontos percentuais face ao período homólogo)

- variação de existências
- Exportações líquidas
- Procura interna
- PIB não petrolífero

Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

Gráfico 1b

TL: Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da produção



(variações percentuais anuais e contributos em pontos percentuais face ao período homólogo)

- Outros serviços
- Alojamento e alimentação
- Construção
- Indústria transformadora
- Agricultura, pecuária

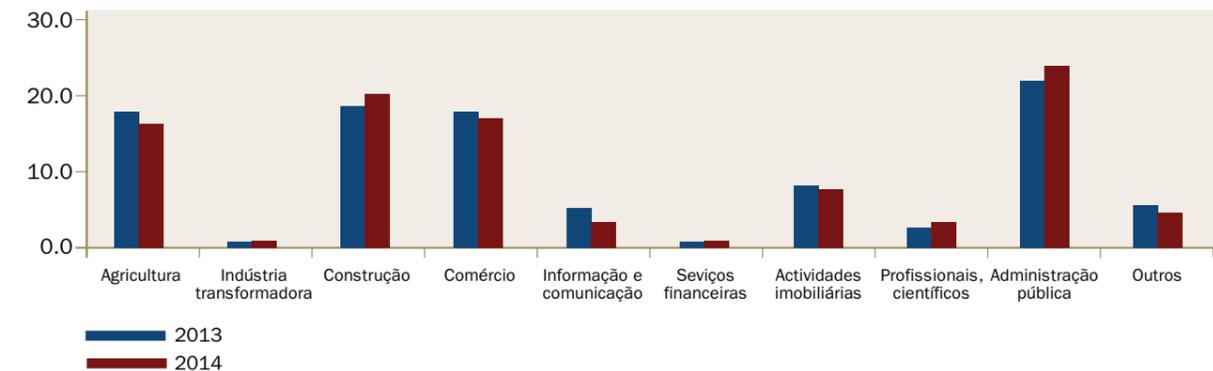
Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

o sector da administração pública em 2014 manteve a sua posição dominante na economia doméstica.

Em termos sectoriais, segundo o gráfico 2, a administração pública manteve a sua posição dominante na economia em 2014, ao ser responsável por 24,2% do total do PIB, seguido pelos sectores da construção (20,3%), que é também bastante dependente dos níveis de investimento público, comércio (17,3%), agricultura (16,6%, cuja importância no PIB continuou a descer), actividades imobiliárias (7,8%), indústria transformadora (0,9%) e serviços financeiros (0,8%).

Gráfico 2

TL: Estrutura do PIB por sectores (%)



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

O Governo, estima, no OGE 2017, uma taxa de crescimento de 3,5% e 5,4% para 2015 e 2016

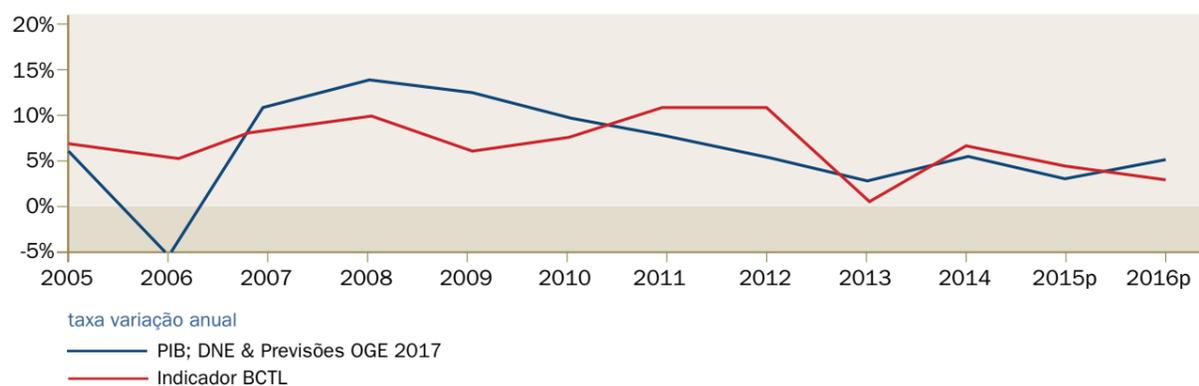
O Governo, na sua proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017, estima um abrandamento do crescimento do PIB para 2015 de 3,5%, e uma nova aceleração, para 5,4%, em 2016 (OGE17 - Livro 1, pg. 18).

Tendo em conta que as estimativas das Contas Nacionais anuais têm demorado cerca de 2 anos até serem divulgadas publicamente – note-se que, no início de 2017, apenas existiam dados oficiais para 2014 – o BCTL desenvolveu e utiliza um indicador de actividade económica que nos permite calcular de um modo simplista, mas em tempo útil, a evolução da economia doméstica. Este indicador utiliza toda a informação disponível relativa a um conjunto de sectores da economia nacional – importações, despesa e receita públicas, sector financeiro e actividade real – para calcular uma média simples das variações anuais de um conjunto de componentes relevantes extraído dessa base de dados. Com efeito, este indicador não pretende substituir os dados relativos às contas nacionais, mas antes complementar e permitir medir o comportamento da economia doméstica de uma forma atempada e relevante para a discussão e formação de políticas económicas adequadas.

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

Conforme se evidencia no gráfico 3, o indicador do BCTL permite-nos calcular taxas de crescimento anuais da economia para 2015 e para todo o ano de 2016, visto que existem já dados para 2016 relativos a todos os subcomponentes do indicador. Este gráfico também compara a estimativa de crescimento do nosso indicador (calculada), com as previsões de crescimento do Ministério das Finanças para 2015 e 2016, conforme reportadas no OGE para 2017.

Gráfico 3
Crescimento do PIB real e Indicador Económico

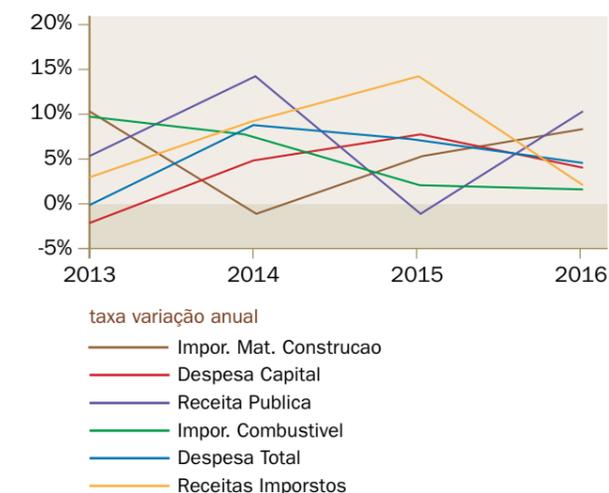


Fonte: DNE, Ministério das Finanças e BCTL

De acordo com o indicador do BCTL, a economia doméstica parece ter desacelerado em termos de crescimento em 2015 e 2016, para 4.4% e 3.2%, face ao crescimento de 7% registado em 2014. Será ainda de notar que o comportamento da economia em 2015 e 2016, medido pelo nosso indicador, se encontra em linha com as previsões inscritas no OGE de 2017, embora a previsão do MdFinanças para 2016 seja ligeiramente superior (5.4%), face ao valor apurado pelo nosso indicador de actividade (3.2%).

No sentido de melhor perceber a evolução da economia não petrolífera nacional, apresentamos ainda em baixo a performance dos vários componentes do indicador de actividade, que nos fornecem uma indicação da evolução económica dos sectores domésticos mais relevantes (e para os quais existem actualmente dados), como as Importações, as Despesas e Receitas Públicas e o sector financeiro. O gráfico 4 apresenta a taxa de crescimento de cada sub-indicador, normalizada em termos da taxa média de crescimento da economia/PIB não petrolífero.

Gráfico 4
Indicador de Actividade Económico



Fonte: DNE, Ministério das Finanças e BCTL

Conforme se pode constatar, a desaceleração do crescimento em 2015 e 2016 (linha a preto) deve-se a uma desaceleração do ritmo de expansão da generalidade dos componentes do indicador nos mesmos anos, com a excepção das importações de materiais de construção. Será ainda de destacar que, apesar do ritmo de expansão global ter abrandado ligeiramente em 2016 (3.2%), dos 4.4% de 2015, assistiu-se a uma convergência da expansão dos vários componentes em 2016, ao contrário da substancial dispersão de ritmos de expansão verificados em 2015. Esta constatação permite-nos sugerir que, apesar da ligeira desaceleração global em 2016, os vários sectores da economia apresentaram um comportamento mais uniforme e que a continuada expansão da economia nacional se tornou mais abrangente e equilibrada em termos sectoriais.

Todavia, não obstante a manutenção de taxas de crescimento positivas entre 2014 e 2016, a economia doméstica registou um abrandamento substancial face aos ritmos de expansão verificados entre 2008 e 2011 (com taxas médias de 11% ano). Se bem que parte desta desaceleração tenha resultado do abrandamento do ritmo de aumento da Despesa Pública, resultando positivamente na estabilização das pressões inflacionistas domésticas, a evolução económica dos últimos 4 anos revela também que a nossa economia continua altamente dependente das políticas e programas de despesa pública, continuando a adiar-se a concretização de um processo de desenvolvimento e de investimento liderado pelo sector privado.

O “arranque” do sector produtivo nacional é hoje particularmente necessário para fazer face aos desafios crescentes em termos da criação de emprego para a nossa jovem população e preparar o país para um cenário, a prazo, de necessidade de implementar uma redução do nível de despesa e de investimentos públicos, perante a redução substancial das futuras receitas petrolíferas e/ou dos rendimentos acumulados no Fundo Petrolífero.

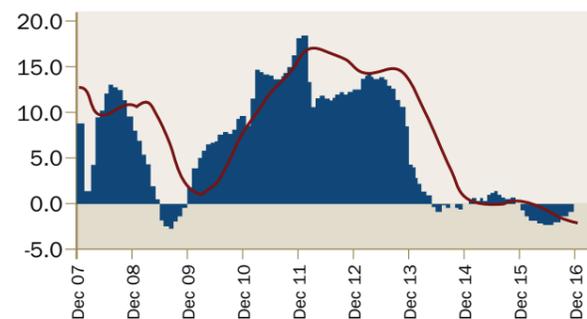
Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

2.1.2. Preços e inflação

No final de 2016, a taxa de inflação homologa anual foi avaliada em 0.1%

A inflação anual na cidade de Díli, segundo a DGE, situou-se nos 0,1% em Dezembro de 2016, correspondente a uma subida de cerca de 0,8 pp face aos -0,7%, verificados no mesmo período de 2015. Durante o ano de 2016, a taxa de inflação doméstica, calculada com base no índice de preços ao consumidor (IPC) pela DGE, manteve-se sempre negativa, com excepção de Dezembro. Em termos de médias anuais, os dados do IPC de Díli revelam que a taxa de inflação anual se manteve em 0,4% e -1,6%, em 2015 e 2016, respectivamente.

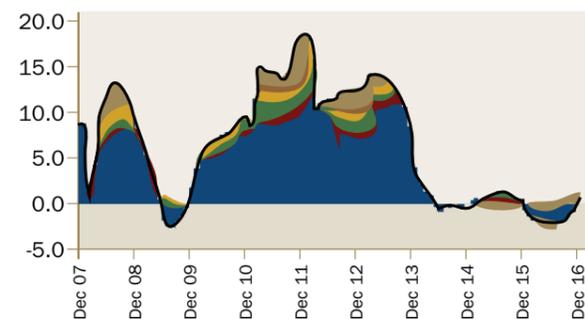
Gráfico 5
TL Inflação (Díli)



taxa de variação
 ■ inflação anual
 — inflação média

Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

Gráfico 6
TL Inflação (Díli)



taxa variação anual; contributos em pp
 ■ Transporte
 ■ Habitação
 ■ Bebidas alc. e tabaco
 ■ Equi. da habitação
 ■ Vestuário e calçado
 ■ Produtos Alimentares
 — Inflação total

Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

Quadro 1. Produtos com maior variação anual (%) - Díli

Classes de Produtos	Dez - 15	Mar - 16	Jun - 16	Set - 16	Dez - 16
Produtos Alimentares	-1.69	-1.69	-1.69	-1.69	-1.69
Bebidas alc. e tabaco	3.33	3.33	3.33	3.33	3.33
Vestuário e calçado	1.43	1.43	1.43	1.43	1.43
Habitação	-0.48	-0.48	-0.48	-0.48	-0.48
Equi. da habitação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Saúde	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transporte	-4.06	-4.06	-4.06	-4.06	-4.06
Comunicação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Rec. & culto.	2.07	2.07	2.07	2.07	2.07
Educação	17.70	17.70	17.70	17.70	17.70
Inflação total	-0.67	-1.91	-2.20	-1.54	0.10

Fonte: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

- Produtos não alimentares – com uma diminuição anual de 0.42% nos preços (+2,2% em 2015), contribuíram com -0,02 pp, amorteceu a subida da inflação alimentar em Dezembro de 2016.

A descida da inflação deveu-se à prolongada desaceleração dos níveis de inflação externa, e do abrandamento da economia nacional nos últimos anos.

O abrandamento significativo da inflação em 2016 continuou a dever-se, maioritariamente, à descida substancial da inflação externa nos últimos anos face à média da última década, decorrente da apreciação do dólar face às moedas dos parceiros económicos de Timor Leste e da descida substancial dos preços internacionais das “commodities”. A depreciação das divisas regionais resultou, assim, na diminuição do preço dos bens importados dos principais parceiros comerciais do nosso país. Este efeito foi ainda reforçado pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico doméstico nos últimos anos, quando comparadas com elevadíssimo crescimento verificado entre 2008 e 2013.



2.2. Finanças Públicas

2.2.1. Programa Orçamental Para 2016

O Governo, previa o seu OGE para 2016 uma cobrança da receita interna da ordem de 171 milhões de USD....

O Governo, previa, no seu orçamento geral do estado para 2016, conforme foi inscrito no quadro 2, uma previsão de cobrança de receitas internas da ordem dos 171 milhões de USD. Este valor resulta num crescimento esperado da receita total de apenas 0,6%, dos quais 116 milhões de USD correspondiam a receitas fiscais, ou 68% do total da receita, traduzindo-se numa redução nominal de 7,3% deste tipo de receita relativamente a 2015 (ou 9 milhões de USD). Em termos da despesa, o montante global orçamentado para 2016 foi de 1,953 milhões de USD, dos quais 1120 milhões de USD se destinavam ao funcionamento da despesa corrente e 833 milhões de USD ao financiamento do capital de desenvolvimento (incluindo empréstimos externos), representando uma variação nominal de -4,6% e 110,5% respectivamente em relação à 2015.

Quadro 2. Orçamento do Estado e Execução

Rubricas	Milhões de USD			Taxa de variação			Taxa de Execução
	2015	2016		2015	2016		
	Realizado	Orçamen- tado	Realizado	Realizado	Orçamen- tado	Realizado	
Receitas Totais	194	171	212	15.4	0.6	9.1	123.5
Receitas Fiscais	120	116	142	-3.2	-7.3	18.2	121.6
Receitas Não Fiscais	44	46	46	127.9	23.7	5.0	99.8
Receitas Retenção de Agências	7	9	8	-73.7	16.7	19.5	88.6
Outros Passivos de Longo Prazo	24	0	16	0.0	0.0	-32.0	0.0
Despesas Totais	1,340	1,953	1,617	5.1	24.4	21.1	87.6
Despesa corrente	1,067	1,120	1,073	12.3	-4.6	-1.4	95.8
Capital Dez. (inc. Empréstimo)	324	833	637	-13.6	110.5	96.7	76.4
Saldo Global antes Donativos	-1,146	-1,781	-1,406	3.6	27.3	22.9	78.9
Donativos	223	143	160	-15.2	-13.6	-8.3	111.4
Saldo Global após Donativos	-923	-1,638	-1,246	-3.3	39.1	34.9	76.1
Financiamento	1,170	1,391	1,705	-1.8	-0.6	45.7	122.6
RSE	639	545	545	1.0	-14.7	-14.7	100.0
Excesso retiradas do Fundo Pet.	640	739	1,130	541.9	7.3	76.5	152.9
Uso do saldo de caixa	-132	0	0	-129.8			
Empréstimo	24	107	30	50.6	52.9	26.9	28.2

Fonte: TL Portal da Transparência, Livro OGE no. 1, GAE e análise do BCTL

...e foi estabelecido um valor de 1,953 milhões de USD para a sua despesa total em 2016.

As receitas domésticas recebidas em 2016 atingiram os 212 milhões de USD, (+9.1% em termos anuais).

2.2.2. Execução do OGE em 2016

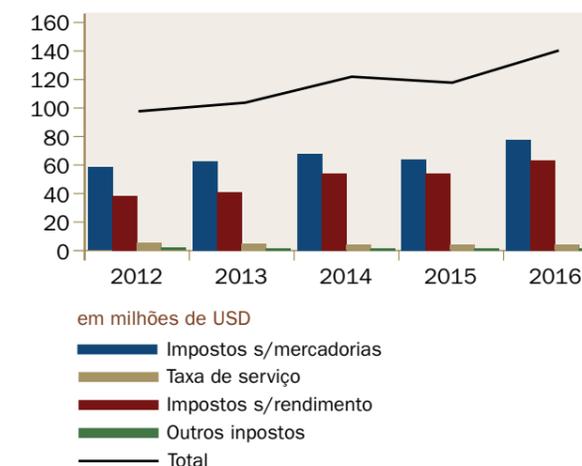
2.2.2.1. Receitas

O reforço das receitas domésticas constitui uma das principais prioridades do Governo em matéria de finanças públicas, de modo a permitir reduzir a dependência das transferências do Fundo Petrolífero (FP). Note-se que, em linha com a expansão da economia nacional, as receitas domésticas têm subido significativamente nos últimos anos. As receitas domésticas recebidas em 2016 atingiram os 212 milhões de USD, com um aumento nominal de 9,1%, o que reflectiu, principalmente, a combinação dos aumentos de: (i) 22 milhões de USD na componente fiscal, que passaram de 120 milhões de USD em 2015 para 142 milhões de USD em 2016; (ii) 2 milhões de USD nas receitas não fiscais (principalmente de taxas/"fees" e taxas de serviços), passando de 44 milhões de USD em 2015 para 46 milhões de USD; e de (iii) 1 milhão de USD das receitas de instituições autónomas do estado. Porém, o impacto do aumento das principais receitas acima referido, foi contrariado pela redução de fundos oriundos de empréstimos de longo prazo de 8 milhões de USD, de 24 milhões de USD em 2015, para 16 milhões de USD em 2016.

O gráfico 7 evidencia as variações da receita total e das suas principais componentes, designadamente, os impostos que incidem sobre o rendimento das pessoas e empresas e os impostos cobrados sobre a importação de mercadorias.

Gráfico 7

TL - Evolução das Receitas Fiscais



Fonte: TL Portal de Transparência e análise do BCTL

2.2.2.2. Despesa

A despesa efectivamente executada avaliou-se em 1.617 milhões de USD, correspondendo a uma taxa de execução global do OGE de 87,6%.

O Estado manteve uma performance quase semelhante à de 2015, ao nível da execução da despesa, tendo gasto 87,6% do OGE. O montante efectivamente gasto foi superior ao de 2015, avaliando-se em 1.617 milhões de USD, resultando num aumento nominal anual de 21,1%. Este aumento deveu-se principalmente ao acréscimo substancial do investimento público em 2016, de 96,7% relativamente

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

à 2015, passando de 324 milhões de USD em 2015 para 637 milhões de USD em 2016. O aumento do programa de investimentos públicos resultou sobretudo das alocações substanciais de financiamento ao programa de construção do porto Tibar e ao projecto de Tasi Mane e da 'Supply Base' de Suai.

Despesa Corrente

As despesas correntes, no ano de 2016, diminuíram 1,4%...

Apesar do aumento substancial da despesa pública global, o nível de despesa corrente registou um decréscimo nominal de 1,4% em 2016.

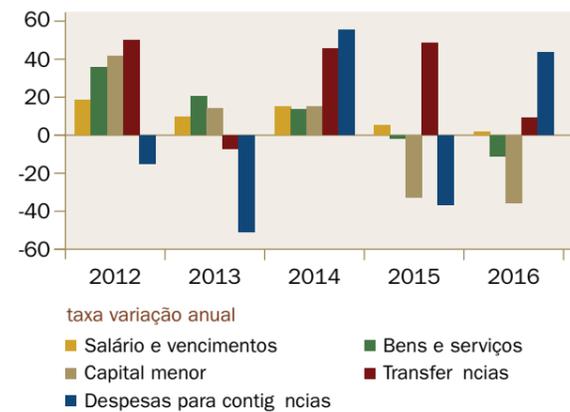
O gráfico 8 apresenta a evolução da taxa de crescimento das principais componentes da despesa corrente. A execução é calculada como a soma dos "pagamentos" e as "obrigações" assumidas para cada categoria.

... porém, continuaram a ser o principal componente dos gastos públicos, ascendendo a 62,8% da despesa total de 2016.

Note-se que as despesas correntes continuaram a ser o principal componente dos gastos públicos, ao registarem 1,073 milhões de USD, cerca de 62,8% da despesa total em 2016, contra 636,5 milhões de USD da despesa de capital de desenvolvimento (37,2% da despesa total).

Gráfico 8

TL Evolução das Despesas Correntes



Fonte: TL Portal de Transparencia e análise do BCTL

As transferências e subsídios voltaram a representar a maior posição em termos das despesas correntes (43,3%) em 2016

Os gastos correspondentes a transferências (sobretudo subsídios pessoais e institucionais) retomam a posição de maior componente dentro das despesas correntes (43,3%) em 2016, ultrapassando a despesa em bens e serviços (37%), que durante os anos anteriores ocuparam o lugar principal, seguido dos salários e vencimentos (16,2%). Note-se ainda que o aumento das transferências públicas decorreu sobretudo da alocação orçamental para o programa de desenvolvimento da região de Oecuse (217,9 milhões de USD), integrada no projeto da Zona Especial de Economia Social de Mercado – ZEESM, resultando num aumento nominal de 63,3% relativamente à 2015, representando 46,9% do total de transferências efectuadas em 2016. Por outro lado, o orçamento alocado ao programa de subsídios a ex-combatentes de libertação nacional atingiu 21% do total orçamento para a categoria de transferências, ou 5,7% do total do OGE, tendo diminuído cerca de 18,5% face ao ano de 2015, com uma taxa de execução de 97,8% face aos 95,6% de 2015.

Despesa de Capital e Desenvolvimento

As despesas em bens de capital foram orçadas em 833 milhões de USD...

O governo estimava no OGE de 2016 uma despesa global em bens de capital e de desenvolvimento no valor de 833 milhões de USD, dos quais se executaram apenas 636,5 milhões de USD, ao que corresponde uma taxa de execução de 76,4%.

... dos quais, a maior parte, 99,9%, se destinava a infraestruturas. A taxa de execução desta categoria foi 76,3%.

A maior parte (99,9%) da despesa do capital e desenvolvimento foi alocada ao programa de construção de infraestruturas, tendo-se executado apenas 76,3% do plano orçamentado, com o programa respeitante a estradas a ser responsável pela maior fatia dentro das despesas de infraestrutura, 29,5% do total orçamentado, enquanto que, em termos de execução, o respectivo peso atingiu 82%, seguido de portos e estradas e pontes, com um peso de 16% e 11,8% do orçamentado e uma taxa de execução 100%.

O quadro 3 sintetiza a informação sobre os programas existentes ao nível do Fundo das Infraestruturas (FI) de valor superior a 5 milhões de USD, incluindo a respectiva dotação orçamental e o montante efectivamente gasto durante o ano de 2016.

Quadro 3. Detalhes do Orçamento de Infraestrutura (milhões USD)

Classes de Produtos	Orçamento	Obrigações	Real	Execução %
Total	1,952.79	92.28	1,617.38	87.5
Capital de Desenvolvimento	833.07	69.66	566.87	76.4
Infraestrutura	832.33	69.46	565.25	76.3
Estradas	245.4	31.8	169.4	82.0
Portos	133.2	0.6	132.6	100.0
Estradas e Pontes	98.0	8.4	89.6	100.0
Petrolio e Gas	75.0	0.1	4.8	6.6
Energia Eléctrica	65.6	3.1	55.0	88.5
Aeroportos	55.1	2.0	20.7	41.3
Agencia Desenvolvimento Nacional	27.8	6.8	19.5	94.2
Programa Sector das Finanças	26.7	3.9	22.8	100.0
Plano Mestre	15.6	0.2	0.5	4.1
Programa de Empréstimos	15.1	-	6.8	44.9
Direcção Nacional de Orçamento e Finanças	11.3	3.5	6.6	89.1
Edifício Pública	8.7	0.6	3.0	40.6
Habitação	8.5	-	8.5	100.0
Esgotos	5.0	-	-	0.0

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

O primeiro ponto relevante diz respeito à diminuição da taxa de execução do FI em 2016, para 76,3% face à taxa de 81,1%, registada em 2015. Repare-se que, se calcularmos a taxa de execução apenas com os valores efectivamente pagos, então esta baixou para 67,9%, uma taxa praticamente idêntica à do ano anterior de 68,8%.

... ou apenas 32,5% do total orçamento

O segundo ponto a salientar é o facto de que, pese embora o orçamento de Estado alocado ao FI representar 42,6% do total da despesa orçamentada (26,4% do OGE de 2015), as despesas efectuadas foram de 32,5% do total executado, logo superiores à importância das despesas efectuadas ao nível do FI em 2015 (21,4%).

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

2.2.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

O Governo previa para 2016 um valor de transferências do FP de 1.284 milhões de USD para o financiamento do OGE...

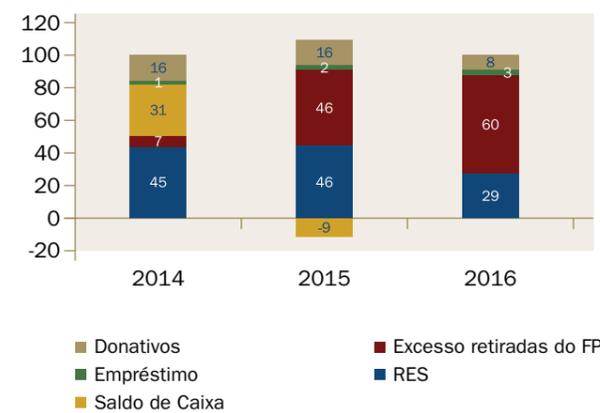
... dos quais apenas 545 milhões de USD correspondem ao rendimento sustentável estimado (RSE)

O Governo de Timor-Leste previa no seu programa orçamental para 2016, mesmo depois de este ter sido ratificado, um défice global antes de doações de cerca de 1.781 milhões de USD, que seria financiado com recurso a: doações de 143 milhões de USD; empréstimos externos no valor de 107 milhões de USD; e transferências do Fundo Petrolífero (FP) no valor de 1.284 milhões de USD. No que se refere a fundos provenientes do FP, 545 milhões de USD correspondem ao rendimento sustentável estimado (RSE) do FP e o saldo remanescente de 739 milhões de USD, a uma redução efectiva do capital do FP, dado que excede o respectivo RSE. Efectivamente, o défice global antes de doações fixou-se em 1.406 milhões de USD em 2016.

Na sua execução orçamental o Governo recorreu-se às seguintes fontes para o financiamento do défice: (i) Doações no valor de 160 milhões de USD, (ii) Empréstimos Externos no valor de 30 milhões de USD, e transferências do FP no valor total de 1.675 milhões de USD.

Gráfico 9

TL: Fontes de Financiamento do Déficit

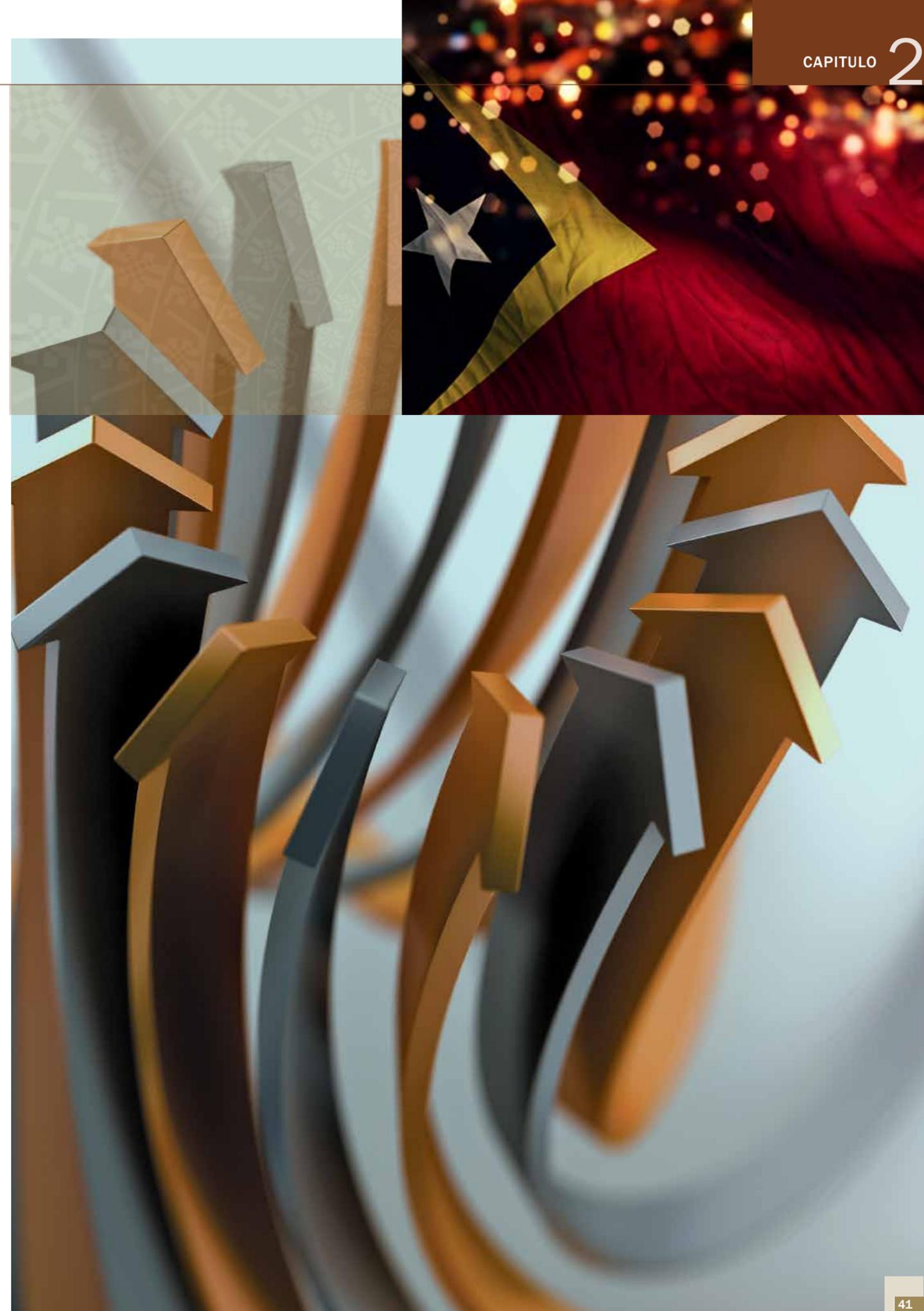


Fonte: TL Portal da Transparência, Livro OGE no. 1, GAE e análise do BCTL

Em 2016 o excesso de levantamentos acima do RSE do FP foi muito maior, ascendendo a 60% do défice público.

A análise da evolução do défice e da sua estrutura de financiamento mostra que a maior parte do défice foi financiado por transferências do FP desde 2014, notando-se que em 2014, o valor “em caixa” foi utilizado para financiar o orçamento. No entanto, nos últimos dois anos o efectivo da retirada do FP foi superior a 100% do défice, cerca de 111,5 e 119% (em 2015 e 2016) respectivamente. Pela negativa, note-se ainda que, em 2016, a redução do capital do FP (levantamento acima do RSE) foi muito superior face a 2015, tendo financiado 60% do défice de 2016, o que resultou do aumento das despesas com o programa de desenvolvimento do porto Tibar e o projecto de Tasi Mane e “Supply Base” de Suai, efectuado aquando da ratificação do OGE de 2016.

Estas observações permitem constatar a continuidade da enorme dependência dos orçamentos de Estado relativamente ao financiamento com origem nas receitas petrolíferas ou, mais especificamente, das transferências originárias do Fundo Petrolífero, num valor que excede substancialmente o rendimento sustentável do Fundo.



2.3. Sector Monetário e Cambial

2.3.1. Base Monetária (BM)

A Base Monetária diminuiu em 2016 cerca de 122 milhões de USD (57,2%)

A Base Monetária, que é uma das variáveis determinantes em termos de política monetária, diminuiu em 2016 cerca de 122 milhões de USD (57,2%), dos quais 124,4 milhões de USD (61,9%) na forma de depósitos bancários em USD no BCTL (principalmente relativos a contas da liquidação dos bancos junto do BCTL) e 2,4 milhões de USD na forma de numerário fora do banco central, cujo valor se estima, no final de Dezembro de 2016, em 91,2 milhões de USD.

Entre as causas da diminuição dos depósitos dos bancos comerciais junto do BCTL no período em análise, salienta-se o impacto da redução de fundos necessários para fazer face à actividade da câmara de compensação do R-Timor, o novo sistema de pagamentos nacional criado em 2015.

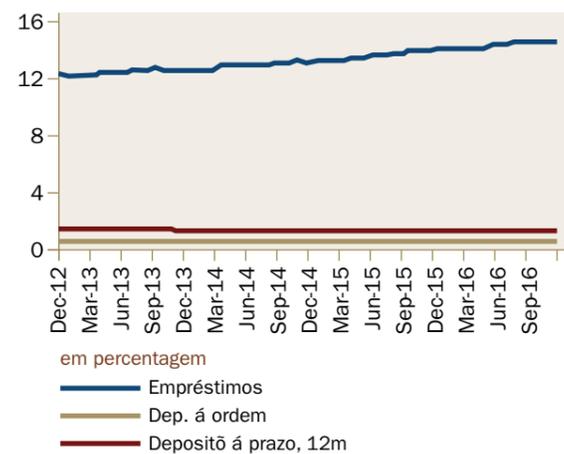
2.3.2. Taxas de Juro

Em 2016 a taxa de juro dos empréstimos bancários ao sector privado aumentou em 0,6 pb para 14,5%.

O nível das taxas de juro médias ponderadas dos empréstimos continuam a ser relativamente elevadas, se comparadas com as do país emissor da moeda corrente no nosso país, o dólar dos Estados Unidos. De facto, a teoria económica diz que quando um país pequeno adopta como sua a moeda de um país grande as taxas de juro num e noutro tendem a convergir. Em Timor-Leste tal não se verifica, sobretudo para as taxas de juro do crédito, por diversas razões, sendo a principal o risco do negócio bancário, que inclui o risco de crédito de incumprimento dos devedores domésticos e o próprio risco do país.

Gráfico 10

TL: Taxas de Juro dos Empréstimos e dos Depósitos

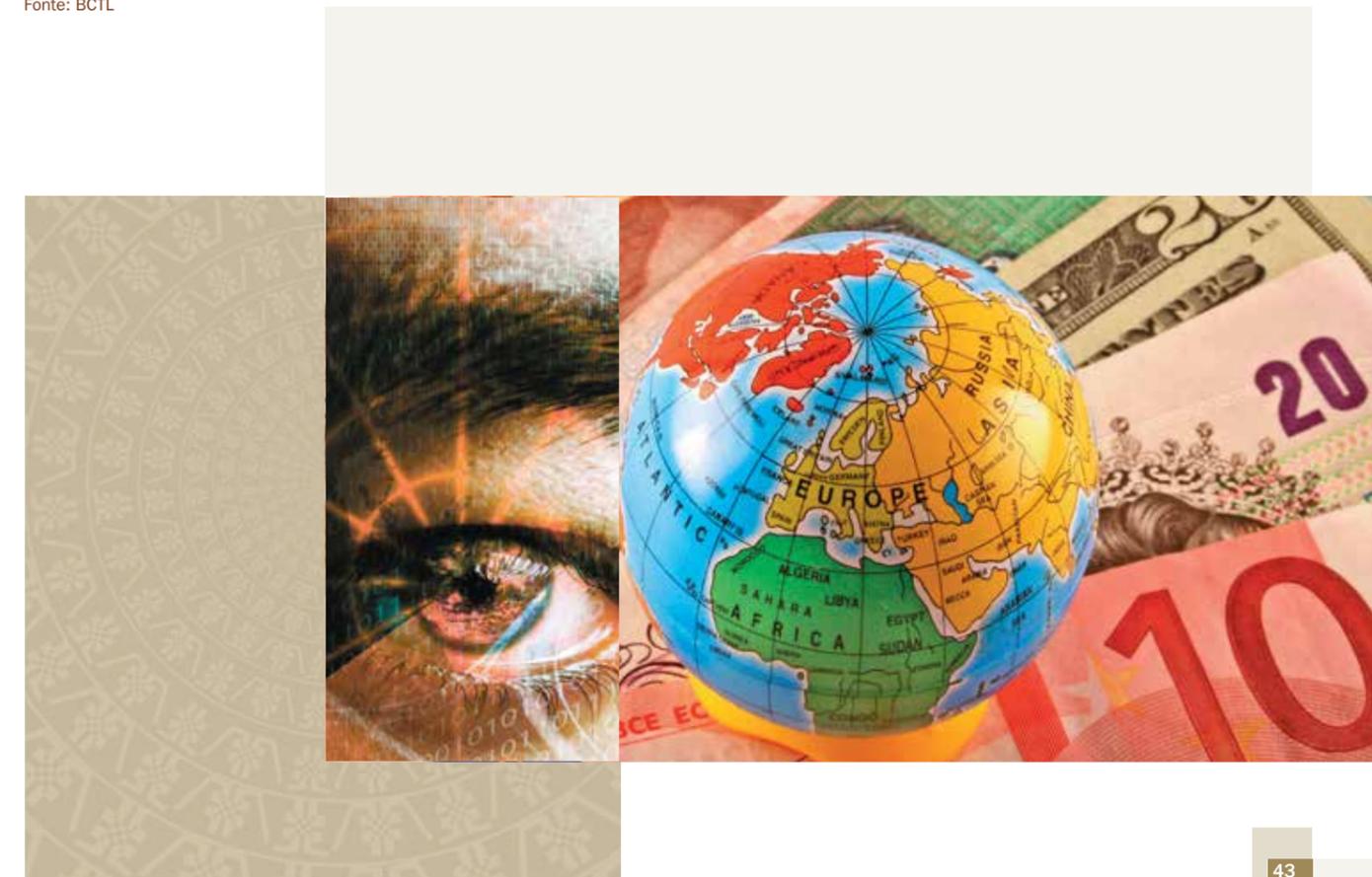


Em 2016, as taxas de juro dos empréstimos bancários ao sector privado aumentaram em 0,6 pb, conforme se pode observar no gráfico 10, para 14,5%. Pelo contrário, a taxa média paga pelos depósitos reduziu-se, no mesmo período, em 0,01 pb, fixando-se nos 0,90%, o que fez com que o “spread” (diferencial) entre as taxas activas e passivas aumentasse em 0,74 pb, para 13,32% em Dezembro de 2016.

Quadro 4. Taxa de juro média ponderada dos Bancos Comerciais (Em percentagem)

Período	Empréstimos + 6 meses Libor	Depósitos a Ordem	Depósitos de Poupança	Depósitos a Prazo				
				1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	
2016	Jan	13.93	0.53	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25
	Fev	13.92	0.52	0.75	0.76	0.99	1.14	1.24
	Mar	13.94	0.52	0.75	0.76	1.00	1.14	1.25
	Abr	14.03	0.52	0.75	0.76	1.00	1.14	1.25
	Mai	14.03	0.53	0.75	0.76	1.00	1.13	1.25
	Jun	14.29	0.54	0.75	0.76	1.00	1.13	1.24
	Jul	14.28	0.54	0.75	0.76	0.99	1.13	1.24
	Ago	14.42	0.53	0.75	0.76	0.99	1.13	1.24
	Set	14.46	0.54	0.75	0.75	0.99	1.13	1.24
	Out	14.45	0.53	0.75	0.76	1.00	1.13	1.25
	Nov	14.50	0.53	0.75	0.76	1.00	1.13	1.24
	Dez	14.46	0.54	0.75	0.76	1.00	1.14	1.25

Fonte: BCTL



Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

O dólar norte americano continuou a apreciar-se em relação às principais moedas dos parceiros comerciais do país.

2.3.3. Taxa de Câmbio

O dólar norte americano, a moeda oficial de Timor-Leste, registou uma ligeira depreciação face às divisas dos principais parceiros económicos ao longo do primeiro semestre de 2016, mas retomou a tendência de apreciação dos últimos 3 anos no segundo semestre do ano, conforme pode-se observar no gráfico 11. No conjunto do ano, o dólar apreciou-se em 5,2% face à rupia Indonesia, o principal parceiro de comércio de Timor-Leste.

Gráfico 11

TL: Taxas de Câmbio Nominais



Fonte: Bloomberg

Sendo o nosso país altamente dependente da importação de bens e serviços para satisfazer a procura doméstica, a apreciação do dólar contribui para conter os preços de produtos importados e, por sua vez, estabilizar a inflação doméstica.

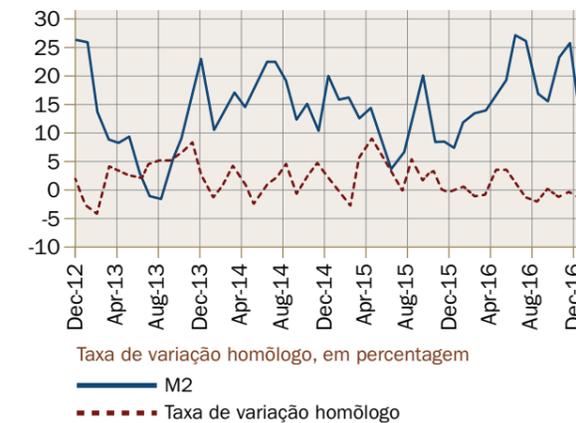
2.3.4. Massa Monetária

A compilação de estatística monetária e financeira permite analisar o desenvolvimento e mudanças no sistema monetário e financeiro do país.

O desenvolvimento do sector financeiro desempenha um papel vital no sentido de facilitar o crescimento económico e a redução da pobreza. A compilação e análise de estatísticas monetárias e financeiras permitem aferir o desenvolvimento e mudanças no sistema monetária e financeiro de um país. O Banco Central de Timor-Leste tem vindo a recolher e a compilar estas estatísticas com o objetivo de adquirir uma visão abrangente e detalhada dos sectores financeiros de Timor-Leste, a fim de apoiar o BCTL nas funções macro prudenciais e de condução da política monetária. Contudo e até à data, o BCTL ainda não dispõe de instrumentos de política monetária visto que o nosso país continua a utilizar como moeda oficial uma divisa estrangeira, o dólar norte-americano.

Gráfico 12

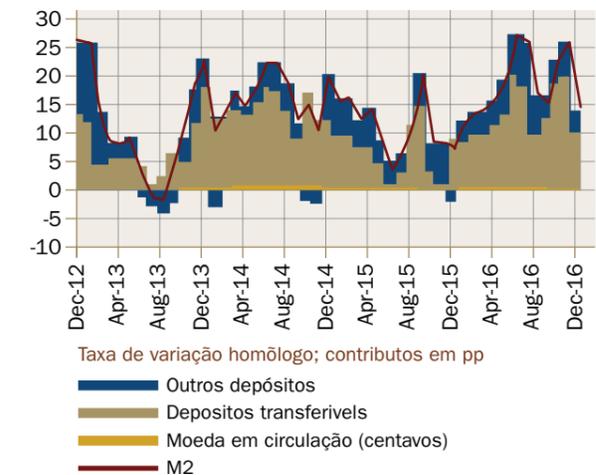
O crescimento do agregado monetário



Fonte: BCTL

Gráfico 13

M2 e os seus componentes



Fonte: BCTL

Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente a massa monetária M2.

Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente a massa monetária agregada (o agregado M2,) que na maior parte dos países se usa como uma medida da disponibilidade de meios de pagamento, excepto a moeda em circulação. Como é habitual, a massa monetária em Timor-Leste é calculada pela soma da notas e moeda em circulação com os depósitos à ordem (que, como a parcela anterior, podem ser mobilizados imediatamente para efectuar pagamentos através de cheques) e a “quase-moeda” (os depósitos de poupança e prazo), valores que podem ser mobilizados a relativamente curto prazo para efectuar pagamentos.

No gráfico 12 e 13, apresenta-se a evolução da massa monetária, o M2 aproximado para Timor-Leste, ao longo do período de 2012 a 2016. Note-se que os valores são aproximados pois que, como o país usa o dólar norte americano, é difícil calcular com exatidão o valor das notas e moedas em circulação. Porém, como esta deve constituir uma percentagem pequena e estável dos valores disponíveis para pagamentos, o M2 aproximado - o total das moedas, depósitos e quase-moeda - serve, razoavelmente, para medir o montante de moeda na economia nacional.

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

O saldo do M2 ascendeu a 733.9 milhões de USD no final de Dezembro de 2016 – um aumento de 91.5 milhões de USD (14%)

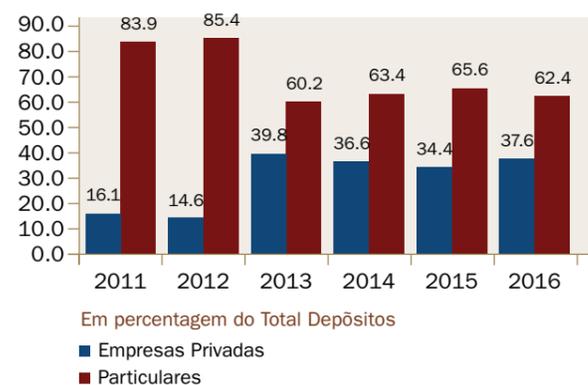
O saldo do M2 assim calculado ascendia a 733.9 milhões de USD no final de Dezembro de 2016 – aumento de 91.5 milhões de USD (14%) em relação ao mesmo período de 2015 o que se deve, naturalmente, à expansão da actividade económica doméstica, estimulada pela despesa pública. É ainda importante analisar a evolução das componentes da massa monetária, conforme se pode observar no gráfico 13, do qual se constata o seguinte:

- Os depósitos totais foram determinantes no aumento da massa monetária, com um fluxo de 89,1 milhões de USD (aumento de 14,1%), enquanto as notas e moedas em circulação cresceram 2,4 milhões de USD (19,4%);
- Em termos de denominação, a componente de depósitos em moeda nacional (USD) cresceu em 89,2 milhões de USD (14,2%) e os depósitos titulados em moeda estrangeira diminuíram em 93 mil USD (-16,5%).
- Quanto à sua titularidade por sector institucional, conforme se pode observar no gráfico 14, constata-se que 62,4% de depósitos são detidos por particulares e 37,6% por empresas privadas.

Os depósitos totais foram determinantes no aumento da M2, com um fluxo de 89,1 milhões de USD (+ 14,1%),

Gráfico 14

Peso dos Depósitos por Titularidade



Fonte: BCTL

A despesa pública foi o principal determinante da expansão monetária em 2016

De acordo com o quadro 5 em baixo, a variação dos depósitos do Estado no valor de 76,856 milhões foi a principal fonte de expansão monetária em 2016, a par do aumento dos activos externos líquidos, no valor de 76,165 milhões de USD, um valor abaixo do incremento de 258,837 milhões de USD de 2015 Em Timor-Leste, o aumento de activos externo líquidos reflecte o acréscimo da aplicação dos recursos financeiros do país no exterior.

Quadro 5. Principais factores de variação da Massa Monetária (M2)

Em milhões de USD

	Fluxo Anual 2015	Fluxo Anual 2016
Crédito à Economia	20.101	-3.909
Governo	-131.753	-76.855
Reclamações do BCTL	-0.001	0.001
Depósitos	131.752	76.856
Activos Externo Líquidos	258.837	76.165
Outros liq.	105.133	-96.103
M2	42.553	91.504

Fonte: BCTL

2.3.5. Crédito à Economia

O endividamento do sector privado junto ao sistema bancário reduziu-se em 10,2 milhões de USD (-5,3%)...

Em 2016, o endividamento directo do sector privado junto do sistema bancário de Timor-Leste reduziu-se em 8,216 milhões de USD (-4,3%), para um saldo de 182,503 milhões de USD, conforme se pode verificar no quadro 6.

Quadro 6. Evolução do Crédito à Economia

Em milhões de USD

Sector	Saldo		Variação		contributos em pontos percentuais	Peso (%)
	Dez - 15	Dez - 16	Nominal	%		
Agricultura, Água e Florestas	8.505	3.949	-4.556	-53.6	-2.4	2.2
Indústria e fabricação	2.711	2.474	-0.237	-8.7	-0.1	1.4
Construção	53.861	48.619	-5.242	-9.7	-2.7	26.6
Transportes e Comunicação	13.263	2.070	-11.193	-84.4	-5.9	1.1
Comércio e Finanças	17.396	32.978	15.582	89.6	8.2	18.1
Turismo e Serviço	13.292	17.721	4.429	33.3	2.3	9.7
Particulares	81.691	74.692	-6.999	-8.6	-3.7	40.9
Total	190.719	182.503	-8.216	-4.3	-4.3	100.0

Fonte: Bancos Comerciais e análise de BCTL

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

... a diminuição mais expressiva ocorreu no sector de transporte e comunicações: -12.7 milhões de USD (-86,0%)

A análise da evolução de crédito à economia em 2016 mostra que a diminuição mais expressiva ocorreu no sector de transporte e comunicações, cujo crédito se reduziu em cerca de 11,19 milhões de USD (-84,4%), seguido dos particulares (-6.99 milhões de USD ou -8,6%), construção (5.24 milhões de USD ou -9,3%), e agricultura e industria (4.56 milhões de USD ou -53,6% e 237 mil USD ou -8,7%) respectivamente. Porém, o aumento do crédito ao sector de comércio e finanças e ao Turismo amorteceu a diminuição do total crédito no período, registando estes sectores um aumento de 15.58 milhões (89,6%) e 4.43 milhões de USD (33,3%), respectivamente, em 2016.

Os empréstimos de fraca qualidade tem vindo a reduzir-se nos últimos anos: representavam apenas 15% do crédito concedido no final de 2016

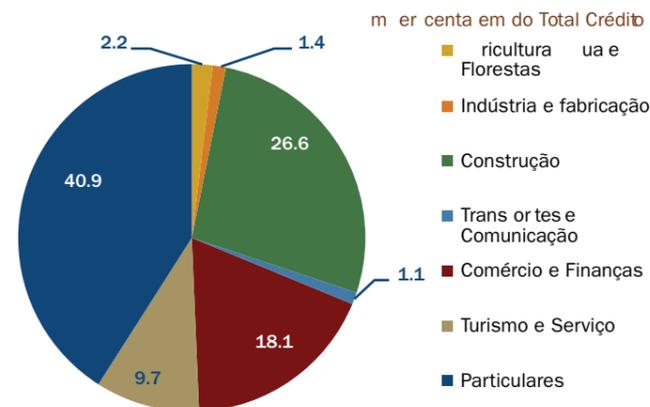
Para além da “quantidade” dos empréstimos importa analisar também a sua “qualidade”. Um indicador desta é o montante de “crédito de cobrança duvidosa”. No caso do sistema bancário de Timor-Leste, o montante desses empréstimos de fraca qualidade reduziu-se nos últimos anos: para 15% do total de crédito concedido no final de 2016 face aos 27% e 23% em 2014 e 2015 respectivamente. Porém, as instituições bancárias continuam bastante robustas em termos da sua capacidade de fazer face a este tipo de créditos de fraca qualidade, visto que o valor das provisões para risco de credito já constituídas é mais do que suficiente para cobrir estas perdas, ascendendo a 22% do crédito concedido no final de 2016.

De facto, a dimensão substancial este crédito de cobrança duvidosa tem sido um dos factores justificativos da dificuldade na expansão do crédito bancário em Timor Leste. Assim sendo, o valor agregado do credito tem-se mantido em níveis muito inferiores aos dos depósitos captados, fornecendo à banca comercial um excesso de liquidez que tende a ser aplicada preferencialmente pela banca em depósitos no estrangeiro.

Os empréstimos a particulares são a parcela mais importante do credito bancario, com 40,9% do total.

Em termos de composição do credito, os empréstimos a particulares continuam a ser a maior parcela, com 40,9% do total, seguido pela construção (26,6%), e comércio e finanças (18,1%). Os sectores da agricultura e industria, dois importantes sectores para o desenvolvimento económico do País, representam apenas 2,2% e 1,4% do total de empréstimos concedidos.

Gráfico 15 Crédito por Sector de Actividade - Dez 2016



Fonte: BCTL

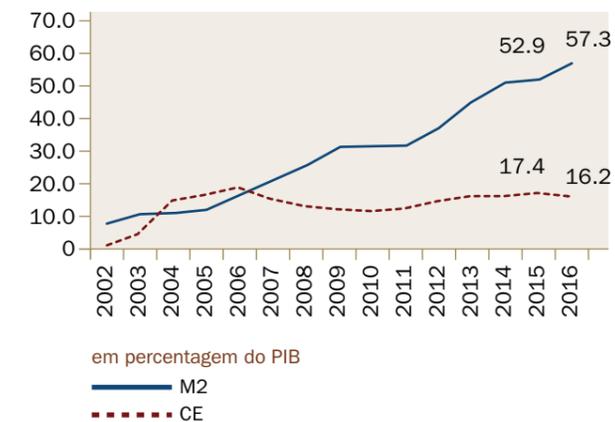
O rácio M2/PIB aumentou cerca de 444 pontos base, para 57,3 % ...

... enquanto, o rácio de crédito à economia/PIB se situou em 16,2%,

2.3.6. Indicadores de Aprofundamento Financeiro

O grau de aprofundamento financeiro, em 2016, também conhecido por grau de monetização da economia, pode ser medido com recurso ao rácio do M2 sobre o PIB. Este rácio aumentou 4.4% em 2016, para 57,3%. Por outro lado, outro indicador, o rácio de crédito sobre o PIB situou-se em 16,2%, descendo 1.2% em 2016.

Gráfico 16 O crescimento do agregado monetário



Fonte: DGE, MoF Livro 1 OGE 2017 e BCTL análise

2.4. Sector Externo

2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas (RIL)

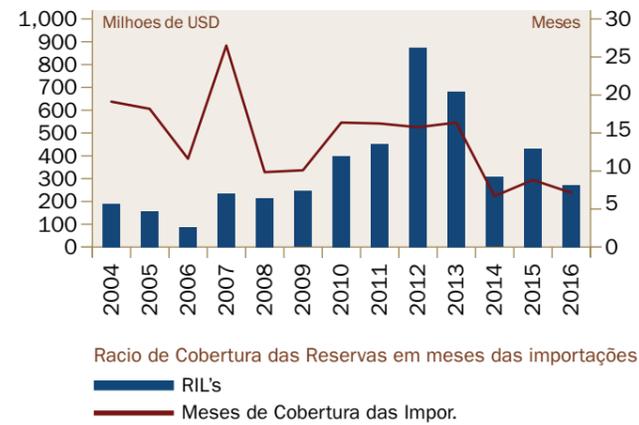
O saldo das reservas internacionais líquidas, no final de 2016, registou uma diminuição de 161 milhões de USD.

As RIL correspondem a 7,2 meses de cobertura de importação de bens

No final de 2016, o saldo das reservas internacionais líquidas fixou-se em 267 milhões de USD, correspondendo a uma descida de 157 milhões de USD no ano, depois do aumento de 127 milhões de USD em 2015. Este saldo corresponde a 7,3 meses de cobertura de importação de bens (8.8 meses em 2015).

O decréscimo das RIL do país em 2016 deveu-se, sobretudo, à diminuição de outros depósitos no montante de 148.9 milhões de USD, especialmente do investimento overnight, e de divisas/do saldo de caixa do BCTL (caixa forte e caixa de depósito bancário) no valor de 10.4 milhões de USD. Estas componentes, em conjunto com os diversos recebimentos e pagamentos ordenados pelo Estado e o levantamento de recursos do Fundo Petrolífero a favor da conta do Estado junto ao banco central (1,245 milhões de USD em 2016) determinaram a evolução das reservas internacionais do país.

Gráfico 17
Reservas Internacionais Líquidas



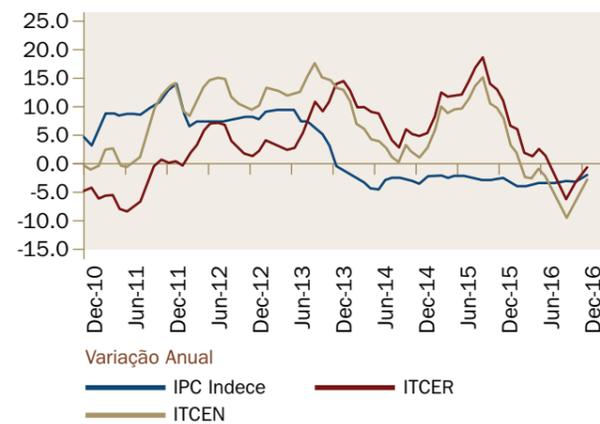
Fonte: DGE e BCTL

2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O ITCER depreciou, em termos anuais, 0,7% em 2016

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – um indicador que é utilizado para a avaliação da competitividade do país em termos de produtos nacionais transaccionáveis – depreciou-se 0,7% em 2016, após uma apreciação de 11,0% em 2015 (gráfico 18).

Gráfico 18
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real



Fonte: Bloomberg e BCTL análise

Esta evolução foi, por sua vez, determinada pela depreciação registada pelo Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (ITCEN) em 2,7%.

Em termos bilaterais, face à moeda da Indonésia e Austrália, o ITCER depreciou, em 5,9% e 2,6% respectivamente

Em termos bilaterais, especificamente face às divisas da Indonésia e Austrália, dois dos principais parceiros comércio do país que compõem o índice, registou-se uma depreciação real de 5,9% e 2,6% respectivamente, em comparação com a apreciação de 7,2% e 11,5% em 2015 (gráfico 19).

Gráfico 19
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real



Fonte: Bloomberg e BCTL análise

A exportação de café continua a ser a principal, e quase única, exportação do nosso país, Timor-Leste. Contudo, os preços internacionais continuam a ser o determinante mais forte do preço deste tipo de exportação, visto que os respectivos volumes exportados são fracamente influenciados pela evolução destas taxas de cambio efectivas. Contudo, uma vez que a nossa economia continua a ser altamente dependente das importações para satisfazer a procura agregada doméstica, a depreciação destes indicadores cambiais deverá traduzir-se na redução dos preços dos bens importados no mercado nacional e, conseqüentemente, das respectivas desaceleração inflacionistas.



2.5. Balança de Pagamentos

O saldo das contas externas de Timor-Leste continuou a agravar-se em 2016

O saldo das contas externas de Timor-Leste continuou a deteriorar-se em 2016, reflectindo o ligeiro aumento do défice da conta corrente (que exclui outros rendimentos primários) de 747 milhões de USD, o equivalente a 58% do PIB de 2016 (projectão), menos 3% face a 2015. Adicionalmente, o défice conjunto das contas correntes e de capital em 2016, que determina a necessidade global líquida de financiamento externo da economia Timorense, diminuiu em 0.33%, para 56% do PIB.

... reflectindo a deterioração do défice da conta corrente (que exclui outros rendimento primário) para 921 milhões de USD

Naturalmente, e por uma questão de equilíbrio contabilístico, este elevado défice das contas corrente e de capital teve que ser financiado por um saldo equivalente, mas de sinal contrario, na conta financeira. Em termos de fontes de financiamento do défice externo salienta-se a importância dos recursos relativos a participações no capital e investimento directo estrangeiro, depósitos do sistema bancário aplicados no estrangeiro, e ao investimento público (do fundo petrolífero) no exterior. Contudo, a necessidade de fazer face aos pagamentos para o exterior durante 2016, resultaram na redução global das reservas internacionais do país para 156 milhões de USD (12,2% do PIB).



Quadro 7. Balança de Pagamentos

	Milhões de USD			% PIB	
	2015	2016	Var %	2015	2016
Conta Corrente exclui Outros Rendimento Primário	740	747	0.9	-60.9	-58.3
Conta Corrente	238.7	523.0	-319.1	19.6	-40.8
Conta Parcial de Bens	634.9	538.6	-15.2	-52.2	-42.1
Conta Parcial de Serviços	579.9	526.5	-9.2	-47.7	-41.1
Conta Parcial de Rendimentos Primários	1,289.8	543.1	-57.9	106.1	42.4
Conta Parcial de Rendimentos Secundários	164	1	-100.6	13.5	-0.1
Conta Capital	29	30	3.0	2.4	2.3
Conta Financeira	29	499	1644.2	2.4	39.0
Investimento Directo	30	7	-123.7	2.5	-0.6
Investimento de Carteira	151	704	366.9	12.4	55.0
Outro Investimento	152	197	29.5	-12.5	-15.4
Erros e Omissões Líquidos	77	150	-296.0	-6.3	11.7
Saldo Global	296	6	-97.9	24.4	0.5
Activos de Reserva	220	156	-28.8	-18.1	-12.2

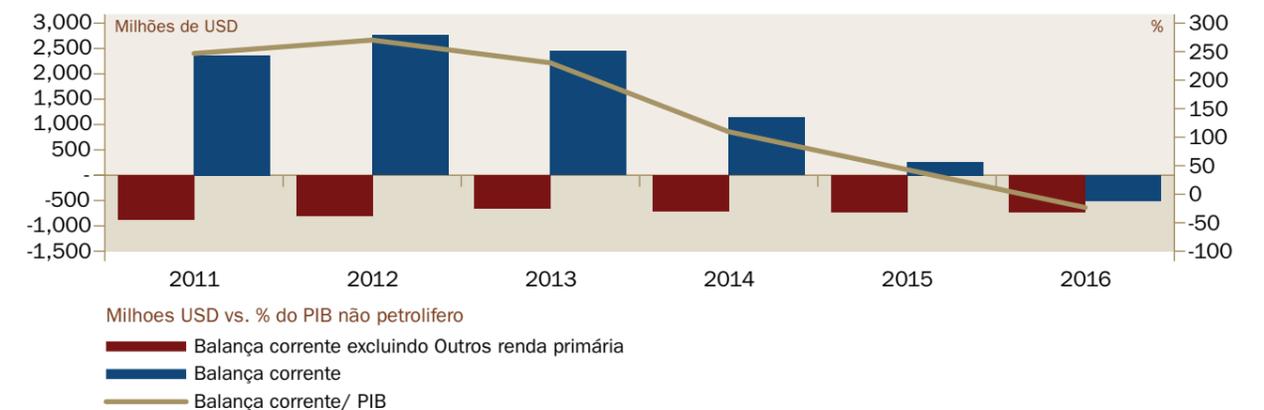
Fonte: BCTL

2.5.1. Conta Corrente

A persistente redução do rendimento do Mar de Timor e os elevados níveis de importações são os principais determinantes da deterioração do défice da conta corrente

Os dados provisórios relativos a transacções comerciais entre Timor-Leste e os seus parceiros em 2016, permitiram-nos apurar um défice corrente de 523 milhões de USD (incluindo outros rendimentos primários), ou cerca de 41% do PIB não petrolífero. Este saldo representa um agravamento do défice em 319%, ou de 762 milhões de USD relativamente a 2015. A persistente redução do rendimento dos recursos explorados no Mar de Timor (os impostos e royalties) e a manutenção dos elevados níveis de importações de bens e serviços são os determinantes principais da deterioração de défice da conta corrente da balança de pagamento de Timor-Leste ao longo dos últimos anos. Contudo, pela primeira vez e de uma forma negativa, a conta corrente (incluindo outros rendimentos primários - receitas petrolíferas) registou um défice global em 2016.

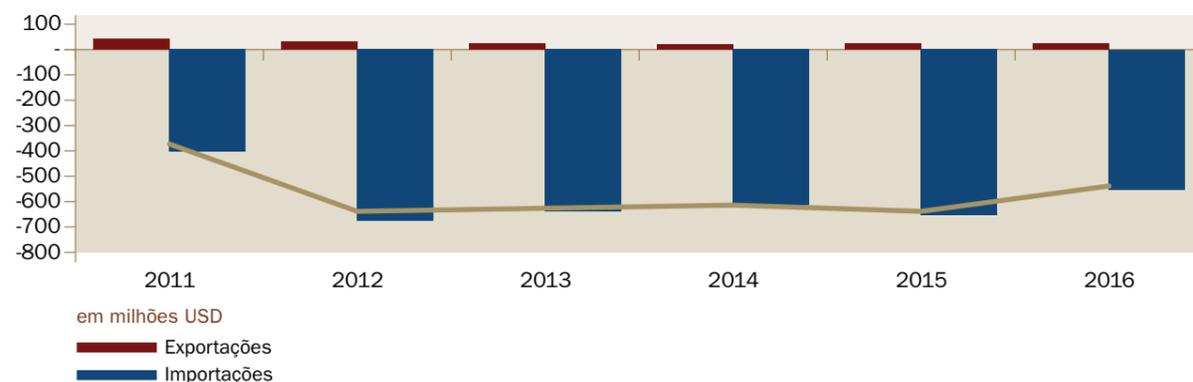
Gráfico 20
TL BdP Conta Corrente



Fonte: BCTL

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

Gráfico 21
Conta Parcial de Bens



Fonte: BCTL

2.5.1.1. Conta de Bens

No ano em apreço o saldo devedor líquido da conta parcial de bens foi de 538,6 milhões de USD, tendo melhorado 15,2 pp em relação a 2015. Esta melhoria foi explicada pelo um aumento de 11,1% das exportações para 20 milhões de USD, mas, sobretudo, pela desaceleração das despesas com a importação de bens em 14,4%, para 559 milhões de USD em 2016.

Exportações de Bens

Como é sabido, a quase única exportação do país — pelo menos aquela que é sistematicamente registada pelos serviços oficiais de estatística — é o café. A exportação do café é marcada por uma forte sazonalidade, concentrando-se quase exclusivamente no segundo semestre de cada ano, após a realização da colheita. O valor do café exportados em 2016 aumentou 17,7% face a 2015, para 18,1 milhões de USD¹, o equivalente a 1,4% do PIB, (aumento de 0,15%). O principal destino das nossas exportações de café durante o ano de 2016 continua a ser os E.U.A., que, com um peso de 39,4%, recebeu 7,1 milhões de USD de produto (quadro 8) (+4,3%).

¹ Antes de o ajustamento na balança de pagamento

Quadro 8. Exportações por países

	Milhões de USD			% PIB	
	2015	2016	Var %	2015	2016
Estados Unidos de América	6.845	7.143	4.3	0.56	0.56
Indonésia	0.368	0.269	(26.8)	0.03	0.02
Portugal	0.376	0.283	(24.7)	0.03	0.02
Australia	0.732	0.470	(35.8)	0.06	0.04
Alemanha	3.181	3.309	4.0	0.26	0.26
Taiwan	0.248	0.094	(61.9)	0.02	0.01
Japão	0.248	0.574	131.8	0.02	0.04
Outros	3.404	5.986	75.8	0.28	0.47
Total	15.402	18.128	17.7	1.27	1.42

Fonte: DGE e BCTL análise

Importações de Bens

Em 2016, registou-se um decréscimo das despesas com a importação de bens de 15,2% para 554 milhões de USD².

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo, seguidos dos veículos e máquinas mecânicas. Os bens energéticos representaram cerca de 19% do total de importações em 2016, tendo diminuído 32,6% para um sub-total de 84,7 milhões de USD.

Os cereais, que, por sua vez, representam apenas 6,5% do total das mercadorias importadas, registaram um acréscimo de 38,3% face o ano de 2015. O aumento do valor de importações deste tipo de produto deveu-se ao declínio no preço dos mesmos cereais, sobretudo devido à depreciação das moedas dos parceiros comerciais em relação ao dólar. A estrutura geográfica das importações e respectiva evolução figuram no quadro 9.

² Depois de ajustamento na balança de pagamento

Quadro 9. Importações por países

	Milhões de USD			% PIB		
	2015	2016	Var %	Peso	2015	2016
Indonesia	191.48	136.78	-28.6	30.7	15.8	10.7
Australia	17.61	11.48	-34.9	2.6	1.4	0.9
Singapura	105.27	51.99	-50.6	11.7	8.7	4.1
Viet Nam	37.06	26.87	-27.5	6.0	3.0	2.1
Portugal	9.80	8.41	-14.2	1.9	0.8	0.7
Thailandia	13.74	10.38	-24.5	2.3	1.1	0.8
Malaysia	41.15	10.91	-73.5	2.4	3.4	0.9
Japão	7.95	5.74	-27.9	1.3	0.7	0.4
China, República popular	65.36	88.08	34.8	19.8	5.4	6.9
Hong Kong	42.59	52.17	22.5	11.7	3.5	4.1
Korea, República da	8.46	8.94	5.6	2.0	0.7	0.7
Brasil	8.91	9.66	8.4	2.2	0.7	0.8
Outros	31.37	24.53	-21.8	5.5	2.6	1.9
Total	580.76	445.91	-23.2	100	47.8	34.8

Fonte: DGE e BCTL análise

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo

A importação de cereais registou um incremento de 38,3% face o ano de 2015

A China tem vindo a aumentar a sua importância em termos comerciais, representando 19,8% do total da importações em 2016.

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

A composição geográfica das importações de bens não tem sido estável nos últimos anos. Saliente-se, contudo, que a importância relativa China tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos últimos anos. Este país ocupa agora a 2ª posição em termos da origem das mercadorias importadas, ou 19,8% do total de importações, equivalente a uma subida de 34,8%, para 88 milhões de USD. A Indonésia, que se tem mantido como o principal parceiro comercial do país, alcançou um peso de 30,7% em 2016, pese embora as importações originárias deste país tenham diminuído substancialmente em 2016 (-28.6%).

Quadro 10. Importações por tipo de produtos

	Milhões de USD			% PIB		
	2015	2016	Var %	Peso	2015	2016
Cereais (10)	21.03	29.08	6.5	1.7	2.3	21.03
Petróleo (27)	125.76	84.72	19.0	10.3	6.6	125.76
Máquinas mecânicas (84)	34.97	44.43	10.0	2.9	3.5	34.97
Máquinas Elétricas (85)	48.01	25.77	5.8	4.0	2.0	48.01
Veículos (87)	72.67	56.89	12.8	6.0	4.4	72.67
Outros	278.32	205.03	46.0	22.9	16.0	278.32
TOTAL	580.76	445.91	-23.2	100.0	47.8	34.8

Fonte: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL
Nota: 1 - o número entre parênteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira

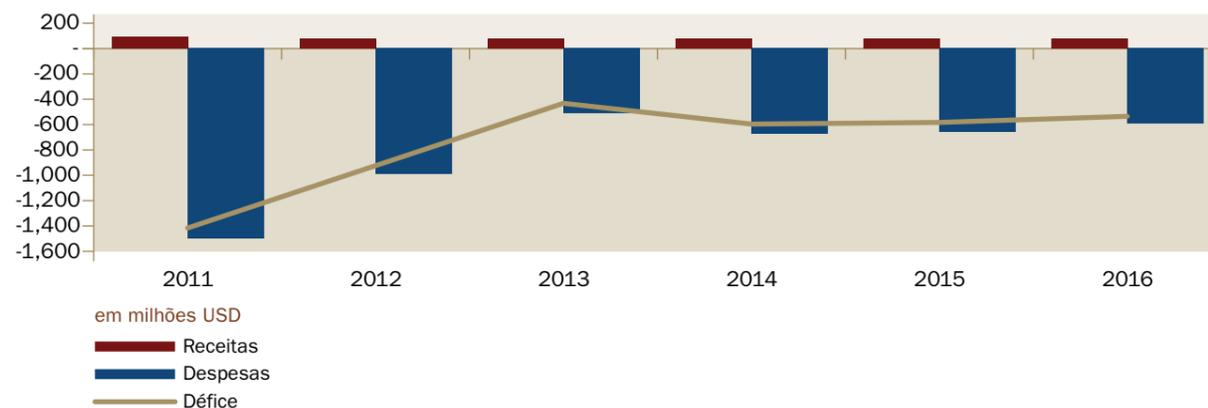
Porém, a Indonésia tem-se mantido como principal parceiro comercial do país

2.5.1.2. Conta Parcial de Serviços

Registou-se um saldo défice de 531,8 milhões de USD na conta parcial de serviços em 2016.

Em 2016, registou-se um saldo défice de 527 milhões de USD para a conta parcial de serviços, uma redução de cerca de 9,2%, equivalente a 53 milhões de USD quando comparado com o saldo de 2015. Segundo o gráfico 22, a redução foi liderada pelos serviços de (i) transporte, com uma melhoria de 11,9%, (ii) de seguros, com uma melhoria de 13,2%, (iii) de telecomunicação e outros serviços (incluindo serviços governamentais), com uma melhoria de 45% e 44% respectivamente. Pelo contrario, o défice externo agravou-se para os serviços de construção em 50,1% e de viagens em 22,7%.

Gráfico 22
Conta Parcial de Serviços



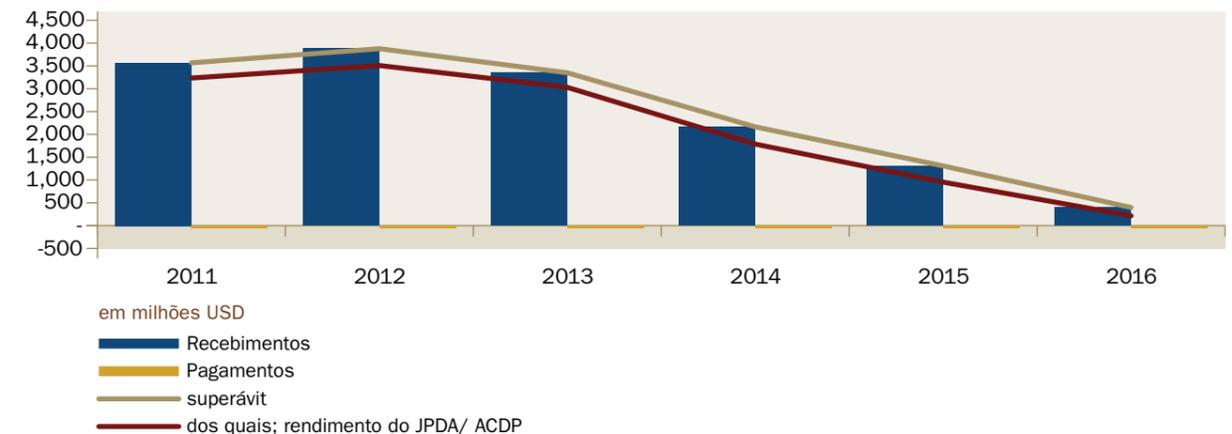
Fonte: BCTL

2.5.1.3. Conta Parcial de Rendimentos Primários

A redução dos rendimentos do fundo petrolífero explicou a deterioração do saldo da balança de pagamentos de Timor-Leste

A redução dos rendimentos do fundo petrolífero, as taxas e royalties recebidos da exploração petrolífera no Mar de Timor - a área conjunta de desenvolvimento do petróleo (JPDA) - resultou numa redução substancial do saldo da conta de rendimentos primários. Esta diminuição resultou, por sua vez, na deterioração significativa do saldo global da balança de pagamentos de Timor-Leste. O gráfico 23 evidencia a continuada e substancial redução dos rendimentos da JPDA nos últimos anos, que desceram 77,1% para 224 milhões de USD em 2016, em comparação com os 979 milhões de USD em 2015. O saldo da conta de rendimentos primários ascendeu a 17% do PIB não-petrolífero em 2016, face aos 81% de 2015.

Gráfico 23
Conta Parcial de Rendimentos Primários



Fonte: BCTL

2.5.1.4. Conta Parcial de Rendimentos Secundários

Os rendimentos secundários registaram uma saída líquida de recursos de 1 milhão de USD, em 2016, justificada pela redução dos desembolsos de doações para o apoio directo ao orçamento do estado de 40,3%, para 155,9 milhões de USD, e de uma subida na saída líquida de remessas de trabalhadores de 61,2% para 156,9 milhões de USD.

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

2.5.2. Fluxos Financeiros

A conta financeira registou uma saída líquida de fundos de 595 milhões de USD

No período em análise, a conta financeira, que inclui os fluxos relativos a fontes de financiamento externo da economia, registou uma saída líquida de fundos de 529 milhões de USD, cerca de 41% do PIB não-petrolífero, que corresponde a uma deterioração do défice da conta de 472 milhões de USD. A evolução da conta financeira continua a ser determinada pelos fluxos de investimento de carteira, que registou uma saída total de 704 milhões de USD (mais 553 milhões de USD do que em 2015). A redução do preço do petróleo e da produção petrolífera no mar de Timor, em conjunto com os levantamentos de capital do fundo petrolífero para financiar o Orçamento do Estado, resultaram na diminuição líquida dos activos externos do país em 2016 evidenciada de seguida (quadro 11).

Quadro 11. Importações por tipo de produtos

	Em milhões de USD	
	2015	2016
Conta de Operações Financeiras	28.64	499.48
Investimento directo em Timor-Leste	30.33	-7.19
Investimento de carteira	150.79	704.06
d/q. investimento do FP nos estrangeiros	150.79	704.06
Outro investimento, activos	-163.51	-202.52
Outro investimento, passivos	11.03	5.13

Fonte: BCTL

2.6. Desenvolvimento do Sistema Bancário em Timor-Leste

2.6.1. Estrutura Patrimonial

2.6.1.1. Evolução e Estrutura do Activo

O sistema bancário continuou estável em 2016

O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido durante o período em apreço. O sistema bancário continua a ser financiado com base em depósitos, emprestando apenas uma parcela destes recursos a empresas e particulares, pelo que, no seu conjunto, o sistema bancário é superavitário.

Nos quadros e gráficos em baixo, disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país, o qual era constituído, no final de 2016, por um banco sediado em Timor-Leste — o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste — e três agências bancárias de três importantes bancos, sediados em Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri).

Os activos bancários aumentaram cerca de 23,8% face a 2015...

O total de activos do sistema bancário registou um crescimento de 23.8% em finais de 2016 para 1,149, milhões de USD, tendo aumentado 221 milhões de USD em relação a 2015 (gráfico 24). Aquela evolução resultou, sobretudo, do aumento das aplicações efectuadas junto de outras instituições de crédito (34%), mas também do aumento do: crédito (líquido) (6,6%), dos investimentos (352%), dos activos tangíveis (11%) e dos outros activos (53%).

Os activos financeiros cresceram em resultado do aumento dos depósitos, principalmente dos depósitos dos bancos comerciais em Timor-Leste aplicados noutras instituições de crédito no estrangeiro e/ou nas suas próprias sedes no estrangeiro.

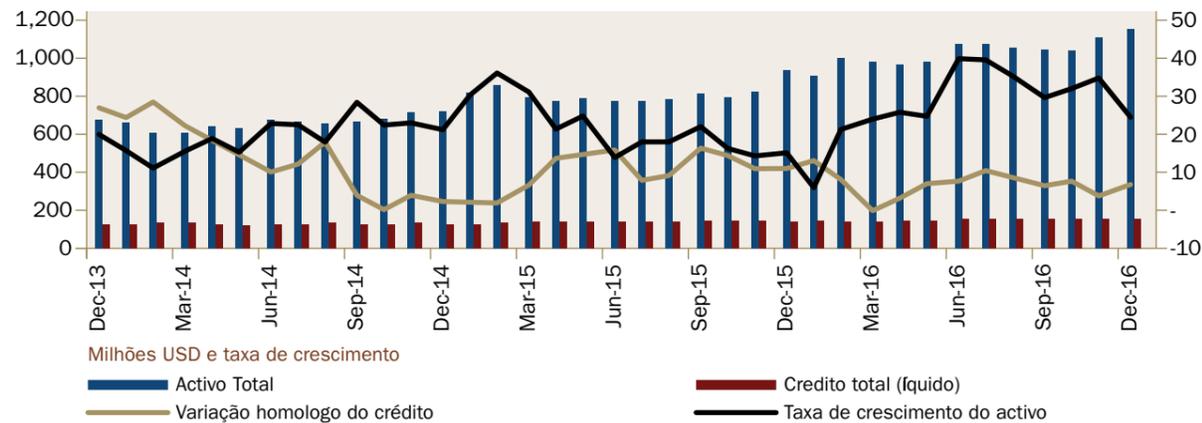
Todavia, os recursos aplicados no Banco Central desceram 14%.

No período em análise, o valor dos activos depositados no banco central desceu 14%, dividido principalmente da redução dos depósitos à ordem do BCTL.



Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

Gráfico 24
Evolução do Activo



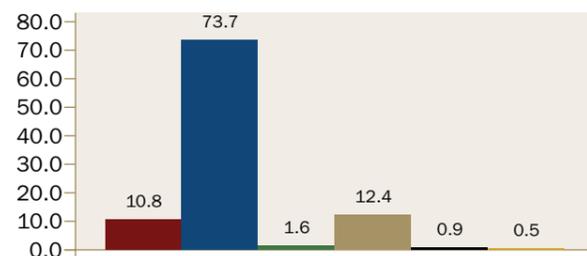
Fonte: BCTL

As aplicações efectuadas noutras instituições de crédito continuam a dominar os activos bancários.

A aplicação de activos junto de outras instituições de crédito continua a dominar a estrutura dos activos bancários, tendo voltado a aumentar o seu peso face ao ano anterior, passando a representar 73,7% (847 milhões de USD) em finais de 2016, contra os 68% (631 milhões de USD) registados em 2015 (gráfico 25).

O crédito passou a ocupar a segunda posição na estrutura de activo, por contrapartida dos activos depositados com o BCTL. Em Dezembro de 2016 o valor global da carteira de créditos bancários ascendeu a 143 milhões de USD, o que corresponde a 12,4% do total do activo patrimonial, tendo registado um aumento de 6,6% face a Dezembro de 2015.

Gráfico 25.a
Estrutura do Activo

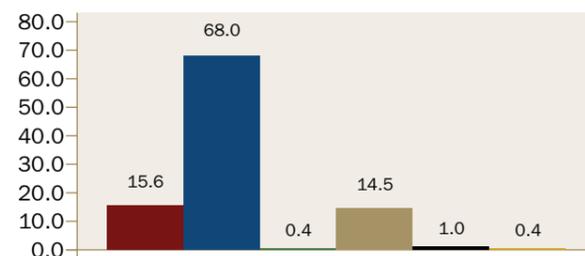


Em % do Total Activo

- Disponibilidades em bancos centrais
- Disponibilidades em instituições de crédito
- Investimentos
- Variação homóloga do crédito
- Activos tangíveis
- Outros activos

Fonte: BCTL

Gráfico 25.b
Estrutura do Activo



Em % do Total Activo

- Disponibilidades em bancos centrais
- Disponibilidades em instituições de crédito
- Investimentos
- Variação homóloga do crédito
- Activos tangíveis
- Outros activos

Fonte: BCTL

As disponibilidades aplicadas no Banco Central de Timor-Leste passaram a ocupar a terceira posição com um peso de 10,8% do total dos activos em finais de 2016, face aos 15,6% alcançados em finais de 2015.

Quadro 12. Estrutura do Activo da Banca Comercial

Em milhões de USD

	Dez-15	Dez-16	Peso	Variação	
				%	Valor
Diponibilidades em bancos centrais	145	124	10.8	-14.2	-21
Disponibilidades em instituições de crédito	631	847	73.7	34.2	216
Investimentos	4	18	1.6	351.6	14
Variação homólogo do crédito	134	143	12.4	6.6	9
Activos tangíveis	10	11	0.9	11.1	1
Outros activos	4	6	0.5	52.7	2
TOTAL	928	1,149	100	23.8.8	221

Fonte: BCTL

Os depósitos continuam a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito

2.6.1.2. Passivo

A captação de depósitos continua a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito, tendo registado um aumento do seu peso no passivo de 1,7% para 79,8% em Dezembro 2016 em comparação com 78,1% em Dezembro 2015 (gráfico 26). Em termos de variação nominal, os depósitos captados pelo sector bancário aumentaram 26,5% face Dezembro 2015.

Em 2016, os recursos obtidos do Banco Central registaram um crescimento de 22,1%, bastante superior ao crescimento registado em 2015 (6,3%), pese embora se tenha observado uma ligeira redução do seu peso no total do passivo, dos 8% de 2015 para os 7,9% em Dezembro 2016. Por outro lado, os depósitos recebidos de outras instituições de crédito³ registaram uma aceleração significativa de 141,6% em Dezembro 2016, face à redução de 24,4% registada em 2015.

³ Revisão do relatório anual de 2015 (pag. 49):

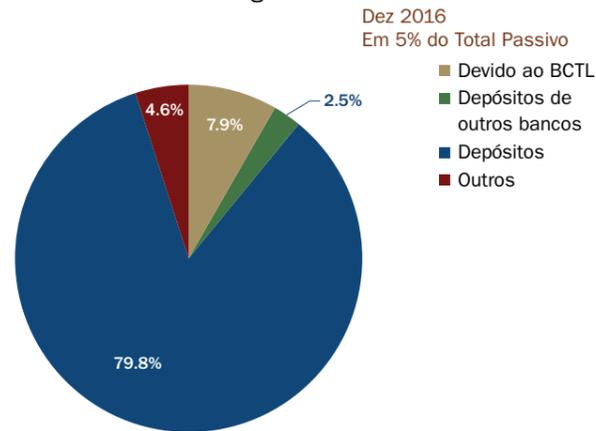
Responsabilidades/Passivo

em milhões de USD

	2014	2015	Peso		Variação (%)	
			2014	2015	2014	2015
Depósitos de outros bancos	15.8	11.9	1.96	1.28	260.4	-24.4
Outros	96.9	74.2	12.03	8.00	38.1	-23.4

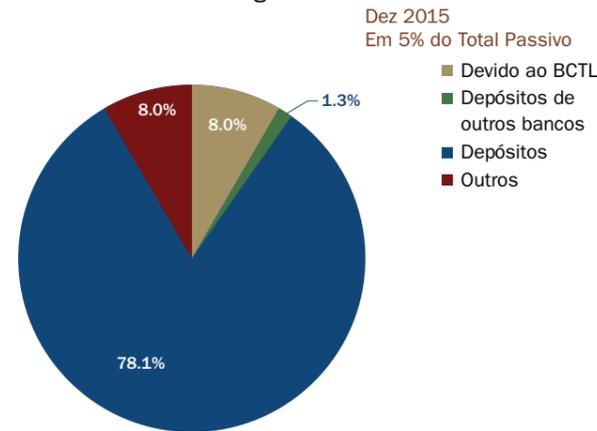
Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

Gráfico 26.a
Estura do Passivo Elegível



Fonte: BCTL

Gráfico 26.b
Estura do Passivo Elegível

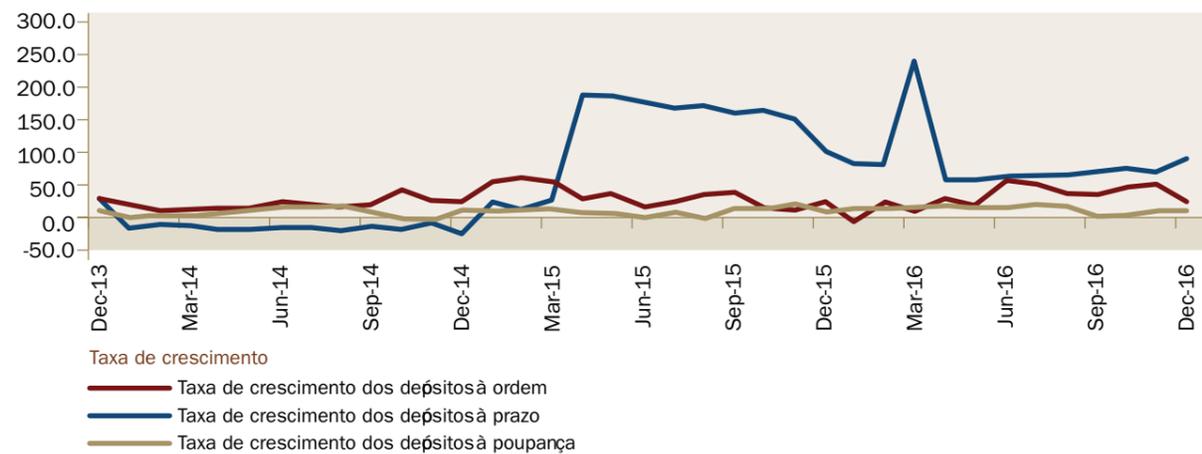


Fonte: BCTL

O crescimento dos depósitos à ordem continuou a acelerar.....

As taxas de crescimento dos depósitos à ordem continuaram a registrar níveis bastante elevados durante 2016, registrando um valor de 24,1% face a 2015. Por outro lado, os depósitos a prazo registaram uma expressiva taxa de crescimento anual em 2016, aumentando 90,4% no final do ano em termos homólogos, tendo mesmo registado um taxa de variação de 246,1% em Março de 2016.

Gráfico 27
Evolução dos depósitos

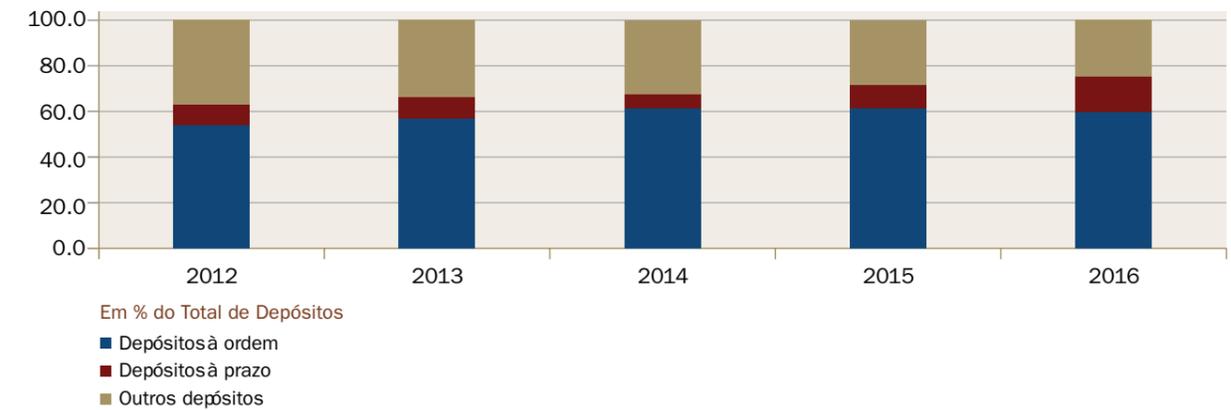


Fonte: BCTL

.... continuando a representar a maior componente do total de depósitos,

A estrutura dos depósitos continua a registrar as tendências registadas nos anos anteriores. Os depósitos "à vista" continuaram a representar a maior componente do total de depósitos, atingindo cerca de 60,5% do total, apesar de terem registado uma ligeira redução face Dezembro de 2015 (61,7%), Os depósitos de poupança representavam, por sua vez, cerca de 24,2% do total de depósitos no final de 2016, face aos 28,1% de 2015. O montante aplicado em depósitos a prazo continuou a aumentar substancialmente, ascendendo a 15,4% do total de depósitos captados, em comparação com os 10,2% do ano anterior.

Gráfico 28
Estrutura dos Depósitos

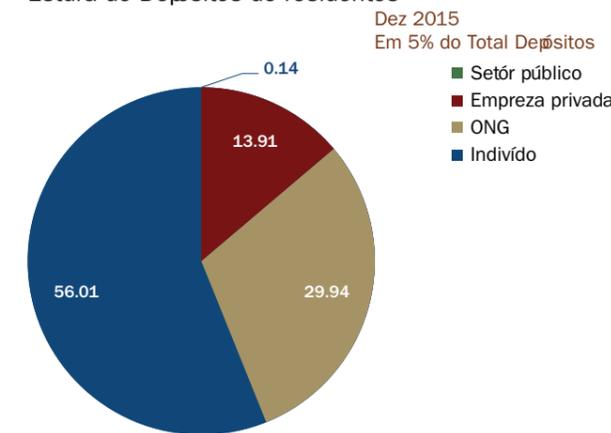


Fonte: BCTL

A estrutura revela que os depósitos de particulares continuam a representar a maior componente dos depósitos captados

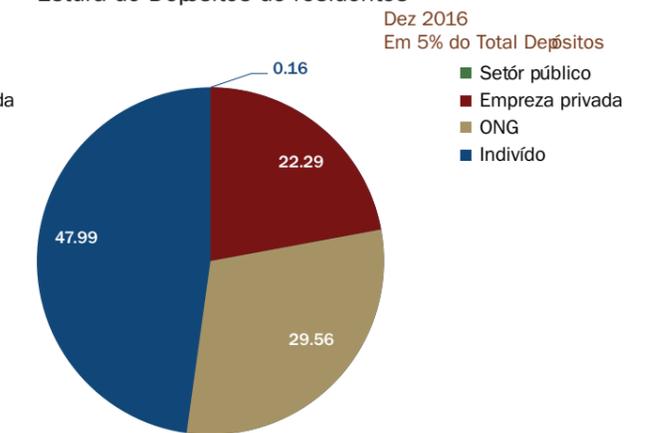
Relativamente aos depósitos detidos por residentes, não houve alterações significativas em termos de composição, com os depósitos de particulares a continuar a representar a maior componente dos depósitos captados, apesar da diminuição da sua importância de 56% em 2015 para 48% do total em Dezembro de 2016 (gráfico 29). Os depósitos de empresas privadas mantiveram a segunda posição na estrutura de depósitos, com um peso de 29,6 (-0,38% face a 2015). Porém os depósitos do sector Estado registaram um aumento significativo, de 102,7% em relação ao Dezembro de 2015. No final de 2016, os depósitos do Estado ascendiam a 204,3 milhões de USD, ou 22,3% do total, o que correspondeu a um acréscimo de 8,4% em relação a 2015.

Gráfico 29.a
Estura do Depósitos de residentes



Fonte: BCTL

Gráfico 29.b
Estura do Depósitos de residentes



Fonte: BCTL

Evolução recente da ECONOMIA NACIONAL

2.6.1.3. Rentabilidade

As receitas dos bancos cresceram 18.7%.

As receitas dos bancos foram constituídas por juros e comissões cobradas aos seus clientes, que ascenderam a um total de 34.9 milhões de USD. Este valor corresponde a um crescimento anual de 18.7%, ou de 5.5 milhões de USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos apresentaram os seguintes resultados em 2016 (os valores de 2015 destinam-se a facilitar a comparação):

Quadro 13. Resultados das Actividades Bancárias

	Em milhões de USD	
	Dec-15	Dec-16
Rendimento Bruto	29.43	34.93
Rendimento líquido antes de impostos	7.51	13.21
	0	0
Impostos sobre o rendimento	0.81	1.31
	0	0
Rendimento líquido depois de impostos	6.70	11.89

Rendimento em % dos activos	Dec-14	Dec-15
Juros recebidos de bancos	0.48%	0.73%
Juros de investimentos 'overnight'	0.00%	0.00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1.28%	1.71%
Outros juros recebidos	0.21%	0.32%
Outros rendimentos operacionais	2.84%	2.76%

Fonte: BCTL

O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o ROA, ou Return On Assets) subiu para 1,04% em 2016, face aos 0,7% de 2015. O incremento do RoA fica a dever-se sobretudo ao aumento do valor das receitas brutas equivalente a 5,5 milhões de USD. Em termos de determinantes, o aumento do RoA decorreu do aumento das taxas de juro recebidas das aplicações noutros bancos e dos empréstimos em 2016, quando consideradas em percentagem dos activos bancários. Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos exigidos pelo Banco Central.

2.6.1.4. Serviços de Transferência

2.6.1.4.1. Serviços de Transferência de Dinheiro (MTS)

As transferências para o exterior ascenderam a 1.7 bilião de USD.

Durante o período de 2016, os serviços de transferência de dinheiro, reportados pelo os bancos comerciais que operam em Timor-Leste, registaram um total de

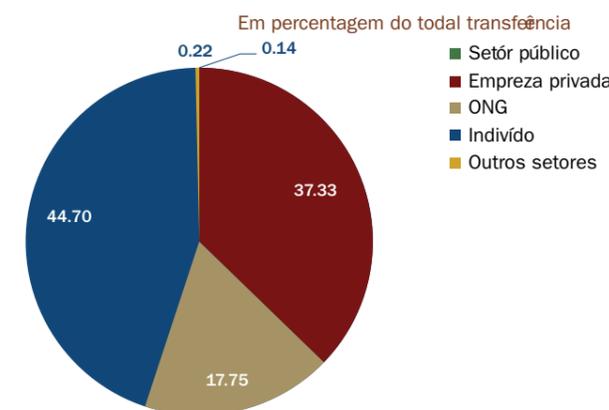
transferências para o exterior de 96,1 mil transações, com um valor nominal de 1.7 bilião de USD, representando um crescimento de 7,7% em relação a 2015. Por seu lado, as transferências provenientes do exterior totalizaram 53,3 mil operações, com um valor nominal de 926,4 milhões de USD, o que representa uma redução de 6% em relação a 2015.

2.6.1.4.2. Operadores de Transferência de Dinheiro (MTO)

Em 2016, este sector registou um valor total de transferências para exterior de 107.7 milhões de USD, enquanto as transferências provenientes do exterior registaram um montante de 41,5 milhões de USD. Estes valores representam taxas de crescimento anuais de 21,4% e 21,1%, respectivamente. Note-se ainda que as transferências pessoais, continuaram a representaram o maior contributo para o crescimento de ambos os tipos de transferência (para e provenientes do exterior). Em termos de destino, a maior parte das entradas foram provenientes da Europa, responsáveis por uma contribuição de 15,8% para o crescimento de 2016. Estes fluxos foram maioritariamente explicados pelo envio de remessas de trabalhadores timorenses a residir e trabalhar na Europa. As saídas de remessas foram, na sua maior parte, encaminhadas para a região da Ásia Pacífico (21,8%), especialmente para a Indonésia (18.4%), que beneficiou assim das remessas de cidadãos indonésios a residir e a trabalhar em Timor Leste.

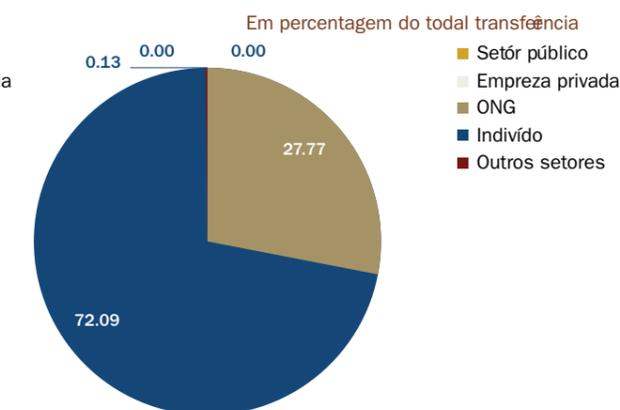
O gráfico 27 apresenta o peso das transferências efectuadas por cada setor por recurso aos operadores de transferência de dinheiro em 2016.

Gráfico 30.a Transferências para o Exterior



Fonte: BCTL

Gráfico 30.b Transferências provenientes do Exterior



Fonte: BCTL

MISSÃO E MANDATOS

principais, organização,
governança e actividades



3

A missão principal do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) consiste em continuar a assegurar e melhorar a qualidade dos serviços que presta à comunidade, mantendo, em simultâneo, um sistema monetário estável, e promover um sistema financeiro robusto e funcional.



Esta missão é prosseguida mediante a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável, de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, do funcionamento credível do conjunto das instituições financeiras — mediante a implementação de normas legais e regulamentadas apropriadas e da supervisão bancária —, a educação financeira da população e a realização de estudos sobre a economia nacional, apoiados em estatísticas úteis e de qualidade.

Tendo em conta a missão do BCTL, este capítulo faz uma análise global do mandato e das funções da instituição, da sua estrutura governativa e actividades mais importantes, levadas a cabo durante o exercício de 2016, bem como o seu plano de acção para 2017. Este breve sumário de actividades anuais detalha ainda as principais iniciativas desenvolvidas por cada uma das várias áreas funcionais do BCTL, ao longo do ano.

3.1. Principais mandatos e funções

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é uma pessoa colectiva de direito pública, dotada de autonomia administrativa e financeira, e de património próprio. O BCTL, os seus órgãos, funcionários e agentes, gozam de independência, não podendo receber instruções de entidades que lhes sejam externas, assegurando sua Lei Orgânica a necessária independência do Banco Central face ao Governo. Como é usual na maioria dos bancos centrais a nível internacional, o principal objectivo do BCTL é, no domínio da política económica, assegurar a estabilidade dos preços domésticos. Outros objectivos igualmente importantes são a promoção de um sistema financeiro baseado nos princípios de uma economia de mercado e, por isso, em que haja concorrência e esta funcione a favor dos cidadãos e da economia em geral. Tendo como linha directora estes objectivos e princípios, o Banco Central deve ainda apoiar a política global do Governo na área económica.

A fim de alcançar os seus objectivos, são funções do BCTL, nos termos da lei:

- a) Definir e implementar a política monetária do país;
- b) Definir e adoptar o regime cambial bem como a política cambial associada;
- c) Realizar operações em moedas estrangeira;
- d) Deter e gerir as reservas oficiais externas do país;
- e) Deter e gerir as reservas em ouro do Estado;
- f) Emitir e gerir a moeda oficial de Timor-Leste — neste momento o país usa a moeda dos EUA;
- g) Reunir e publicar informação estatística sobre as áreas da sua competência (nomeadamente as estatísticas monetárias e as da balança de pagamentos);
- h) Informar o Parlamento Nacional, o Governo e o público em geral sobre as políticas que implementa;
- i) Estabelecer, promover e supervisionar sistemas de pagamentos seguros e eficientes;
- j) Regular, licenciar, registar e supervisionar as instituições financeiras que operem no país;
- k) Aconselhar o Governo sobre matérias da sua competência;
- l) Agir como agente fiscal do Governo;
- m) Participar em organizações e reuniões internacionais que se debrucem sobre os pontos acima;
- n) Ser parte de contractos e estabelecer acordos e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e
- o) Realizar quaisquer outras actividades que lhe sejam atribuídas por lei.

Actualmente, algumas destas funções não são ainda desempenhadas pelo Banco Central de Timor-Leste, devido à adopção do dólar norte-americano (USD) como moeda oficial do país.

3.2. Organização e governação do BCTL

A autoridade máxima do BCTL é o seu Conselho de Administração, o qual formula as estratégias e políticas para a instituição e supervisiona a sua implementação, incluindo a supervisão da administração e das actividades operacionais do Banco. O Governador é o órgão executivo do BCTL e o responsável pela gestão corrente, sendo assistido por dois Vice-Governadores e por um Comité de Gestão composto pelos Directores e responsáveis dos vários departamentos do Banco. No final de 2016, ano a que se refere o presente relatório, o Conselho de Administração era composto pelo Governador, dois Vice-Governadores e quatro membros não-executivos, estando assim preenchidas o total de posições deste órgão, de acordo com o desposto na Lei orgânica do Banco Central. A composição do Conselho de Administração e do Comité de Gestão é apresentada no final do capítulo. O BCTL está organizado em quatro departamentos principais: Supervisão do Sistema Financeiro; Sistema Bancário e Sistemas de Pagamento; Gestão do Fundo Petrolífero; e Departamento de Administração. Algumas Divisões e Gabinetes reportam directamente ao Governador, tais como Unidade Jurídica, Auditoria Interna, a Divisão de Economia e Estatística e a Unidade de Informação Financeira. A Divisão de Contabilidade e Orçamento encontra-se na dependência do Vice-Governador responsável pela área da supervisão do sistema financeiro.

O Banco Central está também encarregue do secretariado do Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero.

O Conselho de Administração do BCTL continua a adoptar o lema abreviado pela sigla TIMOR, representando a Transparência, a Integridade, a Mobilização, a Obrigação e a Responsabilidade, palavras de ordem essenciais no dia-a-dia da instituição e dos seus funcionários.

Encontra-se igualmente em vigor, no BCTL um código de ética aplicável a todos os seus funcionários, do topo à base, incluindo também entidades externas que se relacionam com o Banco. O Conselho de Administração aprovou em fevereiro de 2016 a revisão do código, através da alteração aos Termos e Condições de Emprego do BCTL, aprovadas pela Resolução n.º 32/2016. O código de ética inclui normas estritas sobre vários aspectos do comportamento daqueles a quem se aplica. Refira-se, por exemplo, a obrigatoriedade de cada funcionário do Banco desempenhar as suas funções tendo exclusivamente em consideração os interesses do público em geral e do BCTL e não os seus interesses individuais, o que inclui não receber instruções, quaisquer que elas sejam, de outras entidades que não as das estruturas legais do Banco Central.

Os funcionários do Banco estão também, naturalmente, proibidos de receber quaisquer valores pecuniários ou outros elementos remuneratórios, de quaisquer pessoas que possam ter interesse em influenciar as suas decisões.

Valores Institucionais

T RANSPARÊNCIA

Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.

I NTEGRIDADE

Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.

M OBILIZAÇÃO

Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.

O BRIGAÇÃO

Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.

R ESPONSABILIDADE

Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões e acções.

3.3. As atividades do BCTL em 2016

No âmbito da missão do BCTL, consubstanciada na promoção da estabilidade monetária e financeira, desenvolvimento do sistema financeiro e promoção de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, várias atividades foram planeadas e implementadas em 2016.

Na continuação da implementação do Plano Director para o Sector Financeiro em Timor-Leste, o BCTL, em 2016, organizou um programa de treino de literacia financeira para as escolas primárias. Este programa de formação contou com a participação de 14 professores de 12 municípios, incluindo Ainaro, Aileu, Baucau, Bobonaro, Díli, Ermera, Lautem, Liquiça, Manatuto, Manufahi, Viqueque e Oé-Cusse Ambeno, e decorreu de 7 a 11 de março de 2016.

Aquando da celebração do dia nacional de poupança, o BCTL organizou actividades de competição de educação de 4 a 7 de Outubro de 2016, com o tema “poupa agora para um futuro melhor”, envolvendo todas as escolas primárias do Município de Liquiçá. Foi a primeira vez, que o evento foi celebrado fora da capital Díli. A cerimónia de celebração do segundo aniversário do dia nacional de poupança no Município de Liquiçá, a 29 de novembro de 2016, o evento contou com a participação de cerca de 1200 pessoas, incluindo alunos e professores de Escolas Primárias dos 3 postos administrativos de Liquiça, Maubara e Bazartete, a participação da Vice-Ministra da Educação, autoridades locais, e também da presença de representantes e Governadores dos Bancos Centrais dos países do Pacífico Sul.

O BCTL continuou a sensibilizar o público para estimular o uso da Conta de Poupança Infantil “Ha’u-nia Futuru” através da distribuição de brochuras nas escolas e da visualização de uma curta metragem promocional na Televisão Pública de Timor-Leste (TVTL). No final de 2016, foram abertas 6,7 mil contas “Ha’u-nia Futuru” com valor nominal de poupanças de 902 mil USD, o que representa um crescimento de 422,2% em termos do número de contas, e de 405,9% em relação ao seu valor. Dentro das iniciativas de promoção do acesso ao crédito, o BCTL organizou um seminário nacional sobre o acesso ao financiamento, desafios e oportunidades para o sector privado. Este seminário foi realizado sob a liderança do Primeiro-Ministro de Timor-Leste e do Governador da BCTL, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCI-TL) e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

O BCTL realizou igualmente o programa de formação sobre registo e a contabilidade das empresas, incluindo a preparação de propostas de empréstimo para novas empresas, incluindo Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), com o objetivo de fornecer aos participantes capacidades básicas em termos do registo de negócios e contabilidade com base nas melhores práticas internacionais para MPME.

O BCTL, em 2016, publicou o relatório de Inclusão Financeira baseado em dados dos principais prestadores de serviços financeiros do país, incluindo bancos comerciais, seguradoras, microfinanças, cooperativas de crédito, operadores de transferência de dinheiro, e agências de câmbio.

Durante o ano de 2016, o BCTL trabalhou em conjunto com o Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC) no sentido de realizar uma avaliação independente para as atividades das cooperativas de crédito.

No âmbito da promoção da interoperabilidade dos sistemas de pagamentos, o BCTL realizou, durante o ano de 2016, um concurso internacional para a adjudicação de uma plataforma nacional de “switch” de cartões e sistemas móveis (SNCM), de modo a garantir o acesso de todos os cidadãos timorenses aos serviços financeiros.

O BCTL trabalhou em conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD/ADB) na preparação do projecto de instrução sobre moeda electrónica, com o objectivo de criar um ambiente regulado para serviços financeiros móveis eficientes e seguros.

Em 2016, o BCTL assinou um Acordo de Cooperação com a Otoritas Jasa Keuangan (OJK) da Indonésia para formalizar a cooperação entre as duas instituições na área da supervisão do sistema financeiro. Este acordo estabeleceu um quadro de cooperação entre o BCTL e a OJK em domínios de interesse comum no desempenho das respectivas funções de regulação financeira.

O BCTL assinou ainda um Acordo de Cooperação com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de Portugal. O acordo estabelece um quadro geral de cooperação entre as duas entidades enquanto autoridades nacionais de supervisão da área dos seguros.

As principais actividades do BCTL, realizadas durante 2016, encontram-se descritas com maior detalhe na secção que se segue.

3.3.1. Sistema Nacional de Pagamentos

3.3.1.1. Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária

Durante o período a que refere este relatório — o ano de 2016 —, o Banco Central continuou a atuar de uma forma consistente, de modo a manter sempre uma reserva de dinheiro suficiente para atender às necessidades de pagamentos pecuniários, quer do Governo, quer dos bancos comerciais. Foi neste contexto que o BCTL assegurou, nomeadamente, o pleno funcionamento das transacções financeiras através do módulo da “Câmara de Compensação” Automática e o de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS). O quadro 1 sintetiza os movimentos registados no Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária (CEL) de Dili. O sistema CEL funcionou de forma estável em 2016, tendo sido processados 22,501 mil transacções, correspondentes ao valor de 136,856 milhões de USD, representando uma desaceleração de 6,3% em termos de quantidade e um incremento de 3,7% em relação ao valor de 2015.

Quadro 1. Transacções na CEL de Dili (Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

Mês	Cheques 2015		Cheques 2016		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	1.902	13.423	1.659	12.118	-12.8	-9.7
Fevereiro	1.851	9.406	1.859	11.178	0.4	18.8
Março	2.124	11.592	1.877	12.233	-11.6	5.5
Abril	1.922	10.991	1.842	11.393	-4.2	3.7
Mai	1.875	8.989	1.763	9.733	-6.0	8.3
Junho	2.229	10.637	2.132	11.897	-4.4	11.8
Julho	2.048	10.890	1.743	10.005	-14.9	-8.1
Agosto	1.925	10.159	1.943	11.297	0.9	11.2
Setembro	2.034	11.701	1.944	12.403	-4.4	6.0
Outubro	2.036	12.505	1.914	11.609	-6.0	-7.2
Novembro	1.99	10.134	1.772	10.504	-1.5	3.7
Dezembro	2.257	11.516	2.053	12.485	-9.0	8.4
TOTAL	24.002	131.942	22.501	136.856	-6.3	3.7

Fonte: BCTL

3.3.1.2. O Sistema SWIFT e RTGS (R-Timor)

Os serviços de pagamentos prestados pelo BCTL subdividem-se em duas categorias: domésticas e internacionais. Os pagamentos domésticos são, por sua vez, de dois tipos: os de Valores Elevados e os de Retalho. Os pagamentos internacionais são efectuados do país para o exterior e vice-versa, sempre efectuados através do sistema SWIFT. Os pagamentos domésticos, principalmente no que diz respeito aos pagamentos do retalho, são directamente executados pela câmara de compensação automática, 2 vezes por dia, processando pagamentos relativos a salários, subsídios a veteranos de guerra, pagamentos a fornecedores, que, entre outros, são processados e transferidos para os bancos comerciais.

Quadro 2. Pagamentos Nacionais e Internacionais (Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2015		2016		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Pagamentos Nacionais						
Saídas de RTGS	11.42	1376.32	7.61	973.72	-33.39	-29.25
Tranfências retalho do Fundo	55.35	217.97	44.68	254.46	-19.27	16.74
Sub Total	66.77	1594.29	52.29	1228.18	-21.69	-22.96
Pagamentos Internacionais						
Tranfências para o exterior	3.63	1176.18	4.58	1520.72	26.31	29.29
Tranfências provenientes do exterior	0.28	66.61	0.31	23.76	8.83	-64.33
Sub Total	3.91	1242.79	4.89	1544.48	25.04	24.27
TOTAL	70.68	2837.09	57.18	2772.66	-19.11	-2.27

Fonte: BCTL

O quadro 2 evidencia as estatísticas dos pagamentos, tanto nacionais como internacionais, durante o período em apreço. No que respeita aos pagamentos nacionais, foram processados 52,3 mil documentos, correspondentes a um total de 1.228,2 milhões de USD, representando uma desaceleração de 21,7% em termos de número e 23% em relação ao valor face a 2015. A desaceleração registada para os pagamentos nacionais foi determinada pela redução da quantidade de pagamentos efectuada via RTGS (o sistema R-TIMOR), em 33,4%, e 29,3% em termos de valor. Por seu lado, no âmbito da actividade de pagamentos internacionais, foram processados 4,9 mil documentos, correspondentes ao valor de 1.544,5 milhões de USD, representando um incremento de 25%, em termos de quantidade, e 24,3% em relação ao valor face a 2015. Este aumento de actividade deveu-se, fundamentalmente ao aumento do número de transferências efectuadas para o exterior.

MISSÃO E MANDATOS principais, organização, governação e actividades

Adicionalmente, os movimentos das transacções internacionais, correspondentes a transacções de transferência e recebimento realizadas pelos bancos comerciais, em 2016 são apresentadas no quadro 3.

As transacções de transferências externas recebidas e realizadas em 2016, via SWIFT, ascenderam a um total de 28,201 mil, correspondentes ao valor de 350,679 milhões de USD, representando um aumento de 90% em termos de quantidade e 8,4% em relação ao valor. Entretanto, as transferências dirigidas ao exterior totalizaram 22,031 mil transacções, correspondentes ao valor de 1.103,425 milhões de USD, representando um incremento de 11,1% em termos de quantidade e uma descida de 2,4% o que diz respeito ao seu valor transferido.

Quadro 3. Entradas e Saídas de Transferências (SWIFT) (Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2015		2016		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Transferências proveniente do exterior						
SWIFT	14.845	323.528	28.201	350.679	90.0	8.4
Non-SWIFT	5.658	146.346	6.193	147.683	9.5	0.9
Sub Total	20.503	469.874	34.394	498.362	67.8	6.1
Transferências para do exterior						
SWIFT	19.833	1,130.548	22.031	1,103.425	11.1	-2.4
Non-SWIFT	45.633	855,402	46.133	443.824	1.1	-48.1
Sub Total	65.466	1,985.951	68.164	1,547.249	4.1	-22.1
TOTAL	70.68	2,455.825	102.558	2,045.612	19.3	-16.7

Fonte: BCTL

3.3.1.3. Banca Electrónica

O quadro 4 mostra a evolução das transacções em dinheiro e outros meios, que não dinheiro, realizadas pelos bancos comerciais em Timor-Leste. Como se pode constatar, a quantidade de transacções em moeda no país totalizava, em 2016, cerca de 16.258 mil, ou 98% do total das transacções, com um valor de 5.070 milhões de USD. O nível de actividade registou um incremento de 19,1% em termos de quantidade e, em simultâneo, uma redução de 6,5% do valor face a 2015. Nota-se que, as transacções em meios que “não em moeda” representam apenas 2% do total da quantidade das transacções no país, com apenas 335 mil, mas correspondem a um valor de transacção de 2.555,5 milhões de USD, cerca de 33,5% do total. Estes totais representam um decréscimo de 2,4% em termos de quantidade e um acréscimo de 36,4% do valor face 2015.

Quadro 4. Transacções em Moeda e não em Moeda (Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2015		2016		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Tranfências em Moeda	13,653.337	5,426.296	16,258.293	5,070.927	19.1	-6.5
Tranfências não em Moeda	343.334	1,873.366	335.035	2,555.469	-2.4	36.4
TOTAL	13,996.671	7,299.662	16,593.328	7,626.396	18.6	4.5

Fonte: BCTL

O BCTL pretende que a liquidação de operações na economia se torne progressivamente mais eficiente e eficaz através da utilização de meios de pagamentos electrónicos e os serviços financeiros digitais. Consequentemente, o BCTL continua com a sua intenção de alargar substancialmente a rede de serviços de pagamento automático, que não utilizam uma base monetária, que utilizem o “switch” nacional para a expansão dos serviços de pagamento, estimulando a utilização generalizada de cartões de débito e crédito e do telemóvel como plataforma de pagamento.

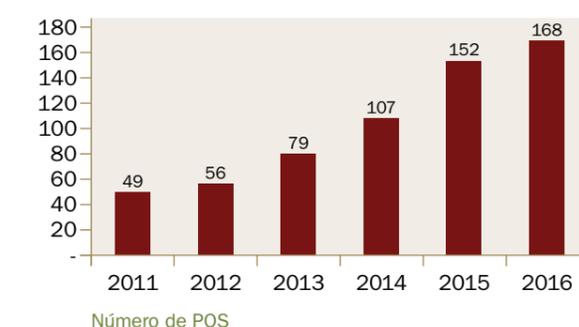
O gráfico 1 e 2 mostram o total de terminais de pagamento instalada no país, entre eles, as caixas automáticos (ATM) que totalizava 72 unidades em 2016 e 168 unidades de Terminais de Pagamento Automático (POS), o que, comparado com Dezembro de 2015, representa um crescimento de 50% e 11% respectivamente.

Gráfico 1
Caixas de Pagamento Automático



Fonte: BCTL

Gráfico 2
Terminais de Pagamento Automático

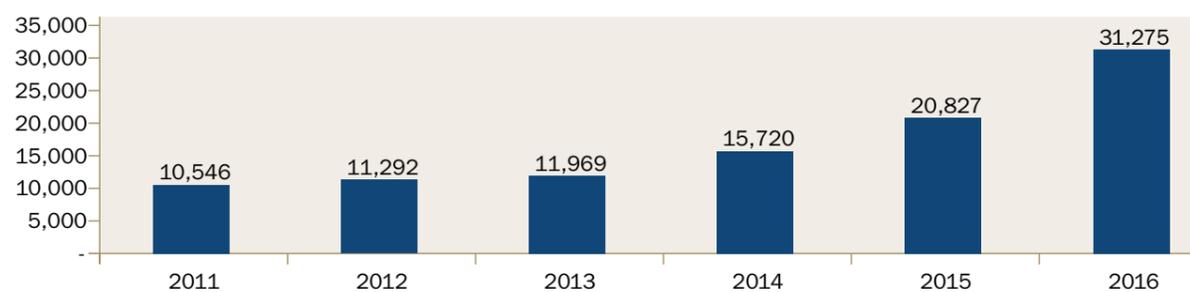


Fonte: BCTL

MISSÃO E MANDATOS principais, organização, governação e actividades

A evolução de cartões bancários emitidos em Timor-Leste pode ser observada no gráfico 3. Como se pode constatar, a quantidade de cartões em circulação no país totalizava, em Dezembro de 2016, cerca de 31,3 mil, o que corresponde a um aumento de 50% face a Dezembro 2015. Quanto à composição, do total dos cartões em circulação no país, cerca de 68% eram de débito (21,1 mil), e 32% de crédito (10,2 mil).

Gráfico 3
Contas Bancárias



Número de cartões

Fonte: BCTL

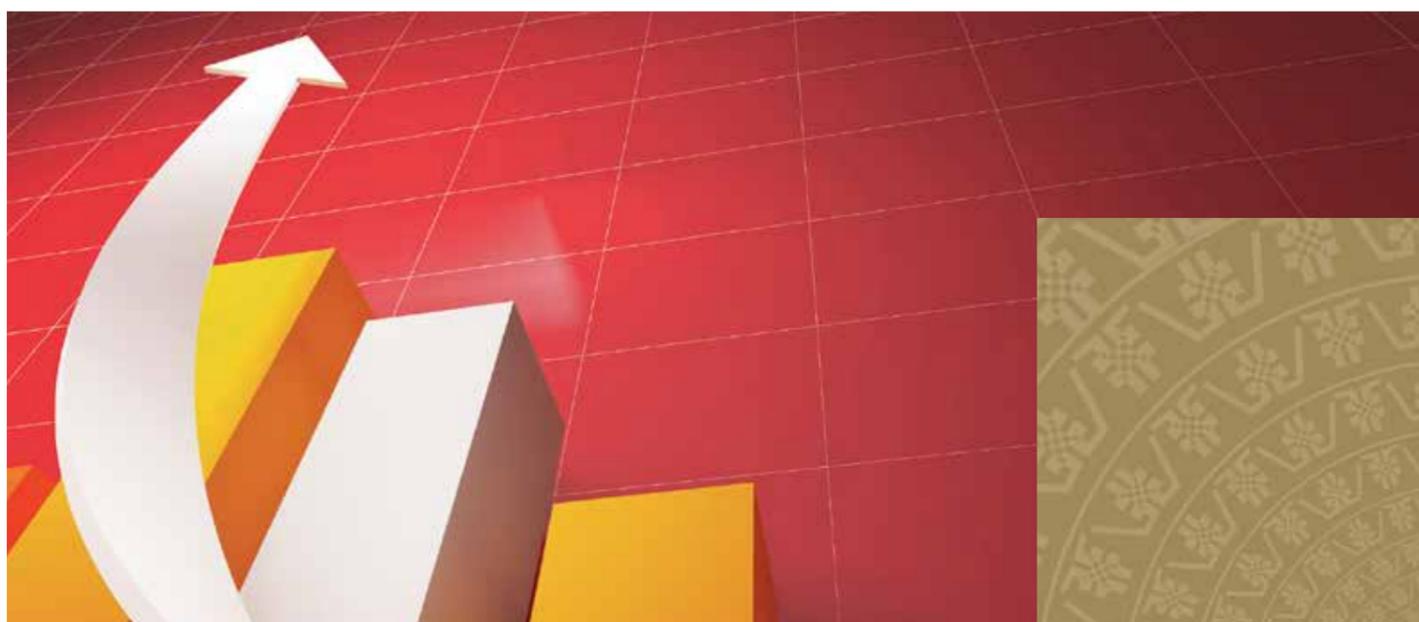
Caixa 1. Inclusão Financeira – Relatório 2016

Em 2016 o BCTL publicou o relatório de Inclusão Financeira baseado em dados dos principais prestadores de serviços financeiros do país, incluindo bancos comerciais, seguradoras, microfinanças, cooperativas de crédito, operadores de transferência de dinheiro, e agências de câmbio. Dados sobre inclusão financeira são essenciais para fundamentar políticas de desenvolvimento, definir objetivos para o Banco Central, assim como desenvolver a estratégia nacional de promoção da inclusão financeira.

Os pontos de acesso a serviços financeiros do país foram mapeados para o relatório, que também inclui a análise indicadores de acesso, indicadores uso, e indicadores qualitativos dos serviços financeiros disponíveis. A análise destes indicadores permitiu identificar desafios e oportunidades para promoção da inclusão financeira. Entre os principais desafios identificados estão a limitada distribuição dos pontos de acesso a serviços financeiros, produtos e serviços pouco atrativos para o segmento de baixa renda, e a complexa estrutura de preços dos serviços financeiros. Entre as principais oportunidades identificadas estão a promoção de canais alternativos para disponibilização de serviços financeiros (por exemplo, banco digital, moeda eletrônica, e correspondentes bancários), a otimização da estrutura da rede existente, e o desenvolvimento de novos produtos que sejam simples e atrativos.

O relatório menciona o papel do BCTL na promoção da inclusão financeira, e como as principais iniciativas do BCTL estão diretamente relacionada a inclusão financeira, por exemplo, o investimento na modernização do sistema nacional de pagamentos, a facilitação ambiente regulatório para a promoção de produtos crédito, e o processo de adaptação das leis de proteção ao consumidor para o setor financeiro. O BCTL também conduz programas de educação financeira e de incentivo a poupança para crianças.

O relatório está disponível no site do BCTL em Publicações > Principais Relatórios > Relatório Inclusão Financeira (<https://www.bancocentral.tl/pt/go/financial-inclusion-report-2016>).

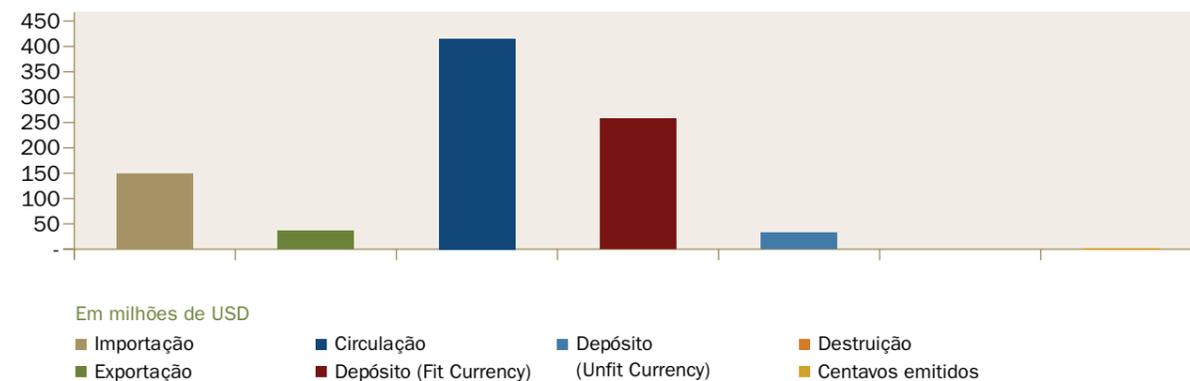


3.3.1.4. Importação e exportação de moeda

Uma das funções fundamentais do Banco Central é assegurar que a economia nacional dispõe de meios de pagamento necessários ao seu crescimento económico e à actividade corrente dos seus agentes. Neste sentido, o Banco Central desempenha a função de proteger a confiança pública na moeda do país, através do fornecimento de notas que, em todos os momentos, devem cumprir a procura do público e da garantia da integridade física das notas.

Dado que o país usa notas de outro país e moedas metálicas próprias, mas não fabricadas em território nacional, o abastecimento da economia nacional em meios de pagamento imediato (moedas e notas) exige a importação dos mesmos e, no caso das notas, quando atingem um grau de conservação muito baixo, a sua reexportação para o país de origem, os Estados Unidos.

Gráfico 4
TL: Transacções de Moeda



Fonte: BCTL

Durante o ano de 2016, o BCTL importou 148,24 milhões de USD em notas de dólares norte-americanos, representando um acréscimo de 5,3% em relação ao 2015, tendo colocado em circulação um total de 413,8 milhões, incluindo moedas. De facto, o montante colocado em circulação é maior do que importado, devido às entradas de depósitos e à detenção das reservas. Nota-se também de que, as notas denominadas em 20 USD foram as que mais se utilizaram em transacções no país, representando 51,8% da total de importação, em 2016, 56,9% da circulação na economia, e 62,5% do total (re)depositado pelos bancos junto ao banco central (Quadro 5). Quanto às moedas, as denominações de 100 e 50 centavos foram as mais procuradas nas transacções em Timor-Leste, ascendendo a 1,7 milhões de centavos e 0,976 milhões, que representam 51,1% e 29,3% do total centavos em circulação respectivamente. Porém, estes números correspondem a uma redução em 5,4% para a moeda de 100 centavos, e um acréscimo de 165,4% em termos da denominação de 50 centavos face a 2015.

Quadro 5. Movimento da Moeda

(Valores em milhões de USD)

Denominação	Importação		Re-circulação		Depósito		Peso 2016			Variação (%)		
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	Impor- tação	Re- circul- ação	Depó- sito	Impor- tação	Re- circul- ação	Depó- sito
100	8.000	12.800	9.40	11.600	0.800	1.700	8.6	2.4	2.8	60.0	23.4	112.5
50	24.800	19.200	32.700	23.650	1.300	3.750	13.0	8.2	5.8	-22.6	-27.7	188.5
20	67.520	76.800	225.980	256.580	155.180	171.261	51.8	56.9	62.5	13.7	13.5	10.4
10	30.080	33.280	107.150	103.150	77.630	68.750	22.5	27.0	25.1	10.6	-3.7	-11.4
5	10.400	6.160	21.860	15.515	16.393	10.598	4.2	5.5	3.8	-40.8	-29.0	-35.4
TOTAL	140.800	148.240	397.090	410.496	251.303	256.059	100	100	100	5.3	3.4	1.9

Fonte: BCTL



Caixa 2. O Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos Rede de Transferências em Tempo Real (R-TiMOR)

O compromisso do BCTL no desenvolvimento do sistema de pagamentos encontra-se estabelecido na Estratégia para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste. Em linha com este compromisso, o BCTL deu início, em finais de 2014, a um programa de modernização do sistema de pagamentos de Timor-Leste, através da introdução de um Sistema de Transferências Automáticas designado por R-TiMOR. O R-TiMOR é um sistema híbrido que engloba um Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real e um Sistema de Câmara de Compensação Automática para a liquidação de pagamentos interbancários, incluindo a transferência de fundos em tempo real entre os vários bancos, facilitar as transações comerciais bem como, fornecer as bases para a realização de pagamentos por meios eletrónicos por parte do Governo e a constituição de futuros sistemas de pagamento. O lançamento do R-TiMOR em 2015, a base do futuro sistema nacional de pagamentos, constituiu um marco histórico.

O segundo desenvolvimento-chave é a implementação do Cartão Nacional e Switch Móvel (CNSM). No início de 2016, o BCTL, em consulta com os bancos e operadoras de telecomunicações, tomou a decisão de investir num CNSM que cumpra os atuais padrões internacionais e optimize a interoperabilidade ao ligar Caixas Automáticas (ATM), Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA) e sistemas de pagamentos automáticos de todos os bancos e OIRD.

O objetivo global destes desenvolvimentos é o de levar os serviços financeiros e de pagamentos a uma alargada percentagem da população, nomeadamente o de oferecer à população de Timor-Leste serviços bancários acessíveis e fazer chegar esses mesmos serviços àqueles que atualmente não têm acesso ao sistema bancário. O conceito do CNSM prevê que os clientes de qualquer banco, possam utilizar os ATM, TPA e redes móveis de qualquer banco para a realização de transações. Espera-se que o CNSM permita a partilha de serviços, levando a um aumento de qualidade e redução de custos e assim estender a sua cobertura aos segmentos da população que ainda não se encontram cobertas pelo sistema bancário, principalmente através da introdução de produtos e serviços económicos de realização de pagamentos através de cartão ou através do telemóvel. Desta forma, o switch nacional contribui ainda para a redução da utilização de numerário em Timor-Leste.

Durante 2016 o BCTL realizou uma série de encontros com os responsáveis máximos dos bancos a operar no país, de forma a discutir as políticas a adoptar, estas discussões, como previsto na estratégia para o desenvolvimento do sector, incluíram os mais adequados modelos de propriedade e governação para o CNSM de forma a assegurar uma cobertura universal, igualdade nas condições de acesso a todos os participantes que preencham as condições exigidas, e previsão de instrumentos eletrónicos convenientes e económicos ao maior número de utilizadores.

O Banco Central propôs, de forma a se garantir o objetivo de neutralidade da propriedade e evitar potenciais questões fiscais e operacionais relacionadas com a propriedade ser detida por uma sociedade de capital maioritariamente estrangeiro, que a sociedade a constituir seja detida, pelo menos numa primeira fase, pelo próprio Banco Central. Esta proposta foi aceite na 7.ª Reunião do Chief Executives Forum, realizada em Matra Sakala, Bali, a 30 de abril de 2016, tendo sido deliberado que o switch nacional será detido e gerido por uma sociedade comercial, a Sociedade Interbancária de Pagamentos, Unipessoal, Lda. (SIPA). A SIPA será uma subsidiária inteiramente detida pelo BCTL, estabelecida com o objetivo único de operar o Cartão Nacional e Switch Móvel.

Foi, neste âmbito, constituído um comité (o Comité para o Projeto de Implementação do Switch Nacional – NISP) para levar a cabo a aquisição e implementação do CNSM. Este comité tem o apoio de um consultor externo independente bem como, recebe os contributos dos responsáveis comerciais e pelas tecnologias da informação dos vários bancos. A 23 de junho de 2016 o Comité NISP publicou um pedido de propostas juntamente com as instruções para a apresentação de propostas técnicas e financeiras. O processo de contratação desenvolveu-se em duas fases distintas, começando pela análise às propostas e terminando com a recomendação de adjudicação. Os fornecedores pré-selecionados foram convidados a visitar Díli e apresentar e discutir as suas propostas com um painel que englobou técnicos do BCTL e representantes das partes interessadas, incluindo de todos os bancos e operadores de telecomunicações móveis. Estas reuniões tiveram lugar no Hotel Timor Plaza nos dias 4 e 5 de agosto de 2016, tendo um dos fornecedores realizado a sua apresentação através de vídeo WebeX.

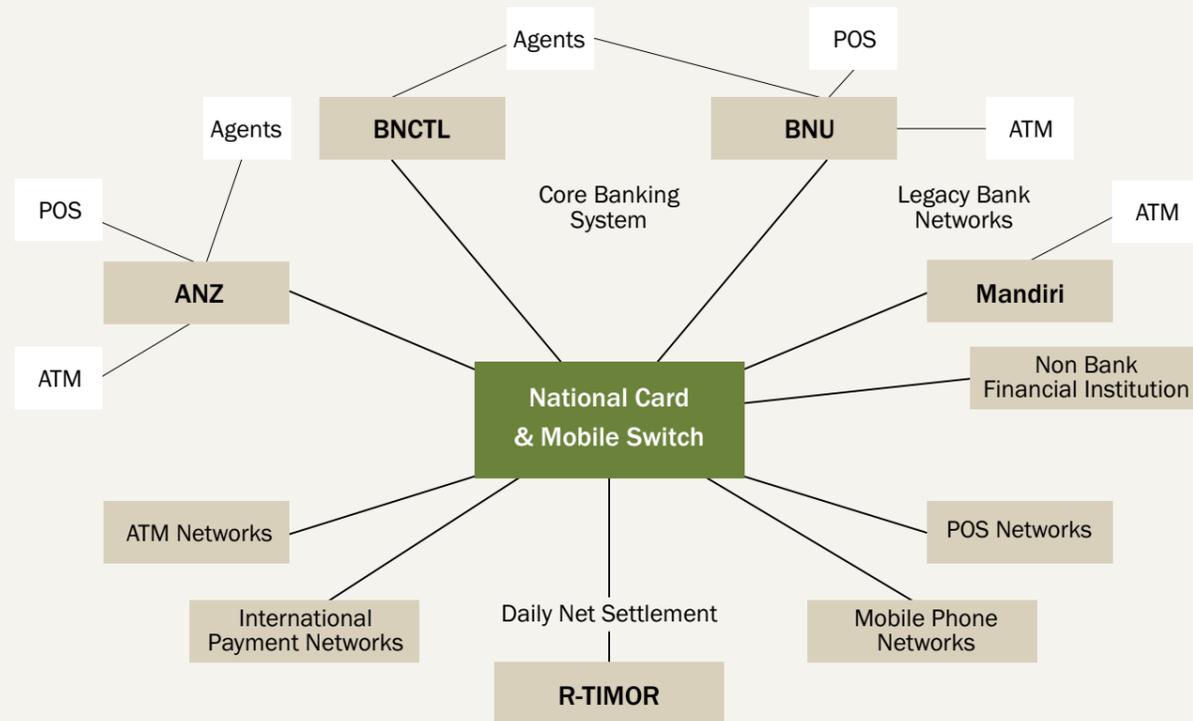
Terminado o processo de contratação, o contrato para o fornecimento do switch nacional foi adjudicado à empresa selecionada no final de 2016, e o contrato será assinado no início de 2017.

Estratégia de Implementação Imediata

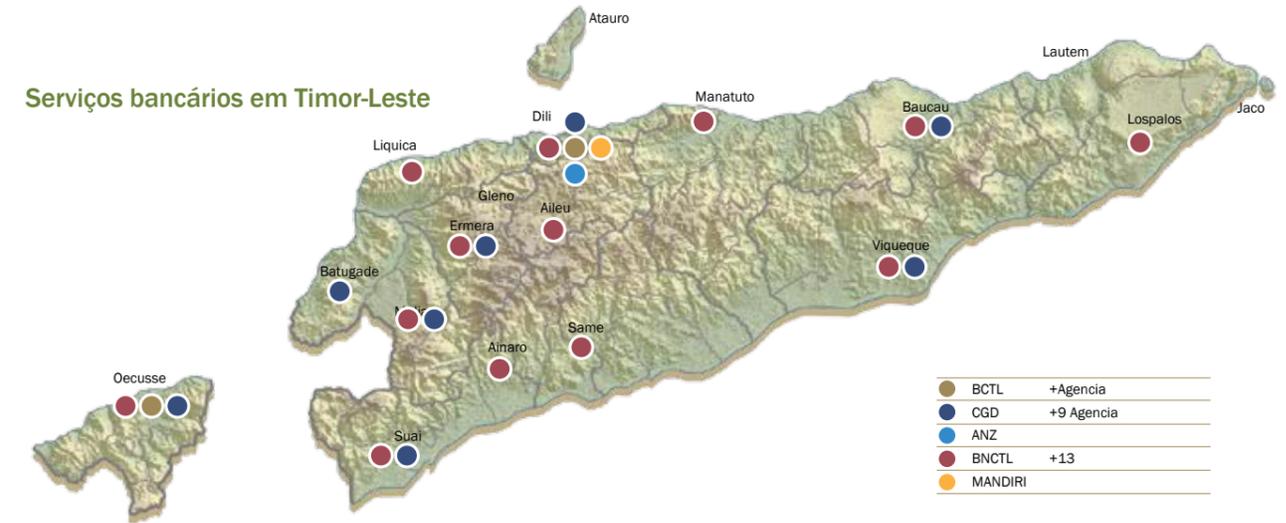
Fase I: conectar Caixas Automáticas, TPA e canais móveis ao switch nacional, interface switch para os participantes (incluindo os cinco bancos comerciais, o Banco Central e três operadores de telecomunicações) interface switch com os sistemas de pagamento internacionais (inicialmente com pelo menos um adquirente VISA em Timor-Leste), serviços de relatórios de rotina, autorização real-time e stand-in, autenticação de cartões, liquidação diária através do R-TIMOR, gestão de utilizadores, gestão de participantes, faturação, portal de atendimento, gestão de disputas e módulo padronizado antifraude EPMS.

Fase II: fornecimento de equipamentos e infraestruturas técnicas específicos, apoio a quiosques e pagamentos contactless, pagamentos por internet, interface com outros sistemas internacionais de pagamento (MasterCard e CUP), funções móveis avançadas, capacidades antifraude avançadas, serviços de gestão e relatório avançados, interface com outros switch internacionais ou regionais.

A imagem abaixo ilustra o conceito do modelo de infraestrutura partilhada do BCTL/SIPA.



Serviços bancários em Timor-Leste



3.3.2. Sistema financeiro e serviços bancários

3.3.2.1. Licenciamento e regulação do sistema financeiro

O sistema financeiro de Timor-Leste é constituído por bancos comerciais, companhias de seguros, outras instituições receptoras de depósitos, casas de câmbio, operadores de transferência de dinheiro (MTO), incluindo também várias cooperativas de crédito. O funcionamento do sistema financeiro evoluiu de forma sólida e segura ao longo do ano, continuando a contribuir significativamente para a estabilidade económica do país.

Os artigos 5.º e 29.º da Lei n.º 5/2011, de 15 de junho, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, concede ao BCTL o poder exclusivo de regulamentar, licenciar e fiscalizar todas as instituições financeiras. A Divisão de licenciamento e regulamentação é responsável pela avaliação de novas licenças para bancos, casas de câmbio, companhias de seguros ou mediadores de seguros, outras instituições receptoras de depósitos e operadores de transferência de dinheiro (MTO).

Durante o exercício de 2016, a Divisão submeteu à aprovação do Conselho de Administração o licenciamento de: uma seguradora, a Federal Insurance Timor S.A., uma instituição de receptora de depósitos, a Kaebauk Investimentu no Finansas S.A.; e uma aprovação preliminar de licença ao PT. Bank Rakyat Indonésia (Persero), Tbk. para estabelecimento de uma sucursal em Timor-Leste. O BCTL também concedeu aprovação à Island Dream Money, Lda. “Transferência de Dinheiro”, um operador internacional de transferência de dinheiro, para a expansão dos serviços de remessa em dois municípios, Baucau e Lospalos.

A Divisão continua a trabalhar em conjunto com a Divisão de Supervisão Bancária e a Divisão de Seguros na monitorização das actividades dos operadores/ prestadores de serviços de transferência de fundos, em conformidade com as leis e regulamentos em vigor e outras empresas/pessoas suspeitas de realizarem serviços de transferências fundos sem se encontrarem devidamente licenciadas pelo BCTL. Também foi efectuada uma inspecção completa das actividades de micro-finanças não licenciadas, identificadas como agentes que desempenhem actividades de intermediação de serviços financeiros. No âmbito do respectivo enquadramento legal, caso sejam detectadas infracções graves, o BCTL poderá tomar medidas substantivas em relação a estas instituições aplicando sanções administrativas ou outras formas de sanção, conforme estipulado nas Leis e regulamentação aplicáveis.

Caixa 3. Implementação das Estratégias Nacionais do Programa da Educação Financeira Em Timor-Leste

3.1. Projecto Piloto para o Programa Literacia Financeira

O Plano Director de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor-Leste prevê que o BCTL defina e implemente uma estratégia e respectivo programa, para a elevação de literacia financeira a nível nacional.

Em 2016, o BCTL organizou um programa de formação em literacia financeira destinados às escolas primárias. Este programa de formação contou com a participação de 14 professores de 12 municípios, incluindo Ainaro, Aileu, Baucau, Bobonaro, Díli, Ermera, Lautém, Liquiçá, Manatuto, Manufahi, Viqueque e Oé-Cusse Ambeno, de 7 a 11 de Março de 2016.

Este programa de literacia financeira é um programa piloto, que o BCTL irá avaliar no espaço de 12 meses. Este projeto específico é um esforço colaborativo entre o Ministério da Educação e o BCTL, esperando-se que ambas as partes assumam a responsabilidade partilhada do projecto e participem na avaliação do projecto-piloto.



Além disso, o BCTL assinou o Memorando de Entendimento (MdE) com o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste, em meados de 2016, para iniciar este projecto-piloto imediatamente por um período de 2 anos, como um programa extracurricular com a possibilidade de ser prolongado. Para o primeiro ano do programa, os professores que receberam formação irão liderar o programa nas suas respectivas escolas. No segundo ano, o programa será estendido a outras escolas.

O objectivo de direccionar o programa de literacia financeira para os alunos da escola primária pretende desenvolver a literacia financeira dos cidadãos desde o início do seu percurso de vida.

Com o programa de literacia financeira, os Filhos de Timor-Leste tornar-se-ão assim mais alfabetizados financeiramente na escola primária, muito antes de começarem a viver sozinhos e enfrentarem os desafios do mundo real, garantindo assim a sua segurança a longo prazo e bem-estar financeiro. Além disso, esta iniciativa baseia-se no Plano Estratégico Nacional de Literacia Financeira de Timor-Leste que lançou no ano passado. O plano prevê que o programa de literacia financeira possa fazer parte do currículo escolar nacional nos próximos 5 anos.

Existem duas áreas-chave onde o BCTL e o Ministério da Educação podem cooperar. Os recursos formativos do programa desenvolvido, podem necessitar de ser modificados em função da monitorização e avaliação contínuas do programa, assim como os recursos humanos necessários para implementar e avaliar o programa. Após a assinatura do MOU, o programa piloto começou oficialmente em 12 escolas primárias como EBF No 2 Lospalos, EBF Uma Forma Ainaro, EBC Farol Díli, EBF 1.2 Vila Nova Baucau, EBF Obrato Manatuto, EBF Searema Same, EBC Mundo Perdido Ossu, EBF Das Flores Vila Aileu, EBF Odomau Maliana, EBC Perola Atauro, EBF Dona Anna Lemos Gleno e EBF 12 Liquica. O BCTL, por sua vez, liderou a monitorização e avaliação, em coordenação com o Ministério da Educação, para estas 12 escolas que ensinam o programa de educação financeira como matéria extra currículo oficial.

3.2. Dia Nacional da Poupança

Em 2016, o BCTL celebrou o dia nacional de poupança, envolvendo todas as escolas primárias do Município de Liquiça. Foi a primeira vez que se celebrou o evento fora da capital Dili. Previamente à celebração do dia nacional de poupança, o BCTL organizou actividades educativas e de competição de 4 a 7 de outubro de 2016, com o tema “Poupa agora para um futuro melhor”. No dia 4 de outubro, o primeiro dia, foi realizado um concurso de poesia, com a participação de 12 alunos do Ensino Básico. Dia 5, a competição de discurso (14 participantes), dia 6, a competição de questionário, com a participação de 27 estudantes, e dia 7 foi a competição de desenho, com 25 candidatos de 8 escolas de ensino básico.

O objectivo deste programa consistiu em aumentar o conhecimento e elevar o nível de consciência dos alunos, particularmente nas escolas primárias, sobre os benefícios da constituição de poupanças para o futuro. A competição contou com a participação de 8 escolas elementares. O evento foi organizado em coordenação com a Autoridade do Município de Liquiça, Ministério da Educação do Município de Liquiça, CARE, e Fundação do CRISTAL.

A celebração do segundo aniversário do dia nacional de poupança contou com cerca de 1.200 pessoas, incluindo alunos e professores de Escolas Primárias de 3 posto administrativos como Liquiça, Maubara e Bazartete. Além disso, houve também a participação da Vice-Ministra da Educação, Directores-Gerais da Educação, Administrador do Município de Liquiça, e representantes dos bancos comerciais e outras Instituições Depositantes, autoridade local do Município de Liquiça, e sobretudo com a presença de representantes e Governadores do “Reserve Bank of Austrália”, do “Reserve Bank of New Zealand”, do “Reserve Bank of Fiji”, do Banco de Papua Nova Guiné, do Banco Central de Samoa, do Banco Central das Ilhas Salomão, De Tonga e do “Reserve Bank of Vanuatu”, na 31ª Reunião dos Governadores dos Bancos Centrais de Pacífico do Sul, que foi realizado entre os dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2016.



3.3. Contas de Poupança Infantil “Ha’u-nia Futuru”

O BCTL lançou as Contas de Poupança Infantil “Ha’u-nia Futuru” em 28 de agosto de 2015. Até o final de 2015, tinham sido abertas cerca de 1.283 contas “Ha’u-nia Futuru” com um valor nominal de poupanças de 178,3 mil USD, das quais 622 contas, com um montante aplicado 106,7 mil USD, são de rapazes e 661 contas, com um montante 71,6 mil USD, são de raparigas.

Em 2016, o BCTL continuou a sensibilizar o público sobre o uso da Conta de Poupança Infantil “Ha’u-nia Futuru” através da distribuição das brochuras nas escolas e da emissão de uma curta metragem sobre Contas de Poupança Infantil na TVTL. O objectivo desta conscientização é o de informar os cidadãos acerca dos benefícios das Contas de Poupança Infantil, “Ha’u-nia Futuru”, para o futuro das crianças, de modo a aumentar o interesse na poupança, quer dos pais quer das próprias crianças.

Os Professores que lideram o programa de educação financeira em escolas primárias também têm a missão de promover este produto de poupança junto dos alunos de cada escola.

No final de 2016, foram abertas 6,7 mil contas “Ha’u-nia Futuru” com valor nominal de poupanças de 902 mil USD, das quais 3,4 mil contas, equivalente a 477,6 mil USD para rapazes e 3,3 mil contas com um montante de 424,4 para raparigas. Registou-se uma aceleração significativa em relação a 2015, com um crescimento de 422,2% em termos das contas ou 405,9% do seu valor

mandiri **BNI** **BCTL** **ANZ**

HAMU LORON 28 AGOSTO 2015, BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE (BCTL) SERBISU HO BANKU KOMERSIAL IHA TIMOR-LESTE LANSA ONA PRODUITU POUPANSA BA LABARIK TINAN 0 TO'O 17 HO NARAN:

“HA'U-NIA FUTURU”

BENEFISIU:

- LOKE KONTA HO OSAN USD1
- DEPÓZITU OSAN HAHU HO USD 1
- HETAN TAXAS DE JURUS 1.5% KADA TINAN
- LAIHA KUSTU ADISIONAL BA KONTA IDA-NE'E

APLIKA BA:

- LABARIK HO IDADE TINAN 0 TO'O 17
- LABELE FOTI OSAN NE'E SEKUANDU SEDAUKT'O IDADE 17
- KONTA IDA BA LABARIK IDA DEIT

DOKUMENTU PERSIZA (MÍNIMU):

- SERTIDAUN NASIMENTU (RDTL) ORIJINAL LABARIK NIAN
- BILETE IDENTIDADE ORIJINAL INAN-AMAN NIAN

Caixa 4. Implementação do Plano Director de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor- Leste

4.1 Garantias para apoiar o acesso ao crédito

O sistema de registo de bens imóveis foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 27/2011, de 6 de Julho, e designado como Cadastro Nacional de Propriedades. A implementação do Registo Nacional foi iniciada em 2013, por meio de uma Resolução do Governo, e actualmente não inclui apenas o levantamento e mapeamento cadastral do território nacional, mas também estabelece uma base de dados informatizada e um sistema de avaliação de activos para fins tributários.

Além disso, este projecto também assume grande relevância para o desenvolvimento económico e social do país, uma vez que permitirá, em última instância, a atribuição de títulos de propriedade em Timor-Leste juntamente com a aprovação da Lei Nacional de Terras, o desenvolvimento de importantes sectores económicos, como a agricultura e a indústria, além de facilitar a implementação de projectos nacionais relevantes, como a Base Logística de Suai, o novo Aeroporto Internacional de Díli, o Porto Internacional de Tíbar, entre outros.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 27/2011, de 6 de Julho, o Registo Nacional da Propriedade contém todas as informações oficiais sobre bens imóveis, obtidas no âmbito do inquérito cadastral e compreende a base de dados cadastrais e a base de dados de propriedade da terra.

O projecto, iniciado em 2013 e que começou a ser implantado em 2014, inclui, como mencionado acima, o levantamento e mapeamento cadastral do território, o estabelecimento de uma base de dados informatizada de registo e a criação de um sistema de avaliação imobiliária para fins fiscais. Com o objectivo de apoiar a implementação de um conjunto de regras claras e equitativas na regulação dos mecanismos de propriedade e transferência de propriedade.

Nos termos da Portaria Ministerial n.º 23/2011, de 23 de Novembro, do Ministro da Justiça, os resultados do processo de levantamento cadastral serão organizados em duas listas diferentes: a primeira contendo as propriedades com propriedade / propriedade não contestada e a segunda listando as propriedades contestadas, ou seja, Mais de um requerente.

Em 2008, por iniciativa do Ministério da Justiça, foi iniciado um primeiro esforço para um processo de levantamento cadastral nacional com o apoio da USAID. O projeto, designado como “Ita Nia Rai” (que significa “nossa terra” em Tetum), foi implementado entre 2008 e 2012 e a USAID entregou depois a gestão ao Ministério

da Justiça. Durante esses quatro anos, o projeto recolheu registos de reivindicações de terras em determinadas áreas seleccionadas, seja “por indivíduos, entidades legais, comunidades, grupos [ou] o Estado” e mapas publicados que mostram parcelas de terra individuais e os reclamantes que reivindicam a mesma posse dessas propriedades.

Esta base de dados de mapas de parcelas de terrenos e dos respectivos requerentes devia tornar-se a base do Registo Nacional de Propriedades criado em 2011 pelo Decreto-Lei n.º 27/2011, de 6 de Julho, e posteriormente regulamentado pela Portaria n.º 16/2011, de 27 de Julho, relativa ao Levantamento Cadastral e a Portaria n.º 23/2011, de 23 de Novembro, relativa à conversão de declarações de propriedade em títulos de propriedade de terras não contestadas.

Em 2012, foram propostos os 3 projetos de lei que se seguem: projeto de lei que estabelece um Regime Especial para a Definição de Propriedade Imobiliária (“Lei de Terras”) que inclui os critérios de reconhecimento de direitos de propriedade, critérios e mecanismos de resolução de disputas de terras, de propriedade comunal e que cria Zonas de Protecção Comunitária; O projeto de lei de expropriação (“Lei de expropriação”), que estabelece procedimentos e restrições à expropriação pelo Estado, bem como as regras relativas à definição da compensação a ser paga no âmbito de procedimentos de expropriação; e um projecto de lei sobre a criação de um fundo imobiliário destinado a constituir um fundo financeiro para o pagamento da compensação financeira devida em virtude da aplicação dos projectos de lei acima referidos; Foram aprovados pelo Parlamento Nacional, mas não entraram em vigor devido a um veto presidencial.

Não obstante o acima exposto, o Governo apresentou recentemente um projecto revisto da Lei da Terra que está actualmente a ser analisado pelo Parlamento Nacional.



4.2. Acesso ao crédito

O diálogo nacional sobre o acesso ao financiamento, desafios e oportunidades para o sector privado foi realizado sob a liderança do Primeiro-Ministro de Timor-Leste e do Governador da CBTL, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCI-TL) e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). O seminário proposto proporcionará uma oportunidade para os participantes trabalharem em conjunto para se concentrarem nas formas de promover o acesso ao crédito para o sector privado em Timor-Leste, com o objectivo de elaborar um diagnóstico das razões justificativas da falta de empréstimos em Timor-Leste. O objetivo do seminário é o de identificar possíveis barreiras e desenvolver políticas e estratégias para as superar e promover o acesso ao crédito do setor privado em Timor-Leste.

Este diálogo / seminário foi considerado como o primeiro passo para desenvolver o roteiro para o desenvolvimento e financiamento das Pequenas e Média Empresas (PME) em TL. O diálogo destacou a importância de se definir um roteiro nacional para o desenvolvimento das Micro e PMEs e propôs a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento das MPMEs (CNDM). O CNDM supervisionará o desenvolvimento do roteiro e coordenará sua implementação.



4.3 Formação em contabilidade e registo para empresas

Após a administração de um módulo de formação sobre o registo e a contabilidade das empresas, incluindo a preparação de propostas de empréstimo para novas empresas ou PME, o BCTL trabalhou com o CCITL no processo de recrutamento e selecção de participantes elegíveis das PME na respectiva formação. Durante 2016, os programas de treinamento foram organizados em quatro grupos e cada grupo é composto por 20 participantes. Os participantes receberam formação na preparação de propostas de empréstimo, incluindo os requisitos para a apresentação de pedidos de empréstimo em bancos comerciais em Timor-Leste, e aconselhamento sobre os métodos para elaborar propostas de obtenção de empréstimos. A primeira formação teve início em 6 de Junho de 2016 e o último grupo concluiu o seu programa de formação em 30 de Setembro de 2016.

O programa contou com a participação de 80 empreendedores compostos por 37 homens e 43 mulheres que concluíram o programa de treinamento com a duração de 10 dias por grupo. O objetivo do programa consiste em reforçar as competências dos diretores de empresas nacionais e assim reforçar a qualidade das praticas de gestão no sector privado.

Outro objetivo do programa de formação consiste em fornecer aos participantes habilitações básicas em registo de negócios e contabilidade com base nas melhores práticas internacionais para MPMEs, definidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros. Pretende-se que os participantes utilizem as suas competências para elevar o nível de gestão financeira e de governação das pequenas empresas em Timor-Leste.

Durante o programa de formação, os participantes receberam formação em contabilidade, registo contabilista, registo e apresentação dos dados contabilísticos, preparação de auditorias, ferramentas financeiras e de gestão eficaz e elaborar propostas de obtenção de créditos.

O BCTL, CCI-TL e a entidade formadora irão efectuar a motorização e avaliação do programa para todos os participantes que concluíram o treinamento, com o objetivo de avaliar a eficácia do programa para os participantes, o que está agendado para o primeiro trimestre de 2017.

4.4. Microcrédito e financiamento comunitário

Durante o ano de 2016, o BCTL trabalhou em conjunto com o Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC) na realização de uma avaliação independente às atividades do sector das cooperativas de crédito.

A PFTAC apresentou um novo protocolo de supervisão para as cooperativas de crédito ao Banco Central. Este plano inclui modelos de retorno prudencial, demonstrações financeiras normalizadas para o sector e um novo regulamento sobre o cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, realizaram-se reuniões com a Federação de Cooperativas de Crédito e algumas cooperativas de crédito para discutir sua operação, o que lhes deu a oportunidade de apresentar as suas demonstrações financeiras para uma avaliação por um perito fornecido pelo PFTAC.

As demonstrações financeiras da cooperativa de crédito foram revistas pelo consultor, que foi capaz de estabelecer a posição financeira da cooperativa de crédito. A revisão estabeleceu ainda o nível de prestação de contas mensais e as falhas de apresentação que terão de ser abordadas com base nas normas internacionais de reporte para cooperativas de crédito estabelecidas pelo Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito. O resultado dessa análise proporcionou ao Banco Central uma visão geral do setor de cooperativas de crédito e ilustrou a necessidade de suporte técnico adicional.

Concluiu-se pelo BCTL a necessidade de revisão do projeto de Lei sobre as Uniões de Crédito e e a conveniência de organizar, para estas entidades (em conjunto ou individualmente), seminários sobre as melhores práticas internacionais. O BCTL deverá ainda implementar um plano para desenvolver o quadro de supervisão para o sector, incluindo a formação e desenvolvimento de pessoal, como também a elaboração de manuais de procedimentos.

4.5. Esquema de poupança de segurança social de capital de longo prazo (totalmente financiado) micro e financiamento comunitário

A Lei de Estabelecimento do Regime Contributivo de Segurança Social foi promulgada pelo Presidente da República no fim de 2016.

De acordo com a publicação divulgada pelo Governo, este regime contributivo da Segurança Social é baseado em princípios testados internacionalmente no domínio da Segurança Social. Será um sistema único (o mesmo para todos os trabalhadores em todos os sectores de actividade), contributivo e obrigatório.

Todo o regime é obrigatório, não há elementos voluntários, exceto para os trabalhadores independentes, empresários /proprietários individuais, gerentes / diretores e trabalhadores domésticos que podem, por vontade própria, não ser incluídos no regime geral, ou optar por participar.

Os custos relativos às prestações sociais são partilhados entre os trabalhadores e os empregadores. O excedente é depositado num fundo comum (Fundo de Reserva da Segurança Social). O objectivo deste Fundo é o de garantir que, se e quando houver menos contribuintes do que beneficiários (devido ao envelhecimento da população e/ou ao aumento da esperança de vida), o regime de segurança social continuará a ter fundos para pagar benefícios, sem exigir às gerações futuras uma maior contribuição para assegurar os benefícios definidos pelo Regime. O sistema baseia-se, portanto, nos princípios da igualdade, da equidade e da solidariedade entre gerações ou dentro da mesma geração e dentro da responsabilidade pública estabelecida na Constituição da República.

Em troca do esforço de contribuição (obrigações), os trabalhadores e as suas famílias estarão protegidos em situações de vida específicas por via da atribuição de subsídios e pensões de: maternidade, paternidade e adoção; velhice, deficiência e morte.

4.6 Promoção da interoperabilidade dos sistemas de pagamentos

Durante o ano de 2016, o BCTL realizou um concurso internacional para a adjudicação de uma plataforma nacional de “switch” de cartões e sistemas móveis (SNCM), com vista a garantir o acesso de todos os cidadãos timorenses aos serviços financeiros. Uma das propostas foi selecionada e as partes estão agora a finalizar os detalhes do contrato, com o projeto previsto para começar em janeiro de 2017. Este interruptor (“switch”) funcionará para processar pagamentos de retalho entre indivíduos, estabelecimentos comerciais e o governo, e poderá disponibilizar serviços bancários virtualmente acessíveis a todas as pessoas em Timor-Leste através dos bancos, dos bancos correspondentes e dos telefones móveis. A SNCM irá facilitar a expansão dos serviços bancários e financeiros para um segmento muito maior da população do que actualmente, incluindo os funcionários públicos.

4.7. Banca baseada em Infraestrutura de Telecomunicações

O BCTL trabalhou em conjunto com o BAD na preparação do projecto de instrução sobre dinheiro electrónico. O objetivo da instrução é o de criar um ambiente regulador para serviços financeiros móveis eficientes e seguros. Esta Instrução regula o negócio da emissão de Dinheiro Eletrónico, incluindo a salvaguarda de fundos recebidos em troca da emissão de Dinheiro Eletrónico.

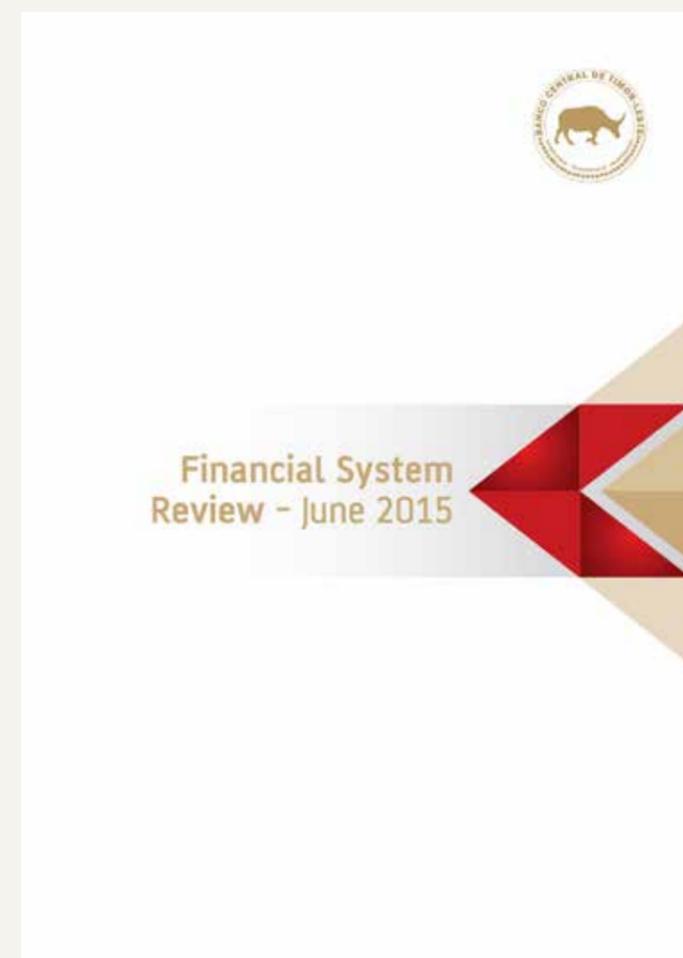
Este projecto ainda está em discussão e será distribuído às partes interessadas relevantes para incorporação das respectivas sugestões e comentários antes de ser aprovado pelo Conselho de Administração.

4.8 Actividades Bancárias Sem Filiais

Durante este ano, realizou-se uma reunião com representantes de todos os bancos comerciais, dos quais a CGD /BNU Timor é o único banco comercial que se compromete a prosseguir com a implementação do projecto de agenciamento bancário. O CGD /BNU Timor é o único banco que gere um projecto-piloto de produtos “e-walled” e aceita o “cash-out” através de quatro agentes do BNU.

A CGD comprometeu-se a contribuir para o desenvolvimento do sistema de pagamentos de Timor-Leste e a inclusão financeira, incluindo o investimento em equipamento e capacidade técnica dos comerciantes que pretendam ser os seus agentes.

A fim de acelerar o processo de implementação, houve uma pequena equipa técnica composta por BCTL e CGD / BNU Timor que realizou a discussão, coordenação e visita ao conjunto de agentes potenciais. A próxima fase será a implementação do programa de formação, sendo que o respectivo conteúdo não incidirá apenas sobre os pagamentos móveis, mas também sobre POS.



4.9 Publicação da Primeira Análise e Revisão da Estabilidade Financeira

A primeira primeira Revisão do Sistema Financeiro cobrindo o período até junho de 2015 foi lançada em janeiro de 2016. A Revisão do Sistema Financeiro tem como objetivo informar o público sobre a solidez e eficiência do sistema financeiro de Timor-Leste, formado por bancos, seguradoras, microfinanças e as maiores cooperativas de crédito.

A análise incide sobre dois principais pilares que são a: estabilidade do sistema financeiro, incluindo os riscos potenciais para a sua estabilidade, e os progressos realizados no sentido do desenvolvimento de um sistema financeiro sólido em Timor-Leste.

A Revisão do Sistema Financeiro centra-se principalmente nos aspectos do sistema financeiro sobre os quais o Banco Central de Timor-Leste tem uma responsabilidade regulatória e política, embora também considere o panorama mais amplo. Nesse sentido, inclui uma revisão dos riscos, internos e externos, que podem influenciar as entidades do sistema financeiro.

Este documento também relata o progresso das instituições financeiras e pelo Banco Central no desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos, serviços bancários móveis e pela Internet, actividades bancárias sem filiais, alfabetização financeira e expansão do crédito. A revisão refere que, embora Timor-Leste seja altamente dependente do petróleo, o Fundo Petrolífero foi estruturado e gerido de modo a que a economia nacional se mantenha isolada dos movimentos dos preços do petróleo o que, é ilustrado pelo facto de as recentes queda dos preços do petróleo terem tido pouca influencia, pelo menos no curto prazo, na economia doméstica ou no setor financeiro.

Em termos de novos desenvolvimentos necessários, a Revisão identifica a falta e dificuldade do crédito bancário acompanhar o crescimento substancial dos recursos captados sob a forma de depósitos, como um indicador de que o sistema financeiro de Timor-Leste não está ainda a contribuir optimamente para o desenvolvimento da nossa economia.

4.10. Lei de Protecção ao Consumidor para Salva-guardar os Direitos do Consumidor

Timor-Leste aprovou recentemente a sua Lei de Protecção do Consumidor, em 8 de Julho de 2016, que abrange actividades bancárias, financeiras, de crédito e de segurança. Uma primeira análise da Lei de Protecção do Consumidor concluiu que as actividades de serviços financeiros são directamente afectadas pelas seguintes disposições:

- **Linguagem Aplicável**

Contratos, documentos e informações gerais escritas devem ser fornecidos em uma das duas línguas oficiais o Tétum e/ou o Português. Ainda que lentamente, os bancos estão a incluir gradualmente o Tétum nos seus documentos, mas, no entanto e nesta fase, nem todos os documentos e comunicação escrita incluem já o Tétum. Actualmente, dois dos quatro bancos que operam no país já cumprem a nova regulamentação. No sector de companhias de seguros, nenhuma instituição cumpre ainda este novo regulamento.

- **Direitos dos Consumidores no Crédito**

A lei permite que os consumidores unilateralmente fazer acordos antecipados de amortização total ou de parte da dívida, permitindo uma redução proporcional dos juros e outros encargos. A lei também limita a taxa de atraso de pagamentos em 2%. O objectivo destas disposições é o de contribuir para a redução do endividamento. Contudo, a aplicabilidade directa da disposição às instituições financeiras ainda não foi claramente estabelecida.

- **Alteração Unilateral Proibida em Cláusulas Contratuais**

As alterações unilaterais nas cláusulas contratuais são comuns nos termos e condições aplicáveis aos produtos bancários e financeiros, por exemplo, às listas de preços que são parte integrante da abertura e manutenção das contas bancárias. Actualmente, ainda não se definiu nenhuma distinção entre termos gerais do contrato e termos específicos proibidos. Esta classificação geral resultará no facto de qualquer alteração eventual e unilateral do conteúdo ou do estatuto do contrato, após a sua celebração, vir a ser considerada nula e sem efeito.

As três disposições mencionadas exigirão mais esclarecimentos e definições de sua aplicabilidade para garantir o devido cumprimento pelas instituições financeiras da Lei de Protecção ao Consumidor. A Lei de Protecção do Consumidor aprovada é apenas o primeiro passo de um quadro abrangente sobre a Protecção do consumidor, exigindo políticas e regulamentos adicionais do Governo e BCTL para facilitar a sua abrangência.



Caixa 5. Assinatura de memorando de entendimento (MoU)

5.1. Assinando o MoU com Otoritas Jasa Keuangan

Durante o ano, o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) assinou um Acordo de Cooperação com a Otoritas Jasa Keuangan (OJK) da Indonésia para formalizar a cooperação entre as duas instituições na supervisão do sistema financeiro. O acordo foi assinado pelo Governador do Banco Central, Sr. Abraão de Vasconcelos, e pelo Presidente da OJK, Muliaman Hadad.

O Memorando de Entendimento, que estabelece um quadro de cooperação entre o BCTL e a OJK em domínios de interesse comum em que a cooperação é essencial para o desempenho eficaz e eficiente das respectivas funções de regulação financeira.

A cooperação abrangerá os estabelecimentos transfronteiriços, a supervisão contínua, o desenvolvimento de políticas regulamentares e gerais, tais como a realização de reuniões com a frequência adequada para discutir questões relacionadas com entidades bancárias ou de seguros ou com grupos que mantêm estabelecimentos transfronteiriços e para rever a eficácia dos acordos de cooperação. As Autoridades pretendem igualmente, sempre que possível, promover a sua cooperação através de visitas para informação.

O Memorando de Entendimento baseia-se no princípio geral de que cada Autoridade deve esperar, no âmbito do MOU, prestar à Outra toda a assistência razoável para promover o funcionamento seguro e saudável de entidades reguladas pelas duas Autoridades, sujeitas a Leis domésticas e políticas gerais da Autoridade.

Após a assinatura do MoU, realizou-se uma reunião bilateral entre o BCTL e o OJK. Os tópicos em discussão foram relativos ao domínio de intervenção, inclusão financeira e outras questões regulamentares, assistência técnica e formação, partilha de informações de supervisão e “on-site examination”. Durante a reunião as Partes também concordaram em realizar um fórum anual em Março para discutir questões relevantes no âmbito do MOU.

5.2. Assinatura do MOU com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de Portugal

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) assinou um Acordo de Cooperação com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de Portugal. A cerimónia foi realizada na sede do BCTL em Díli e o acordo foi assinado pelo Governador do Banco Central, Sr. Abraão de Vasconcelos, e pelo Presidente da ASF, José Figueiredo de Almagosa.

O acordo estabelece um quadro geral de cooperação entre as duas entidades enquanto autoridades nacionais de supervisão dos seguros e visa aumentar e reforçar a cooperação em todos os domínios pertinentes, com especial atenção para a actividade de supervisão dos seguros.

Após a assinatura do acordo, a delegação da ASF, composta por José Figueiredo de Almagosa e Rui Ribeiro, diretor de Supervisão de Conduta de Mercado e de Relações Institucionais, apresentou dois dias de formação para funcionários do BCTL sobre os temas da estabilidade financeira, regulação do sector segurador e de fundos de pensões em Portugal e a protecção dos consumidores.

O Governador do BCTL, no final da visita de 3 dias, sublinhou a importância do acordo e a importância de Timor-Leste poder contar com o apoio de instituições respeitáveis e de qualidade, como a ASF, para o desenvolvimento das qualificações e do valor de profissionais nacionais. Destacou também a excelente relação que existe entre as duas instituições, bem como as relações especiais entre os dois países, Portugal e Timor-Leste. O Governador agradeceu à ASF e ao seu Presidente pela sua disponibilidade e espírito de amizade e felicitou todos os envolvidos pelo sucesso da iniciativa.



Caixa 6. Reuniões e Encontros

6.1. 31ª Reunião dos Governadores dos Bancos Centrais do Pacífico do Sul

O BCTL organizou a 31ª Reunião dos Governadores dos Bancos Centrais do Pacífico do Sul, de 30 de Novembro a 1 de Dezembro de 2016.

Participaram no encontro o “Reserve Bank of Austrália”, o “Reserve Bank of New Zealand”, o “Reserve Bank of Fiji”, o Banco da Papua Nova Guiné, o Banco Central de Samoa, o Banco Central das Ilhas Salomão, o “Reserve Bank of Tonga” e o “Reserve Bank of Vanuatu”.

A agenda incluiu discussões separadas com os CEOs das regiões do Pacífico dos três grandes bancos comerciais regionais - BSP, ANZ e Bred Bank - que apresentaram a sua performance recente e estratégias para o futuro no Pacífico.

Houve também reuniões com Doadores e Instituições de Assistência Técnica, como o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Centro de Assistência Técnica do Pacífico, incluindo a discussão e actualização do seu programa e trabalho no Pacífico. O representante residente do Fundo Monetário Internacional para as Ilhas do Pacífico apresentou ainda a visão do Fundo quando ao contexto económico mundial e as respectivas implicações regionais.

A reunião foi focada nas formas de alavancar o desenvolvimento económico de forma inclusiva. O especialista do sector financeiro, o Banco Asiático de Desenvolvimento, apresentou propostas sobre a utilização da tecnologia na promoção do desenvolvimento do sector financeiro no quadro das iniciativas regionais. Uma equipa do Banco Mundial apresentou ainda os benefícios dos sistemas regionais de pagamento Integrado e uma atualização sobre o “De-Risking”. Por ultimo, um técnico sénior da “Credit Guarantee Corporation Malaysia” apresentou a experiencia da Malásia no financiamento da tecnologia (incluindo Green Technology Financing Scheme).



6.2. IX Encontro de Estatística dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa

Realizou-se em Dili, nos dias 12 e 13 de setembro de 2016, o IX Encontro de Estatísticas dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, que contou com a presença de delegações dos Bancos Centrais de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste, bem como da Autoridade Monetária de Macau que participou pela primeira vez nestes Encontros.

No Encontro foram debatidos os seguintes temas:

- Desenvolvimentos recentes na estrutura e atividades dos Departamentos de Estatísticas;
- Instrumentos de avaliação e acompanhamento da economia;
- Desenvolvimento das Contas Nacionais Financeiras;
- Desenvolvimentos no domínio da balança de pagamentos;
- Partilha de experiências sobre a integração económica regional e as implicações sobre as estatísticas; e
- Novas exigências para a função estatística, decorrentes do cenário atual da economia a nível mundial e das perspetivas de evolução para os próximos anos.

A Sessão de Abertura foi presidida pela Senhora Vice Governadora do Banco Central de Timor-Leste, Dra. Sara Lobo Brites, que agradeceu a deslocação a Timor-Leste das delegações presentes e enfatizou a importância deste Encontro para o desenvolvimento dos sistemas estatísticos nacionais, uma vez que fomenta a partilha de experiências, de metodologias e de melhores práticas.

Parte das recomendações feitas durante o Encontro consistiram em:

- Prosseguir as ações de minimização dos custos de compilação mediante o incremento do recurso à utilização de bases de dados administrativas, às novas tecnologias e à automatização dos processos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas;
- Intensificar a cooperação nacional, em especial com os institutos nacionais de estatística, e internacional, nomeadamente entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, dada a relevância da partilha de experiências;
- Avaliar a pertinência do estabelecimento de protocolos de cooperação bilateral entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa no domínio da função estatística, incluindo a troca de informação relevante para a produção de estatísticas, nomeadamente do setor externo; e
- Estimular a participação nas iniciativas organizadas pelo IFC, “Irving Fisher Committee on Central Bank Statistics”, recomendando a adesão a esse Comité.

3.3.2.2. Seguradoras

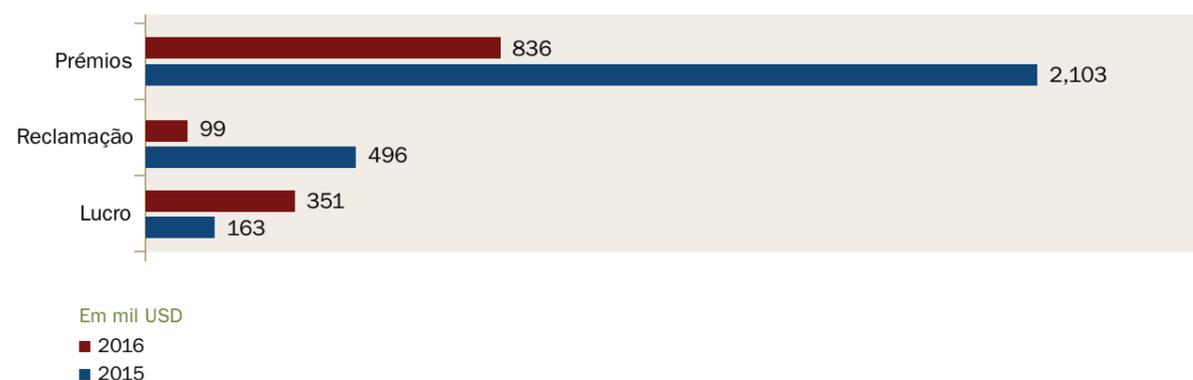
Companhia Seguradoras

Em 23 de Agosto de 2016, BCTL concedeu a atribuição de uma licença definitiva a uma companhia seguradora, sendo agora três as companhias seguradoras licenciadas em Timor-Leste; a NITL-National Insurance of Timor-Leste, a SinarMas (SMI), e a Federal Insurance Timor, (FIT) S.A.. Este desenvolvimento ilustra a melhoria no conjunto de serviços oferecido pelas companhias seguradoras no país, a provisão seguros gerais para os vários sectores de actividade, com taxas acessíveis e um nível de concorrência justo.

O total de ativos do sector registava um montante de 5,7 milhões de USD em Dezembro 2016, tendo diminuído cerca de 17,6% relativamente a 2015. Ainda durante o ano de 2016, o total dos passivos diminuiu 28,9%, perfazendo a quantia de USD 3,8 milhões de USD no final do ano. O capital próprio do sector registou um aumento de 22%, para USD 1,9 milhões de USD.

O gráfico 5 ilustra o desempenho do negócio das companhias de seguros em Timor-Leste durante o período.

Gráfico 5
Desempenho do negócio de Seguro



Fonte: BCTL

Micro-seguro

Existem actualmente 2 operadores de micro-seguros que operam como agentes da empresa NITL. O micro-seguro adotou o modelo de parceria desde julho de 2012 entre as seguradoras e as de micro-finanças para cobrir o crédito em caso de óbito. Note-se que durante o ano de 2016 se registou apenas um incremento de 8,6% dos prémios recebidos, equivalentes a 43,8 mil de USD, enquanto as reclamações resolvidas aumentaram 71,5%, ou cerca de 142 mil de USD (quadro 6).

Quadro 6. Desempenho de Microseguro

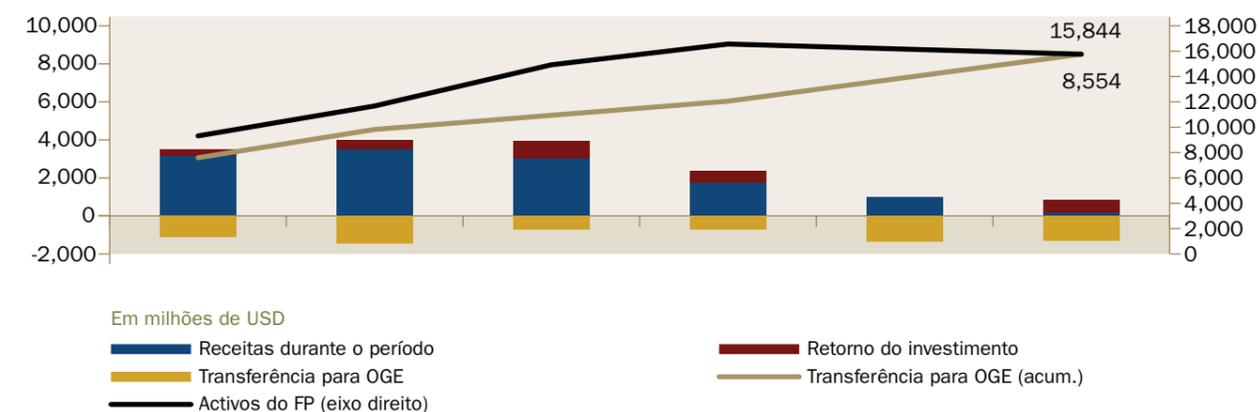
	Em USD			Var (%)	
	2014	2015	2016	2015	2016
Total prémio	280,145.97	505,970.33	549,648.42	80.6	8.6
número de segurados	45,333	67,018	71,508	47.8	6.7
reclamações resolvido	88,399.75	198,529.85	340,518	124.6	71.5
número de reclamações resolvido	85	160	240	88.2	50.0

Fonte: BCTL

3.3.3. Gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o enquadramento definido na Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central continua a ser responsável pela gestão operacional do Fundo. No final de 2016, o seu capital ascendia a 15.844 milhões de USD, registando uma redução cerca de 2,3% em relação ao ano anterior. As receitas petrolíferas anuais – impostos e “royalties” – cifraram-se em 223,9 milhões de USD (1.817 e 978,9 milhões em 2014 e 2015 respectivamente), mostrando uma tendência decrescente, devido à redução do preço do petróleo e, sobretudo, do nível de produção petrolífera. Por outro lado, os levantamentos destinados ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2016 avaliaram-se em 1.244,8 milhões de USD (1.278 milhões em 2015), registando uma redução de 2,6%. As despesas de gestão do Fundo, tanto externas como internas, ascenderam a 14,614 milhões de USD em 2016, registando uma diminuição de 5,3% face 2015.

Gráfico 6
Evolução dos Activos do Fundo Petrolífero



Fonte: BCTL

MISSÃO E MANDATOS principais, organização, governação e actividades

No que se refere ao desempenho durante o ano, o Fundo acumulou rendimentos brutos (médio) de 168 milhões de USD, o que corresponde a 1,03% do valor médio investido no Fundo em 2016 (16.373 milhões). A decomposição destes rendimentos, permite-nos observar que o rendimento decorrente do recebimento de juros e dividendos totalizou 0,51% do valor médio do Fundo em 2016, enquanto que as mais valias registadas, durante o exercício, ascenderam a 0,68%, equivalente a uma subida de 0,81pp em relação a 2015.

Somando estas 2 parcelas, o Fundo obteve uma rentabilidade bruta de 1,2%, sem contar com os efeitos cambiais. Contudo, a continuação da apreciação do dólar norte-americano em 2016 face às moedas em que se encontra denominada parte dos investimentos do Fundo, resultou numa perda de natureza cambial de 28,9 milhões de USD em 2016, ou de 0,2% do valor do Fundo, depois de uma perda de 426 e 302 milhões de dólares ocorrida em 2014 e 2015 respectivamente.

Consequentemente, o efeito negativo das variações cambiais reduziu os ganhos registados pelos investimentos efectuados nos mercados obrigacionistas e accionistas em 2016. Note-se que o Fundo, cujo horizonte de investimento consiste no médio e longo prazo, não implementa atualmente nenhuma política ativa de gestão do risco cambial, aceitando o risco cambial inerente à alocação estratégica do fundo, tanto em termos de mercados accionistas e obrigacionistas, como da escolha de “benchmarks” adequados. Esta estratégia neutra em termos cambiais, explica-se pelo facto de a maior parte dos estudos nesta área apontarem no sentido de que o impacto das variações das taxas de cambio não acrescenta valor no longo prazo, dada a natureza cíclica destas variáveis, adicionando apenas volatilidade ao desempenho do Fundo no curto prazo.

Em termos de actividades e desenvolvimentos relevantes nesta área, é de assinalar que o Fundo continua a manter a alocação estratégica proposta, investindo, 40% do total do Fundo em mercados accionistas.

O BCTL continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), no sentido de reavaliar e monitorizar continuamente a adequação da alocação estratégica do Fundo, sempre dentro dos parâmetros definidos pelo quadro legal do Fundo Petrolífero. Refira-se especificamente que o BCTL participou activamente nas discussões mantidas, ao nível do CAI, relativas à expansão do universo de investimento, aumento do grau de diversificação e adoção de novas políticas de gestão para permitir atingir o rendimento esperado do Fundo de 3% em termos reais, numa base plurianual.

Até ao final do ano, os gestores dos investimentos em títulos de rendimentos fixo ascenderam a 4, dos quais 3 são gestores externos: o “Alliance & Bernstein”, o “Wellington Management”, e o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI/BIS), e o gestor interno, o próprio BCTL. Os gestores dos investimentos em acções são 3 empresas internacionais: Schroders Investment Management, SSgA International Equity e o BlackRock Investment Management, bem como o próprio BCTL, que

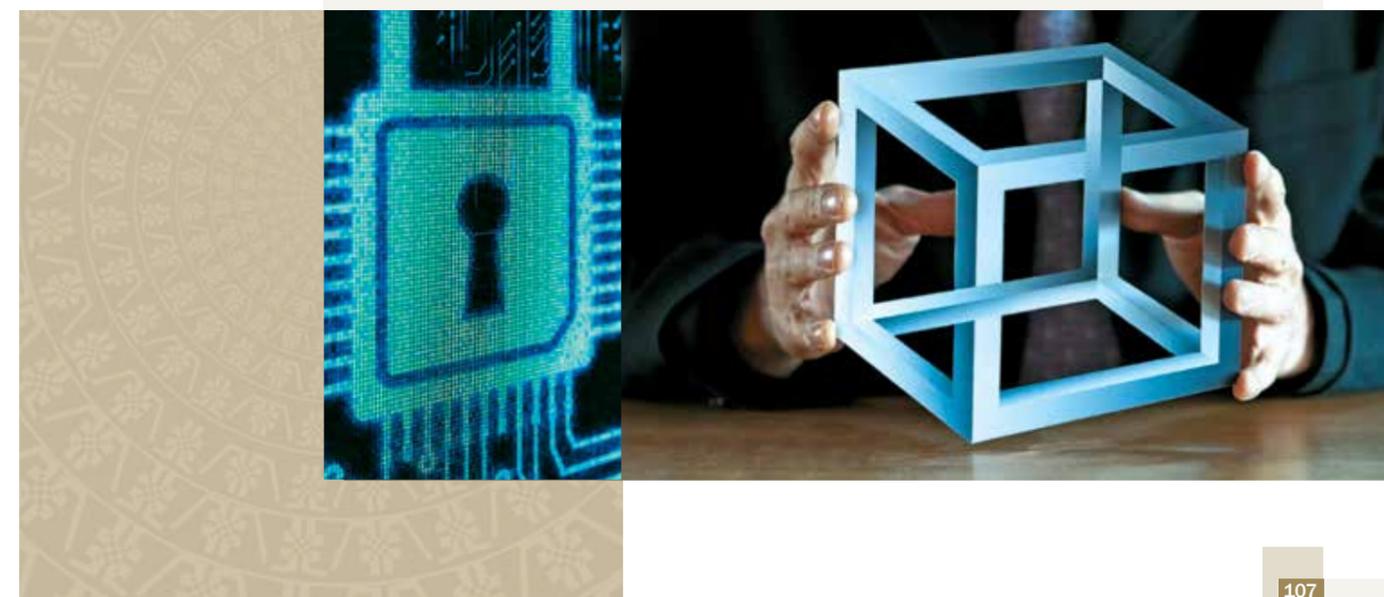
depois da recomendação do IAB e aprovação por parte do Ministro das Finanças iniciou a sua atividade de investimento no mercado de acções durante o ano em análise.

O BCTL continuou a investir nas políticas de formação dos recursos humanos e aumento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis para suportar e melhorar a gestão directa do Fundo, com objectivo de internalizar uma fatia crescente dessa gestão. A implementação da plataforma tecnológica, a “Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)”, em 2015, reforçou substancialmente as capacidades internas do BCTL na gestão de activos, sobretudo com a implementação da gestão interna de acções em 2016. Na vertente da formação de recursos humanos, o BCTL continuou a suportar os custos da formação académica continua dos respectivos quadros e a sua participação em módulos de formação e seminários internacionais, organizados por parceiros institucionais do BCTL.

3.3.4. Reforço institucional

O BCTL deu início a uma revisão abrangente da lei bancária de Timor-Leste (Regulamento UNTAET n.º 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária. Esta regulamentação foi estabelecido e implementado no início da Administração das Nações Unidas em Timor-Leste, sendo agora altura de rever e atualizar este diploma de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo das próximas décadas.

O Plano Diretor prevê ainda que o BCTL se envolva activamente as instituições financeiras no sentido de aumentar a proteção dos clientes bancários e melhorar as relações com os clientes sector da banca de retalho. As normas existentes - Instrução Pública n.º 06/2010 e da seção 2.5 do Regulamento n.º 2000/8 - definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria.

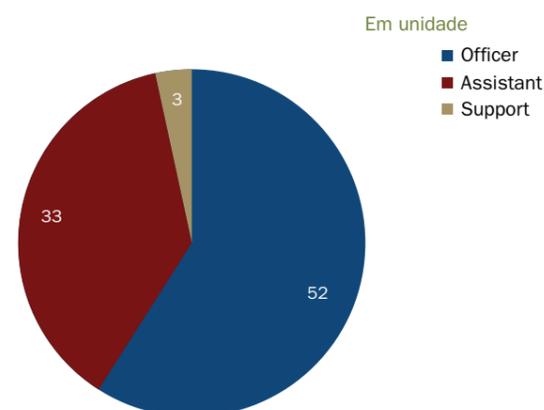


3.3.5. Pessoal e programa de formação

O BCTL contava, no final do período em análise, com 88 funcionários, tendo-se registado um acréscimo de 21% em relação a 2015. O plano de recrutamento previsto para o ano de 2016, foi levado a cabo nos meses de fevereiro e setembro, tendo sido selecionados 15 candidatos qualificados a preencher as posições-chave selecionadas nas áreas fundamentais de atividade do BCTL. O primeiro grupo de novos funcionários começou a exercer as suas funções no início do mês de julho de 2016 e após o termo do período experimental, foram todos confirmados nas respetivas posições e integraram o quadro de funcionários do BCTL. Para além do aumento do número de funcionários supra mencionado, o BCTL mantém o seu plano de recrutamento para o ano de 2017, estando prevista a contratação de 15 funcionários adicionais para as carreiras profissionais de técnicos e assistentes, número que abrange funcionários temporários para o serviço de apoio.

O número de colaboradores do BCTL, incluindo os funcionários a recrutar em 2017, por categorias profissionais é apresentado no gráfico 7:

Gráfico 7
Carreiras Profissionais



Fonte: BCTL

No que diz respeito ao sistema de Avaliação de Desempenho dos funcionários do BCTL ao longo do ano de 2016, a maioria dos colaboradores conseguiu atingir os objectivos estabelecidos a nível da instituição e dos respectivos departamentos e divisões. O resultado da avaliação permitiu apurar que: 18,9% dos funcionários obtiveram um bom desempenho, 79,7% com suficiente e apenas 1,2% dos colaboradores mantiveram as respetivas categorias e níveis salariais. O sistema de Avaliação de Desempenho é realizado pela várias chefias com o objetivo de valorizar o trabalho dos respetivos colaboradores e analisar as suas contribuições para a atividade do BCTL.

As dimensões utilizadas na avaliação do desempenho dos funcionários mantiveram-se inalteradas em relação ao ano anterior, conforme indicado no diagrama infra, designadamente: Objectivos, Atividades e Competências para os colaboradores da carreira profissional de Técnico e Atividades e Competências para os colaboradores das carreiras profissionais de Assistente e Suporte.



Quanto ao desenvolvimento de capacidades e conhecimentos dos seus colaboradores, o BCTL continua, anualmente, a manter a alocação de um montante suficiente e adequado para o cumprimento do seu programa de formação, que passa por formações em competências técnicas, atribuídas aos seus colaboradores, tanto em Timor-Leste como no estrangeiro. Quanto a bolsas de estudo, o BCTL não concedeu nenhuma ao longo do ano, atendendo às limitações orçamentais e à priorização de outras atividades do banco.

Além da formação e estudos no estrangeiro, a formação interna no BCTL (in-house training) continuou a contribuir para uma melhoria das qualificações dos funcionários. Em 2016 a formação interna do BCTL focou-se nas áreas da Educação Financeira e Seguros para o Departamento de Supervisão, utilização do Sistema de R-TIMOR para o Departamento de Pagamentos, investimento do Fundo Petrolífero e introdução das funções do BCTL aos novos funcionários.

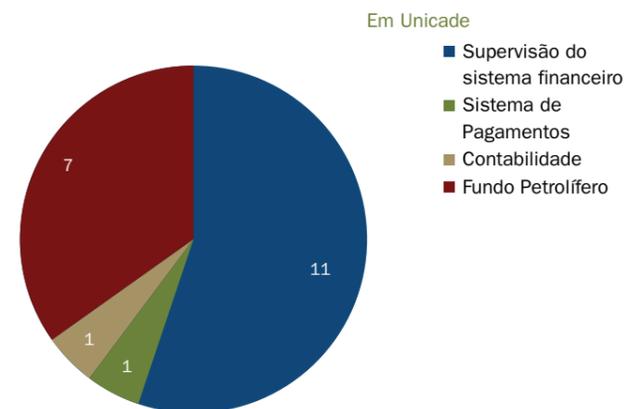
Os colaboradores do BCTL continuaram a participar igualmente em diversos programas de formação, conferências e seminários organizados por outros bancos centrais e instituições financeiras da CPLP, Bank Negara Malaysia, SEACEN, BIS, APRA, Instituto do FMI em Singapura, entre outros. O BCTL espera que o seu quadro de colaboradores possa continuar a usufruir deste tipo de programas e eventos de formação.

O BCTL continuou ainda a realizar discussões e a estabelecer acordos (Memorando de Entendimento) com entidades com as quais tem parcerias ou relações institucionais, tais como o JP Morgan, BlackRock, Banco de Pagamentos Internacionais (BPI/BIS), Clifford Chance, KPMG, Credit Scheme Guarantee Berhand Malasya, Otoritas Jasa Keuangan (OJK) da Indonésia, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de Portugal, Reserve Bank of Australia, Australian Prudential Regulation Authority (APRA), Pusat Pelaporan dan Analisis Transaksi Keuangan (PPTK), Yayasan Pendidikan Internal Audit em Jakarta e KPMG em Portugal, no sentido de reforçar os laços de cooperação com essas entidades e vir a ser possível a realização de programas de formação e estágios, bem como, a prestação de assistência técnica aos funcionários do Banco Central de Timor-Leste.

Para além dos acordos com entidades estrangeiras, o BCTL estabeleceu também acordos com instituições em Timor-Leste, tais como, o Ministério de Educação e a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.

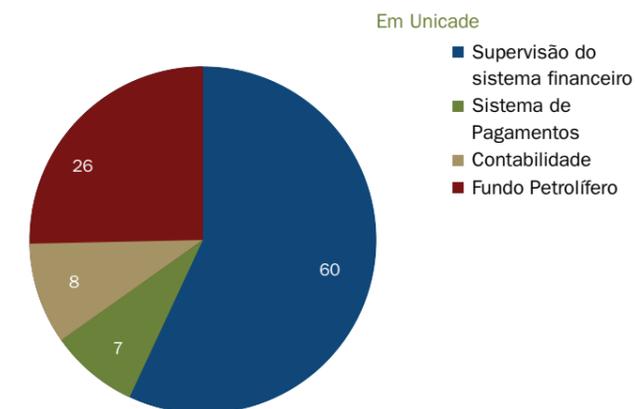
Os gráficos 7 e 8 ilustram as informações detalhadas relativos ao número de funcionários e dias de participação em formações, seminários e conferências ao longo do ano de 2016.

Gráfico 8
Número de funcionários que participaram em formações



Fonte: BCTL

Número dos Dias de Treinamento e Workshops



Fonte: BCTL

3.3.6. Relações externas

O BCTL tem continuado a dar grande importância às suas relações externas, quer como forma da sua afirmação enquanto Banco Central de um novo país independente, quer como forma de assegurar o apoio para a formação dos seus quadros através da sua participação em programas de treino e estágios bem como alguma assistência técnica.

É nesta lógica que se continuou a beneficiar das boas relações com instituições como o Banco de Portugal, o Bank Negara Malaysia, o Reserve Bank of Australia, o IMF Institute (Singapura), o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, em Basileia/Suíça), e Otoritas Jasa Keuangan (OJK) da Indonésia e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de Portugal.

Além disso o BCTL continuou a aprofundar as suas relações com entidades comerciais com quem trabalha tais como a JPMorgan, a CliffordChance, a KPMG, a Deloitte, Credit Scheme Guarantee Berhand Malasya, APRA, PPTK, Yayasan Pendidikan Internal Audit em Jakarta e KPMG em Portugal e outras organizações.

Caixa 7. Plano de Acção do BCTL para 2017

O BCTL prevê desenvolver um conjunto vasto de iniciativas em 2017, dos quais se destaca a continuação da implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Financeiro e do Plano para o Sistema de Pagamentos Nacional. Este capítulo elenca e descreve os vários programas e iniciativas previstos pelo BCTL para 2017.

Fomentar o crédito e o financiamento empresarial

O Plano Diretor identificou que a ausência, em Timor Leste, de meios através dos quais os mutuários podem oferecer garantias em apoio dos pedidos de crédito, é um dos grandes impedimentos para o desenvolvimento do sector financeiro.

O Plano Diretor propõe que, numa fase inicial, para rapidamente se estabelecerem mecanismos de garantia eficazes, se permita que os bens móveis - por exemplo, veículos automóveis, instalações e equipamentos, stocks e dividas comerciais - sejam apresentados como garantias e, posteriormente, depois de esclarecidos e implementados os direitos e títulos de propriedade de bens imóveis (terrenos e edifícios), se venham a utilizar estes activos também como garantia de créditos.

De forma consistente, o BCTL preparou um documento de discussão sobre a reforma do enquadramento legal das transações de empréstimos garantidos em Outubro de 2014. Encontra-se em curso a elaboração de um projecto de Decreto-Lei, que deverá estar pronto para ser distribuído e comentado até ao final de 2017. O respectivo diploma final deverá ser apresentado ao Conselho de Ministros em Julho de 2017. Depois de a nova lei ser promulgada, será necessário adquirir e implementar um sistema de registo de garantias “on-line”, assim como estimular os bancos a desenvolverem novos produtos de crédito, que façam uso deste sistema de registo.

Lei Bancária e proteção dos consumidores

Em 2015, o BCTL deu início ao processo de revisão abrangente da lei bancária de Timor-Leste (Regulamento N.º 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária), que será finalizado em 2017 de acordo com o plano de ação do BCTL para 2017. Esta lei foi estabelecida e implementada no início da administração das Nações Unidas em Timor-Leste. É agora hora de rever e atualizar essa lei de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo da próxima década. O novo quadro regulamentar terá em conta as mudanças no contexto financeiro global e as especificidades e evolução recente do sector financeiro de Timor-Leste, com o objectivo de se actualizar o quadro de supervisão e de regulação macro-prudencial.

Introduzir o código de conduta da prática bancária

O Banco Central continuará a implementar, em 2017, um código de conduta em relação às práticas das instituições bancárias em Timor-Leste, com o objetivo de promover a prática de serviços financeiros justos e de equidade, no fim de estimular

confiança nos sectores de serviços financeiros e de criar mecanismos eficientes e eficazes para gerir queixas ou preocupações dos consumidores, relacionadas com a utilização de produtos financeiros.

Formação de PME em contabilidade básica

O Banco Central irá continuar a implementar o programa de formação das Pequenas e Média Empresas (PMEs) na área de contabilidade básica, em 2017, para cerca de 100 empresários, e organizar a monitorização e avaliação dos 80 empresários que participaram na formação durante 2016. O BCTL prevê ainda alargar este programa de formação para abranger conteúdos técnicos de nível intermédio.

Incorporação local de bancos internacionais

Três dos quatro bancos de Timor-Leste são hoje sucursais de bancos internacionais. O Plano Diretor do BCTL levanta a questão de se saber se, para estes bancos, a actual adoção do modelo de sucursal representa um enquadramento institucional apropriado, ou se, pelo contrário, seria preferível para as suas operações e crescimento do sector, que estes bancos venham a constituir empresas subsidiárias de direito local.

O BCTL decidiu iniciar a análise do tema já nesta fase. Trata-se, especificamente, de apreciar questões de alguma complexidade incluindo, a eficácia do quadro e transição entre modelos. Caso se conclua a favor da mudança de modelo, será naturalmente necessário um período de transição adequado, devidamente acautelado. Além disso, a direção política sobre este assunto terá de ser determinada e será um contributo activo na determinação do sentido da revisão da legislação bancária.

Finalizar as instruções sobre regras prudenciais e reporte das companhias de seguros

Em 2016, o BCTL contou com a assistência técnica do Banco Desenvolvimento Asiático (ADB) no processo da revisão de instruções sobre regras prudenciais e obrigações de reporte financeiro e operacional das companhias de seguros. Em 2017, o BCTL realizará o processo de consulta às empresas, e apresentará os projectos de instruções sobre regras prudenciais e obrigações de reporte financeiro ao Conselho de Administração, para respectiva discussão e aprovação.

Introdução do esquema de garantias de crédito no financiamento às PMEs

O BCTL, sujeita a aprovação do Governo, irá introduzir o primeiro esquema de garantias de crédito em Timor-Leste, no sentido de conceber o quadro do regime das garantias de crédito, especificamente direccionado apenas para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O projeto piloto foi iniciado em 2015 e será financiado pelo Governo. Numa fase inicial será proposto um montante de USD10 milhões para dois esquemas: o de garantia geral para o PMEs e o de garantias destinadas à pecuária. O governo alocou, no OGE 2017, um montante de 4 milhões de USD para o projeto.

Implementação da estratégia nacional para a educação financeira

No âmbito da estratégia e plano de desenvolvimento financeiro nacional, o BCTL considera que o programa de promoção da inclusão financeira deverá ser um elemento-chave. O BCTL considera que a educação, ou alfabetização financeira será um dos fatores determinantes no alargamento da prestação nacional de serviços financeiros às populações sem acesso aos bancos nas áreas rurais. Em 2017, o Banco Central prevê trabalhar, em cooperação com o Ministério da Educação, de modo a empregar os grupos de professores que já têm experiência para administrar e gerir o programa de treinamento aos outros professores (ToT) através de INFORDEPE, com o objetivo de expandir o programa da educação financeira a todas as escolas básicas municipais.

Introduzir um sistema de reporte on-line para IF e a instalação do sistema supervisão off-site

O BCTL pretende introduzir um sistema de reporte on-line, depois de finalizada a missão de assistência técnica do ADB, para as instituições financeiras relevantes. Uma plataforma analítica (offsite surveillance system) será também implementada, depois de terminado o processo de revisão, para facilitar a eficiência e efetividade do processo de supervisão. A plataforma permitirá facilitar substancialmente o processo de supervisão, possibilitando a compilação automática de estatísticas e dados de gestão.

Melhoria da operação do sistema R-TiMOR e introduzir o módulo de crédito intra-diário (Intraday liquidity)

A implementação do sistema STA, o R-TiMOR, representou um grande progresso para o nosso sistema financeiro. A fase seguinte consistirá em actualizar e rever os procedimentos internos de modo a alinhar e assegurar o funcionamento do sistema de acordo com as regras. O Banco Central irá introduzir também uma política adequada e medidas administrativas transparente para apoiar a previsão de liquidez intra-diária e otimização do uso de liquidez dos Bancos no sistema R-TiMOR.

Preparar Regras do Sistema e Switch Nacional para o uso de cartões e telemóveis

Com a implementação de Switch Nacional para cartões e telemóveis, o BCTL-SIPA irá preparar e introduzir as regras do sistema para administrar a sua gestão e operação.

O estudo sobre a adoção de uma moeda nacional

O BCTL continua a incluir no seu plano estratégico o projecto de desenvolver um estudo aprofundado sobre a possibilidade de introdução de uma moeda nacional em Timor-Leste, contando com o suporte de um perito externo nesta matéria. O

especialista deverá trabalhar em estreita colaboração com a Divisão de Economia do BCTL no desenvolvimento do estudo.

Estudos Económicos

O BCTL irá continuar a realizar projetos de pesquisa económica e de estudos sobre questões relacionadas com as principais funções do BCTL e estatísticas publicadas pelo Banco.

Manutenção da operação da Bloomberg AIM

O BCTL implementou em 2015 a plataforma tecnológica de negociação - a “Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)” – que se destina a registar, analisar e facilitar a gestão global de activos financeiros do BCTL. O BCTL irá manter a Bloomberg AIM como o “trading platform” para garantir actividade de investimento interna e irá implementar o interface da plataforma com o sistema e reporte de “fixed interest” do FRBNY e o sistema de contabilidade “TechOne”.

Revisão de Políticas Estratégicas de Investimento

O Comité de Assessoria para o Investimento decidiu a manter a actual política e estratégia do investimento do Fundo Petrolífero. Contudo, o continuará a rever anualmente estas directrizes, tendo em conta os desenvolvimentos verificados nos mercados financeiros. O BCTL irá continuar a alocar recursos suficientes para suportar a revisão anual desta política e estratégia de investimento do FP.

Implementação do mandato de estratégia multifactorial para a carteira de acções

O Comité de Assessoria para o Investimento recomendou a implementação de um novo mandato de gestão da carteira de acções (actual alocação de 40%), que será baseado numa estratégia que combina optimamente ‘Factores de Investimento Relevantes’ como: Valor, Qualidade, Dimensão e ‘Momentum’. Sendo o Banco Central, o Gestor Operacional do Fundo, irá alocar recursos e proceder ao processo de selecção de 2 ou 3 gestores externo para a gestão do novo mandato, que se espera à implementar em 2017.

Estabelecer o Fundo de Pensões do Banco Central

O estudo sobre o estabelecimento do Fundo de Pensões foi concluído pelo Comité de revisão em 2016, que avaliou os méritos e desvantagens das opções relevantes. Em conformidade com o respectivo parecer, o BCTL irá estabelecer e implementar um Fundo de Pensões para os seus funcionários em 2017.

Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

Conselho de Administração

O Governador

Abraão de Vasconcelos

Vice-Governadora

Nur Aini Djafar Alkatiri
Sara Lobo Brites

Membros não executivos

Maria Madalena Brites Boavida
Aicha B.U. Bassarewan
Aurélio Guterres
Francisco da Costa Guterres

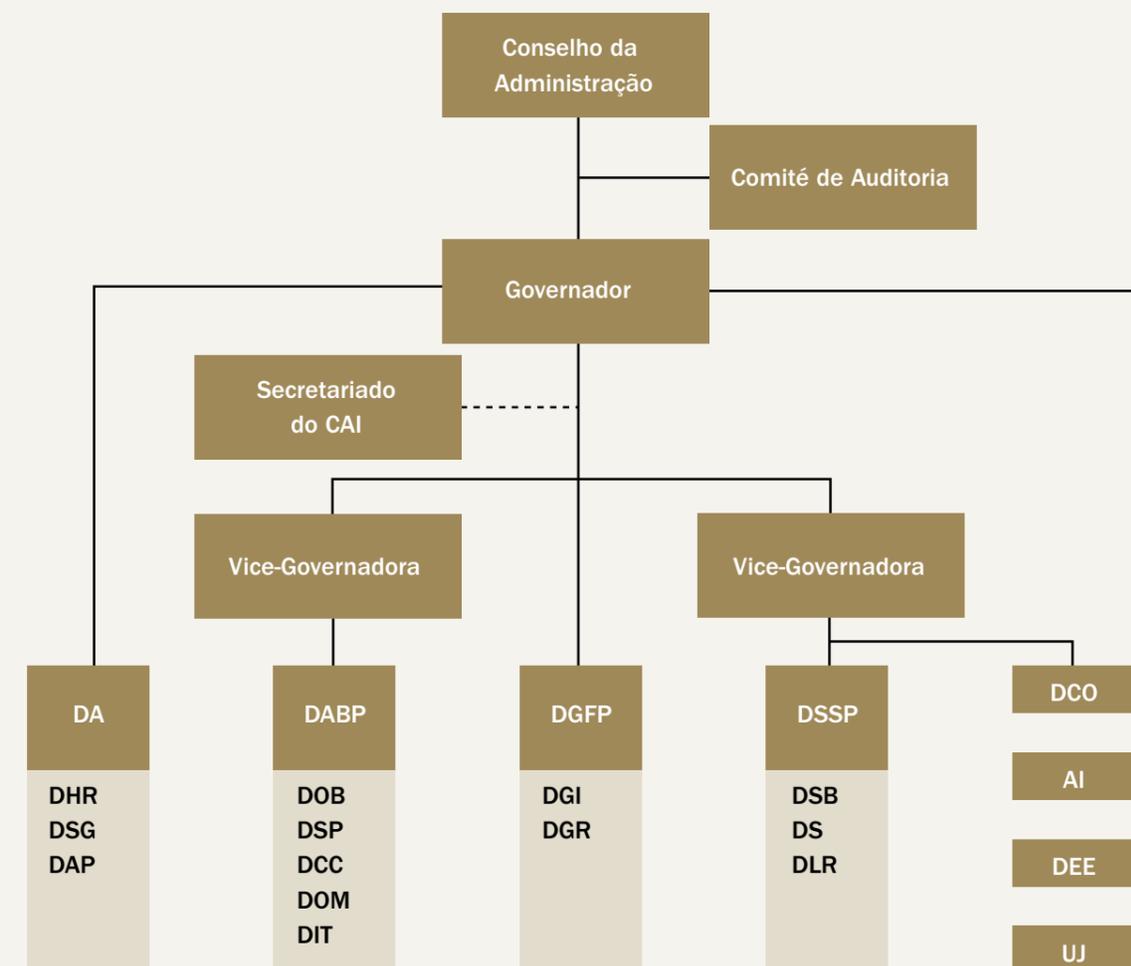
Nota: Em 2016 o Primeiro-Ministro designou mais três membros (não-executivos) do Conselho de Administração do Banco Central, completando assim a estrutura do Conselho de Administração do BCTL de acordo com a Lei Orgânica do Banco.

Comité de Gestão

O Comité de Gestão do BCTL inclui todos os responsáveis das principais áreas organizacionais do Banco. São eles:

- O Governador, Abraão de Vasconcelos
- A Vice-Governadora, Nur Aini Djafar Alkatiri
- A Vice-Governadora, Sara Lobo Brites
- Chefe da Divisão de Contabilidade, Fernando de Carvalho
- A Diretora do Departamento de Administração, Raquel Gonçalves
- O Diretor do Departamento do Fundo Petrolífero, Venâncio Alves Maria

Organização Interna do BCTL a 31 de dezembro de 2016



Legenda:

CAI	Comité de Assessoria para o Investimento	DGFP	Departamento da Gestão do Fundo Petrolífero
		DGI	Divisão de Gestão de Investimento
		DGR	Divisão de Gestão de Risco
DA	Departamento de Administração		
DRH	Divisão de Recursos Humanos	DSSF	Departamento de Supervisão do Sistema Financeiro
DSG	Divisão de Serviços Gerais	DSB	Divisão de Supervisão Bancária
DAP	Divisão de Aprovisionamento	DS	Divisão de Seguros
		DLR	Divisão de Licenciamento e Regulamentação
DSBP	Departamento do Sistema Bancário e Sistemas de Pagamento		
DOB	Divisão de Operações Bancárias	DCO	Divisão de Contabilidade e Orçamento
DSP	Divisão de Sistemas de Pagamento	AI	Auditoria Interna
DCC	Divisão de Câmara de Compensação	DEE	Divisão de Economia e Estatística
DOM	Divisão de Operação de Moeda	UJ	Unidade Jurídica
DIT	Divisão de Sistemas de Informação		

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Para o período terminado em
31 de dezembro de 2016



28 de Março de 2017



Declaração de conformidade	121
Demonstração de Posição Financeira	122
Demonstração de Rendimento Integral	123
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	124
Demonstração de Fluxos de Caixa	125
Notas às Demonstrações Financeiras:	126
1. Entidade relatora e base estatutária	126
2. Base de preparação	127
3. Principais políticas contabilísticas	128
4. Gestão do risco financeiro	135
5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco	143
6. Segmentação da informação reportada	143
7. Dinheiro e seus equivalentes	144
8. Títulos negociáveis	144
9. Ativos e responsabilidades financeiras	144
10. Instituições Financeiras Internacionais	144
11. Propriedade, instalações e equipamento	146
12. Outros ativos	147
13. Depósitos do Governo	147
14. Outros depósitos	147
15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	148
16. Outras responsabilidades	148
17. Capital e reservas	148
18. Responsabilidades contingentes	149
19. Rendimento líquido	149
20. Rendimento de taxas e de comissões cobradas	149
21. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	150
22. Despesas com o pessoal	151
23. Despesas de administração	151
24. Fundo Petrolífero de Timor-Leste	151
25. Partes Relacionadas	152
26. Autorização de publicação da declarações financeiras	153
Relatório dos Auditores Independentes	154

Declaração de conformidade

As Informações Financeiras das páginas 92 a 95 e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 96 a 129, foram preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos constantes da Lei n.º 5/2011, de 15 de junho (Lei Orgânica do Banco Central) e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho do Banco Central de Timor-Leste à data de 31 de dezembro de 2016.



Abraão de Vasconcelos, Governador

Dili, 28 de Março de 2017

Demonstração de posição financeira Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2016

	Notas	2016 MIL USD	2015 MIL USD
Ativo			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	7	361.429	361.429
Títulos negociáveis	8	-	-
Investimentos	10	34.689	34.689
Propriedade, edifícios e equipamentos	11	1.837	1.837
Outros ativos	12	5.203	5.203
Total dos ativos		403.158	403.158
Passivo			
Depósitos do Governo	13	212.311	212.311
Outros depósitos	14	111.379	111.379
Provisão para transferência de excedente para o Governo	15	698	698
Outros Passivos	16	8.499	8.499
Moeda emitida		14.509	14.509
Total do passivo		347.396	347.396
Capital	17	55.000	55.000
Reserva		762	762
		55.762	55.762
Total do Passivo e do Capital		403.158	403.158

As notas das páginas 126 a 153 fazem parte integrante desta declaração

Demonstração de rendimento integral Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2016

	Notas	2016 MIL USD	2015 MIL USD
Rendimento De Operações			
Rendimento de investimentos			
Juros recebidos	19	1.454	1.173
Despesas com juros	19	(34)	(23)
Rendimento líquido do investimento		1.420	1.150
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	21	13.329	14.436
Despesas de gestão do Fundo Petrolífero	21	(8.380)	(9.241)
Receitas líquidas de comissão		4.949	5.195
Taxas e comissões	20	684	634
Outros Rendimentos		126	(62)
Rendimentos totais		7.179	6.917
Despesas			
Despesas com Pessoal	22,25	1.818	1.670
Despesas com a circulação monetária		1.007	908
Despesas Administrativas	23	2.806	2.302
Depreciação do Imobilizado	11	850	577
Custos totais		6.481	5.457
Lucros / Perdas		698	1.460
Outros rendimentos / perdas		-	-
Declaração de lucros ou perdas e outro rendimento integral		698	1.460

As notas das páginas 126 a 153 fazem parte integrante desta declaração

Demonstração de alterações no capital próprio Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2016

	Notas	2016 MIL USD	2015 MIL USD
Capital social			
Capital inicial	17	50.000	40.000
Aumento no capital	17	5.000	10.000
Saldo final	17	55.000	50.000
Reserva geral			
Saldo inicial		762	32
Declaração de lucros ou perdas e outro rendimento integral		698	1.460
Transferência para o Governo		(698)	(730)
Saldo final		762	762
Total do capital		55.762	50.762

As notas das páginas 126 a 153 fazem parte integrante desta declaração

Demonstração de fluxos de caixa Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2016

	2016 MIL USD	2015 MIL USD
Atividades operacionais		
Lucro operacional	698	1.460
Depreciação	850	577
Rendimento líquido de juros	(1.420)	(1.150)
Total	128	887
Alteração nos recebíveis, pré-pagamentos e stock	(554)	(683)
Alteração nos Depósitos do Governo	(110.730)	142.171
Alterações nos outros Depósitos	(28.675)	(23.244)
Alteração nos Outros Passivos	2.726	155
	(137.105)	119.286
Juros recebidos	1.454	1.173
Juros pagos	(34)	(23)
Resultado líquido das atividades operacionais	(135.685)	120.436
Atividades de investimento		
Alterações nos Investimentos	(10.766)	2.679
Títulos do Governo dos Estados Unidos	-	93.210
Aquisição de ativos fixos e equipamento	(198)	(914)
Resultado líquido das atividades de investimento	(10.964)	94.975
Atividade de financiamento		
Moeda emitida	2.357	2.328
Capital (subscrição pelo governo)	5.000	10.000
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	(730)	(4.493)
Resultado líquido das atividades de financiamento	6.627	7.835
Aumentos em 'caixa' e seus equivalentes	(140.022)	223.246
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	501.451	278.205
'Caixa' e seus equivalentes no final do ano	361.429	501.451

As notas das páginas 126 a 153 fazem parte integrante desta declaração

Notas às demonstrações financeiras:

1. Entidade relatora e base estatutária

Estas são as declarações financeiras do Banco Central de Timor-Leste (“o Banco” ou “BCTL”), uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pela Lei n.º 5/2011, de 15 de junho, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste. O endereço oficial da sede do BCTL é Avenida Xavier do Amaral, n.º 9, P.O. Box 59, Díli, Timor-Leste.

As declarações financeiras do Banco são relativas ao ano financeiro terminado em 31 de dezembro de 2016 e, de acordo com o estabelecido no Artigo 58.º da Lei n.º 5/2011, as contas e registos são elaborados de acordo com os padrões contabilísticos internacionais.

O principal objectivo do Banco é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado nas leis do mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

O papel do Banco é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas atividades em relação a instrumentos financeiros. O papel do BCTL é definido na sua Lei Orgânica, e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo as grandes linhas de política nas áreas da sua responsabilidade;
- emitir moedas chamadas “centavos” que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular os sistemas de liquidação e de pagamentos de transações em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências dele dependentes;
- agir como agente fiscal do governo e agências dele dependentes;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos bancos comerciais;
- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transações em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a atividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a atividade de casas de câmbio;

- autorizar, supervisionar e regular companhias e intermediários de seguros; e
- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

2. Base de Preparação

a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os IFRS-International Financial Reporting Standards tal como emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A sua publicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de Março de 2017.

b) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto certos títulos de investimento.

c) Adopção dos International Financial Reporting Standards

As presentes contas do BCTL obedecem aos International Financial Reporting Standards em vigor a 31 de dezembro de 2016.

d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste e moeda funcional e de apresentação de contas do Banco. A informação é apresentada em USD arredondados para o milhar mais próximo salvo indicação noutro sentido. Esta prática pode resultar em ligeiras diferenças entre as contas tal como apresentadas no relatório sobre os rendimentos, o balanço e as notas detalhadas de apoio às contas.

e) Uso de apreciações e estimativas

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efetuar apreciações e tomar decisões sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos ativos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos.

As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente.

As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca das principais áreas de incerteza das apreciações e estimativas/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se refletem sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na apresentação das declarações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

a) Taxas de câmbio

Transações envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas em USD às taxas de câmbio prevalentes nas datas de transação. Ativos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio spot praticadas na data de referência do balanço.

Os ganhos ou perdas em itens monetários são a diferença entre o custo de amortização na moeda funcional no início do período — ajustado com o juro efetivo e os pagamentos durante o período — e o custo de amortização em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período.

Ativos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que são medidos ao preço estimado de mercado são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio spot da data em que o referido valor estimado foi calculado.

As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação dos valores dos principais ativos e passivos destas declarações financeiras foram as seguintes:

	31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
Dólares australianos (AUD)	1.3810	1.3712
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0.7438	0.7211
Euro (EUR)	0.9458	0.9147

b) Juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre rendimentos utilizando o método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e receitas futuros em dinheiro ao longo da vida esperada dos ativos ou passivos financeiros (ou, quando

apropriado, um período mais curto) para o valor de balanço dos ativos ou passivos. Ao calcular a taxa de juro efetiva o Banco estima os fluxos futuros de dinheiro tomando em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro em causa mas não as perdas futuras de créditos.

O cálculo da taxa de juro efetiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transação e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efetiva

c) Taxas

O rendimento proveniente de taxas, incluindo taxas de serviço de contas bancárias, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos é contabilizado quando os respectivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo Governo é reconhecido após a aprovação pelo Parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito, principalmente, a taxas de transações e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

d) Lucro operacional

O lucro operacional compreende os ganhos líquidos de perdas relacionadas com as transações de ativos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a exceção das alterações estimadas dos valores relativos a ativos comercializáveis).

e) Impostos

O Banco goza de imunidade tributária, nos termos do disposto no Artigo 72.º da sua Lei Orgânica.

f) Ativos e Passivos Financeiros**i) Reconhecimento**

O Banco reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros ativos financeiros são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

Um ativo ou responsabilidade financeira é inicialmente medido ao seu valor de mercado mais (para os itens não posteriormente medidos ao preço de mercado por ganhos ou perdas) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O Banco efetua transações quando adquire ativos mas não assume todos os riscos e recompensas dos ativos ou parte deles. Tais ativos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pelo Banco não são contabilizados no balanço.

ii) Classificação

Ver o nº 3 g) e h) de “políticas contabilísticas” acima

iii) Eliminação dos registos contabilísticos

O Banco elimina dos seus registos um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data em que é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao ativo financeiro.

O mesmo acontece quanto às responsabilidades financeiras, que são canceladas quando as obrigações contratuais delas resultantes desaparecem ou são canceladas.

iv) Compensação

O valor dos ativos e passivos financeiros serão somente alvo de compensação e o respectivo valor líquido expresso no balanço quando e somente quando o Banco tiver a prerrogativa legalmente estabelecida de proceder a essa compensação e tenciona ou proceda à compensação pelo seu valor líquido, ou proceder simultaneamente à realização do ativo e à compensação do passivo.

v) Medição da amortização dos custos

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante ao qual esse ativo é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efetivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.

vi) Medição do valor justo de mercado

A determinação do valor justo de mercado para os ativos financeiros é baseado nas cotações para os respectivos instrumentos financeiros em mercados ativos. Um mercado é considerado como em atividade se as cotações nele verificadas estão regularmente acessíveis e representam um panorama sistematicamente atualizado das transações nele efectuadas.

A manifestação mais evidente do preço justo de mercado de um instrumento financeiro no momento do seu registo contabilístico inicial é o preço da sua transação, i.e., o valor pago ou recebido, a não ser que o valor justo de mercado do referido instrumento resulte da comparação com outras transações de mercado do mesmo instrumento (i.e., sem modificação ou alterações das suas características) ou baseado numa técnica de avaliação do valor que inclua, como variáveis, apenas informações de mercados analisáveis.

vii) Identificação e medição de prejuízos

Em cada data do balanço o Banco avalia se há ou não evidência objectiva se os ativos financeiros não avaliados ao valor de mercado apresentam prejuízo. Um ativo financeiro apresenta prejuízo quando a evidência objectiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo nos registos do Banco e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros cash flows do ativo e pode ser estimado com confiança.

O Banco toma em consideração evidências de prejuízo de títulos de investimento quer a nível individual de cada ativo específico quer a nível colectivo. Todos os ativos a deter até à maturidade individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os ativos deste tipo que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são então avaliados colectivamente para saber se houve prejuízo associando ativos financeiros com características de risco semelhantes.

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente medindo a diferença entre o valor do ativo e o valor presente atualizado dos futuros cash flows à taxa de juro efetiva. As perdas são reconhecidas nos ganhos e perdas e reflectidas numa conta contra prejuízos. Os juros sobre ativos com prejuízo continuam a ser contabilizados até ao desaparecimento do prejuízo. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas.

As perdas em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente transferindo o valor acumulado da perda que foi contabilizada diretamente de capital para ganhos ou perdas. O valor acumulado de perda que é retirado do capital e contabilizado em ganhos e perdas é a diferença entre o preço de aquisição (líquido de qualquer amortização de capital e amortização) e o valor presente de mercado menos qualquer prejuízo previamente já registado em ganhos e perdas. Alterações nas provisões atribuíveis ao valor do tempo são reflectidas nas contas como uma componente do rendimento em juros.

g) Dinheiro [Cash] e equivalentes

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos que estejam sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e que são usados pelo Banco na gestão das suas responsabilidades de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transações em Timor-Leste. O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço, que se aproxima do valor justo.

h) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transação e subsequentemente de acordo com a sua classificação em “a reter até à maturidade”, valor de mercado com ganhos ou perdas ou título negociável [available-for-sale].

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco não tem títulos de investimento. (2015 justo valor através lucros ou perdas).

1) “A manter até à maturidade”

Este tipo de investimentos são ativos “não-derivados” com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que o Banco tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade e que não são classificados por esta nem como “justo valor através lucros ou perdas” ou como títulos negociáveis.

Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efetivo.

2) Justo valor através lucros ou perdas

Investimentos deste tipo são avaliados ao justo valor através de ganhos e perdas quando:

- Os ativos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adoptado outro procedimento; ou
- Os ativos contêm uma componente de “derivado” que modifica significativamente os cash flows que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor de mercado desta classe de investimentos são levadas a “ganhos e perdas”.

i) Transações do mercado overnight

O Banco estabelece acordos no mercado overnight no quadro das suas atividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transações são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transação.

j) Outros ativos e responsabilidades

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efetua a transação, adicionados os eventuais juros.

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registados como despesa aquando da sua entrada em circulação. São registados ao valor mais baixo do custo ou do valor líquido realizável. O custo é calculado numa base de média ponderada.

k) Propriedade, instalações e equipamento**i) Reconhecimento e medição**

Itens de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do ativo. Software adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais à sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

O terreno e o edifício da sede do Banco estão registados na contabilidade ao custo de aquisição no ano 2000 (custo zero) e assim continuará a ser até que, no futuro, seja possível determinar um preço justo a partir do funcionamento, em Timor-Leste, do mercado de terras e de propriedades em bases sólidas e quando avaliações objectivas possam ser definidas a partir das transações nele realizadas.

ii) Custos subsequentes

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranante do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele

incorporados beneficiarão o Banco e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrem.

iii) Amortização

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

O Banco divide os seus ativos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

	2016	2015
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento electrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são todos referidos à data do fecho do balanço.

iv) Prejuízos

Os valores a transitar dos ativos fixos do Banco são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor a transitar de um ativo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

l) Moeda em circulação

A moeda emitida pelo Banco sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente subunidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade do Banco perante os detentores das moedas. A responsabilidade pelo valor da moeda em circulação é registada ao valor facial no balanço.

O Banco também emite moedas de coleção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente o Banco contabiliza o valor facial das moedas de coleção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

m) Benefícios dos funcionários

i. Benefícios de curto prazo do pessoal

Os benefícios de curto prazo dos funcionários do Banco incluem o montante total

dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, nomeadamente salários e suplementos vários. Os acréscimos (accruals) de custos de pessoal são registados no balanço como outras responsabilidades.

As obrigações com os benefícios a curto prazo dos funcionários são contabilizados como despesas quando o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se o Banco tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo funcionário e a obrigação pode ser mensurada de forma confiável.

ii. Benefícios de longo prazo dos funcionários

Os funcionários do Banco têm o direito a receber um montante em dinheiro pagável após a conclusão de um determinado número de anos de serviço com início no décimo quinto ano de serviço. Com esta finalidade é mensalmente posta de parte pelo Banco uma percentagem de 5% do salário base que é contabilizada na conta de ganhos e perdas como uma despesa de pessoal com a correspondente responsabilidade sendo reconhecida no balanço e registada como "outros passivos". Na hipótese de um funcionário abandonar a instituição antes de decorrido o prazo para ter direito ao benefício em causa o montante previamente acumulado é creditado às despesas de pessoal na data em que a obrigação do Banco para com o funcionário cessa.

Não há um esquema de pensões para os funcionários do Banco.

4. Gestão do Risco Financeiro

a) Introdução e síntese

O Banco Central de Timor-Leste está exposto aos seguintes riscos devido ao seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição do Banco para cada um dos riscos acima, os objectivos do Banco, as suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pelo Banco.

b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pelo Banco.

O Conselho de Administração é orientado pelo disposto na Lei Orgânica do Banco Central, que estabelece diretrizes genéricas para a gestão do risco, incluindo as seguintes:

- O Artigo 19.º permite ao Banco deter na sua carteira de investimentos qualquer dos seguintes ativos estrangeiros: ouro e outros metais preciosos do Banco ou por conta dele, incluindo créditos no balanço representando esses ouro e outros metais preciosos; moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste que sejam livremente convertíveis detidas pelo ou por conta do Banco; saldos bancários e depósitos interbancários pagáveis à ordem ou a curto prazo e denominados em moedas livremente convertíveis e que estejam registados em contas do Banco, nos livros de bancos centrais estrangeiros ou de instituições financeiras internacionais; títulos de dívida facilmente comercializáveis, denominados em moedas estrangeira livremente convertíveis, emitidos ou apoiados por governos estrangeiros, bancos centrais estrangeiros ou instituições financeiras internacionais; direitos sobre instituições financeiras internacionais em resultado de acordos de recompra, venda e retoma e títulos de empréstimo dos referidos títulos de dívida; Direitos de Saque Especiais registados na conta de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional; a posição de reserva de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional.
- O Artigo 71.º n.º 1 proíbe o Banco de conceder crédito, exercer atividade comercial, comprar ações de qualquer empresa ou companhia — incluindo de qualquer Instituição Financeira —, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, aluguer ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das atividades da sua administração e operações.
- O Artigo 39.º autoriza o Banco a gerir fundos especiais propriedade do Estado com base no contrato de gestão e a manter receitas pré-designadas em contas especiais desde que os ativos e as responsabilidades destes fundos sejam separados dos outros ativos e responsabilidades do Banco

O Banco estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou ad hoc, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Governador e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

c) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda financeira do Banco se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e atividades bancárias do Banco.

Todos os investimentos acima de USD 1 milhão exigem a autorização do Governador.

O Auditor Interno audita regularmente as divisões do Banco responsáveis pelo investimento de fundos do mesmo.

A exposição do Banco ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas pela S&P Ratings, é como segue:

Milhares Dólares E.U.A.	Rating*	Dez 2016	Rating*	Dez 2015
Dinheiro e depósitos				
Dinheiro	AAA	35.840	AAA	46.239
depósitos em bancos centrais	AAA	230.042	AAA	359.126
Depósitos em bancos em território nacional	BB-	90.982	B	74.513
Idem, no estrangeiro	A-	4.565	AA-	21.573
		361.429		501.451
Títulos comercializáveis				
Obrigações Tesouro E.U.A	AAA	-	AAA	-
Investimentos				
Fundo Monetário Internacional	N/A	34.689	N/A	23.923
Ativos totais		396.118		525.374
Sumário por tipo de rating				
		Dez 2015	Dez 2016	Dez 2015
AAA		67,12%	265.882	77,16%
A-		1,15%	4.565	4,11%
B		22,97%	90.982	14,18%
Não aplicável		8,76%	34.689	4,55%
Activos totais		100,00%	396.118	100,00%

*Quando um Banco Central não tem rating utiliza-se o rating do país

À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos.

O montante registado destes ativos aproxima-se do seu valor estimado de mercado [fair value].

d) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Banco encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de o BCTL ter de vender rapidamente um ativo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

O Banco é responsável por administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [clearing]. O BCTL está proibido, nos termos da sua Lei Orgânica, de adiantar fundos ao sistema bancário.

A abordagem do Banco quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS Para o período terminado em 31 de dezembro de 2016

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos — para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez — de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros restante na data de apresentação. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto de acordos de compensação.

Em mil USD	Total 2016	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	361.429	361.429	-
Títulos negociáveis	-	-	-
Total dos ativos	361.429	361.429	-
Depósitos do Governo	212.311	212.311	-
Outros depósitos	111.379	76.690	34.689
Provisão para transferência excedentária	698	698	-
Outras responsabilidades	8.499	8.499	-
Moeda emitida	14.509	14.509	-
Total das responsabilidades	347.396	312.707	34.689

Em mil USD	Total 2015	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	501.451	501.451	-
Total dos ativos	501.451	501.451	-
Depósitos do Governo	323.041	323.041	-
Outros depósitos	140.053	116.130	23.923
Provisão para transferência excedentária	730	730	-
Outras responsabilidades	5.773	5.773	-
Moeda emitida	12.153	12.153	-
Total das responsabilidades	481.750	457.827	23.923

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e spreads de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afectem o rendimento do Banco ou o valor dos seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que otimiza o retorno tendo por base o risco.

A forma como o BCTL entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu enquadramento legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efectuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

O Banco mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira. Nas secções seguintes dão-se informações sobre estes dois riscos.

i) Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juro.

A administração do risco associado às taxas de juro pelo Banco é determinada parcialmente pelo quadro legal referido acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos do Banco atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Mil USD	Total 2016	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	361.429	-	361.429	-
Títulos negociáveis	-	-	-	-
Investimentos	34.689	34.689	-	-
Outros ativos	5.203	5.203	-	-
Total dos ativos	401.321	39.892	361.429	-
Depósitos Do Governo	212.311	-	212.311	-
Outros depósitos	111.379	34.689	76.690	-
Provisão para transferência de excedente	698	698	-	-
Outras responsabilidades	8.499	8.499	-	-
Moeda emitida	14.509	14.509	-	-
Total das responsabilidades	347.396	58.395	289.001	-
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	53.925	(18.503)	72.428	-

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS Para o período terminado em 31 de dezembro de 2016

Mil USD	Total 2015	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	501.451	-	501.451	-
Títulos negociáveis	-	-	-	-
Investimentos	23.923	23.923	-	-
Outros ativos	4.649	4.649	-	-
Total dos ativos	530.023	28.572	501.451	-
Depósitos Do Governo	323.041	-	323.041	-
Outros depósitos	140.053	23.923	116.130	-
Provisão para transferência de excedente	730	730	-	-
Outras responsabilidades	5.773	5.773	-	-
Moeda emitida	12.153	12.153	-	-
Total das responsabilidades	481.750	42.579	439.171	-
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	48.273	(14.007)	62.280	-

Mil USD	Total 2016	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	361.429	361.122	244	-	63
Títulos negociáveis	-	-	-	-	-
Investimentos	34.689	-	-	34.689	-
Outros ativos	5.203	5.203	-	-	-
Total dos ativos	401.321	366.325	244	34.689	63
Depósitos Do Governo	212.311	212.311	-	-	-
Outros depósitos	111.379	76.690	-	34.689	-
Provisão para transferência de excedente	698	698	-	-	-
Outras responsabilidades	8.499	8.499	-	-	-
Moeda emitida	14.509	14.509	-	-	-
Total das responsabilidades	347.396	312.707	-	34.689	-
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	53.925	53.618	244	-	63

ii) **Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juro**

Ao gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro o Banco tem como objectivo principal reduzir o impacto das flutuações de curto prazo no seu rendimento líquido. A 31 de dezembro de 2016 estimava-se que uma subida generalizada das taxas de juro em 1 ponto percentual aumentasse os lucros do Banco em cerca de 40 mil USD (2015 – 28 mil USD).

iii) **Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira**

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração do Banco mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. O Banco não se envolve em atividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

A 31 de dezembro de 2016 a exposição líquida do Banco às principais moedas era a seguinte:

Para comparação registem-se os resultados em 2016:

Mil USD	Total 2015	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	501.451	501.035	414	-	2
Títulos negociáveis	-	-	-	-	-
Investimentos	23.923	-	-	23.923	-
Outros ativos	4.649	4.649	-	-	-
Total dos ativos	530.023	505.684	414	23.923	2
Depósitos Do Governo	323.041	323.041	-	-	-
Outros depósitos	140.053	116.130	-	23.923	-
Provisão para transferência de excedente	730	730	-	-	-
Outras responsabilidades	5.773	5.773	-	-	-
Moeda emitida	12.153	12.153	-	-	-
Total das responsabilidades	451.750	457.827	-	23.923	-
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	48.273	47.857	414	-	2

iv) Análise de sensibilidade – Risco de taxa de câmbio

Na gestão de risco cambial, o Banco só ocupam posições líquidas pequenas em moeda estrangeira e, portanto, não é materialmente exposto a mudanças na taxa de câmbio.

f) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos do Banco, o seu pessoal, tecnologia e infraestruturas utilizadas na sua atividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pelo Banco e são enfrentados por quaisquer entidades empresariais.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de modo a assegurar um equilíbrio entre o evitar de perdas financeiras e danos à reputação do Banco com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controlo que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de atividade do Banco. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências de separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transações;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transações;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que o Banco defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;
- Exigência de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de ações que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de atividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Governador e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

g) Administração do Capital

A administração do capital do BCTL está sujeita ao disposto na Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital do BCTL é de USD 50.000.000 totalmente subscrito e realizado. Na sequência da subscrição de um adicional de USD 5.000.000 em 2016, o capital não pode ser reduzido abaixo de USD 55.000.000.
- Será estabelecida uma conta de reserva geral para deter a diferença entre dez por cento da quantia agregada dos totais ativos financeiros do Banco.
- O capital do Banco não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital do Banco durante o período.

A afectação de capital entre operações e atividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido, uma proporção significativa de capital é afectada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco incluíram as seguintes:

Embora o Artigo 39.º da Lei no.5/2011 Orgânica do Banco Central estabeleça que o Banco é autorizado a abrir e manter trust accounts nos seus livros desde que os respectivos ativos e passivos sejam separados dos ativos e passivos do Banco, a administração deste, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e ativos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome do Banco não devem, para efeitos de reporte, ser apresentados no balanço do Banco.

6. Segmentação da informação reportada

A função primária do Banco é agir como o banco central de uma área geográfica específica: Timor-Leste. O capital do Banco não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, ao BCTL não é exigida a apresentação de informação segmentada.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS Para o período terminado em 31 de dezembro de 2016

7. Dinheiro e seus equivalentes

Mil USD	2016	2015
Dinheiro	35.840	46.239
Depósitos em bancos centrais	230.042	359.126
Bancos no país	90.982	74.513
Bancos-não residentes	4.565	21.573
Total	361.429	501.451

8. Títulos negociáveis

Não houve investimento em títulos e valores mobiliários para 2016.

9. Ativos e responsabilidades financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que o BCTL atribui a cada classe de ativos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos ativos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

2016 Mil USD	Total a transitar	Valor justo	Total a transitar	Valor justo
Dinheiro e depósitos	361.429	361.429	501.451	501.451
Títulos negociáveis				
Investimentos	34.689	34.689	23.923	23.923
Outros ativos	5.203	5.203	4.649	4.649
Total dos ATIVOS	401.321	401.321	530.023	530.023
Depósitos do Governo	212.311	212.311	323.041	323.041
Outros depósitos	111.379	111.379	140.053	140.053
Provisões para transferência	698	698	730	730
Outras responsabilidades	8.499	8.499	5.773	5.773
Moeda emitida	14.509	14.509	12.153	12.153
Total das responsabilidades	347.396	347.396	481.750	481.750

10. Instituições Financeiras Internacionais

A) Fundo Monetário Internacional (FMI)

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. O Banco foi designado como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, o Banco inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um ativo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade.

A conta de títulos do FMI reflete o valor de uma Nota Promissória em custódia no BCTL a favor do FMI e pagável pelo Ministério das Finanças da RDTL enquanto agente fiscal do FMI em Timor-Leste. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR/DSE à taxa de câmbio SDR/USD aplicável.

O Banco reconhece um ativo e uma conta de responsabilidade em relação aos títulos do FMI. Os saldos subjacentes da conta do FMI são denominados como os seguintes:

	2016		2015	
	Em SDR'000	Em USD'000	Em SDR'000	Em USD'000
IMF detenção de moeda	21.250	30.118	10.150	14.077
IMF DSE detenção	3.400	4.571	7.100	9.846
Total	24.650	34.689	17.250	23.923

B) Grupo do Banco Mundial

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado "Grupo do Banco Mundial" em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, o BCTL foi designado como depositário oficial. De acordo com a prática generalizada, o Banco regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

International Bank for Reconstruction and Development

O Banco regista o saldo do balanço com o IBRD numa base de responsabilidades líquidas.

International Development Association

Timor-Leste subscreveu USD 314.858, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no BCTL.

Multilateral Investment Guarantee Agency

Timor-Leste subscreveu 50 partes com um valor global de USD 54.100, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no Banco.

C) Banco Asiático de Desenvolvimento

O Banco regista o saldo do balanço com o BAD numa base de responsabilidades líquidas.

11. Propriedade, instalações e equipamento

Cost	Edifícios	Instalações	Eqp de escritório	Comp., etc	Veículos	Trabalho em progresso	Total
	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000
Balanço de abertura	922	307	831	847	557	834	4.298
Aquisições	48	79	33	754	-	-	172
Transferir	-	-	-	834	-	(834)	-
Balanço em 31DEZ2015	970	386	864	2.435	557	-	5.212
Aquisições	-	6	42	124	-	-	172
Transferir	-	-	-	-	-	26	26
Balanço em 31DEZ2016	970	392	906	2.559	557	26	5.410
Depreciação							
Balanço de abertura	555	292	397	598	304	-	2.146
Depreciação no período	47	22	84	352	72	-	577
Balanço em 31DEZ2015	602	314	481	950	376	-	2.723
Depreciação no período	49	22	80	654	47	-	850
Balanço em 31DEZ2016	651	334	561	1.604	423	-	3.573
Montantes a transitar							
Balanço em 31DEZ2016	319	58	345	955	134	26	1.837
Balanço em 31DEZ2015	368	72	383	1.485	181	-	2.489

Devido à inexistência de um sistema de registo de propriedade em Timor-Leste e de um mercado imobiliário no qual seja possível estabelecer, graças aos preços no mercado, o valor de estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade, o Conselho de Administração do Banco mostrou-se incapaz de estabelecer um valor justo para o terreno e as instalações da sede da instituição.

Em resultado, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos. Os trabalhos em progresso incluem os custos incorridos com a implementação dos projetos do Sistema SINTRAF em 2016.

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

12. Outros ativos

Outros ativos compreendem os seguintes:

Mil USD	2016	2015
Outros Ativos		
Contas a receber	4.305	4.089
Juros a receber	140	189
Adiantamentos	1	4
Depósitos de segurança	4	4
Pré-pagamentos	38	91
Existências	715	272
Total	5.203	4.649

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres do Banco Central. À data do balanço não havia a registar quaisquer prejuízos nestes ativos.

13. Depósitos do Governo

Mil USD	2016	2015
Fundo consolidado (OGE)	185.338	301.180
Fundo de Infraestruturas	7.031	16.819
Fundo de desenv. do capital humano	2.536	5.042
Contas de Agências Autônomas	17.406	0
Total	212.311	323.041

Com base na decisão do Ministério das Finanças (carta nº 609 / VI / GMF / 2015-11, de 6 de novembro de 2015), solicitou ao Banco Central de Timor-Leste a criação de 32 subcontas do Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFET) para Entidades Públicas Autônomas (as Agências). Eles são completamente autônomos fiscalmente. Essas contas estão em vigor em 1 de janeiro de 2016. Isso significa devolver a autoridade de pagamento para as agências e ausente do Ministério das Finanças.

14. Outros depósitos

Mil USD	2016	2015
Instituições financeiras nacionais	76.720	116.130
Instituições financeiras internacionais	34.659	23.923
Total	111.379	140.053

15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artigo 9.º da Lei Orgânica do Banco Central, determina que o lucro líquido do Banco, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Além disso, o artigo 10.1 (a) da lei orgânica no. 5/2011 declarou que uma quantia equivalente a 50 por cento dos lucros deverá ser debitada à conta de reserva geral até que o capital autorizado e as reservas gerais equivalem a 10 por cento do total de ativos financeiros do Banco, a transferência para o Governo será feita como segue:

Mil USD	2016	2015
Transferência para o Governo		
Balanco da Conta Geral de Reserva	-	-
Lucro líquido do ano terminado em 31DEZ15	698	1.460
Transferência para/da Reserva Geral	-	(730)
Total Transferência para o Governo	698	730

16. Outras responsabilidades

Mil USD	2016	2015
Outras responsabilidades		
Outras contas pagáveis	7.695	4.832
Impostos retidos a pagar	47	12
Provisão para a conta de serviço prolongado	79	222
Letras de crédito	-	675
Contas operacionais	678	32
Total	8.499	5.773

17. Capital e reservas

O capital do Banco é de 55.000.000 USD (2015 – 50.000.000 USD).

As seguintes reservas são estabelecidas pelo artigo 10.º n.º 1 da Lei Orgânica do Banco Central:

- a) Uma quantia equivalente a 50 por cento dos ganhos é creditada na conta de reserva geral, até que o capital e a reserva geral representem 10 por cento do total de ativos financeiros do Banco;

- b) Uma parte dos ganhos restantes pode, sob proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Governo, ser creditada nas contas de reserva especiais estabelecidas nos termos do n.º 4 do artigo 8.º, até que as contas de reserva atinjam um montante que o Conselho de Administração considere adequado;
- c) Depois de deduzidas as quantias referidas nas alíneas a) e b), os lucros restantes são utilizados para amortizar os títulos emitidos pelo Banco, sendo o remanescente transferido para o Tesouro e inscrito como receita no Orçamento Geral do Estado.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 não havia responsabilidades contingentes.

19. Rendimento líquido sob a forma de juros

Mil USD	2016	2015
Rendimento de juros de ativos financeiros		
Juros de depósitos em outros bancos centrais	644	146
Juros de investimentos negociáveis	-	58
Juros de depósitos em bancos no país	810	969
Total do rendimento em juros	1.454	1.173
Juros pagos às responsabilidades financeiras		
Juros pagos aos depósitos do Governo	34	22
Juros pagos aos depósitos de bancos comerciais	0	1
Total das despesas em juros	34	23

20. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas

Mil USD	2016	2015
Taxas e de Comissões		
Taxas por levantamento de notas/moedas	20	20
Taxas de licenciamento e supervisão	164	114
Taxas de gestão da conta do Governo	500	500
Total das taxas e comissões	684	634

21. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

Em conformidade com as disposições da Lei do Fundo Petrolífero (Lei n.º 9/2005, conforme alterada) o Banco tem o direito de cobrar uma taxa de administração para a gestão operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que representa, sob um critério de razoabilidade, o custo de gestão do Fundo Petrolífero. O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro 2016 (não audita-do) foi de 15.844 milhões USD.

O Ministério das Finanças acordou, para cobrir a taxa de administração interna, em 4 pontos base numa base anual. A taxa de administração representou 10,0 pontos base ou 13.329 mil USD (2015 – 10,0 pontos base) medidos em relação ao saldo médio dos fundos administrados durante o ano. A taxa de administração para os serviços de custódia, gestores externos e Comité Assessoria para o Investimento é diretamente deduzida do fundo com o montante de 8.380 mil USD ou 56% do custo total. As taxas de administração deduzidas para a gestão operacional interna do fundo foram de 4.949 mil USD ou 33% do custo. No quadro infra detalham-se os rendimentos com a administração do fundo petrolífero.

Mil USD	2016	2015
Total Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	13.329	14.436
Custo gestores externos e serviços de custódia	(8.217)	(9.045)
Custo Comité Assessoria para o Investimento	(163)	(197)
Receitas líquidas de comissão	4.949	5.194

Os custos com a gestão do operacional interna do BCTL encontram-se detalhados no quadro seguinte.

Mil USD	2016	2015
Salário, capacitação e outros custos com pessoal	1.125	542
Serviços de IT, sistemas e dados	1.101	696
Pesquisa, consultoria e honorários de serviços jurídicos	1.048	746
Custos comuns alocados ao BCTL	1.606	2.956
Outro custos	69	254
Custos de gestão operacional interna do BCTL	4.949	5.194

22. Despesas com o pessoal

Mil USD	2016	2015
Despesas com o pessoal		
Salários e outras remunerações equivalentes	1.333	1.303
Prestações sociais	90	45
Despesas com a formação do pessoal	201	164
Representação em conferências e similares	194	158
Total das despesas com o pessoal	1.818	1.670

23. Despesas de administração

Mil USD	2016	2015
Despesas de administração		
Outras despesas do conselho da administração	0	20
Despesas de manutenção dos ativos	27	32
Comunicações	76	38
Sistemas de Informação	1.061	885
Seguros	0	0
Despesas gerais	126	259
Despesas de expediente	254	164
Comissões a profissionais	1.103	772
Outros despesas de administração	159	132
Total das despesas de administração	2.806	2.302

24. Fundo Petrolífero de Timor-Leste

O Banco é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme disposto na Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto (Lei do Fundo Petrolífero), conforme alterada e no Anovo cordo de Administração Operacional assinado entre o Banco e o Ministério das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos e contratuais, o Banco estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pelo Banco, em seu próprio nome e no junto da Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos relativos a receitas de petróleo.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efectuados em nome do Banco.

3. O Banco não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência do Banco ou dos seus funcionários.

Tomando em consideração as normas estabelecidas pelos padrões internacionais de contabilidade, os ativos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço do Banco.

Os ativos e passivos do Fundo Petrolífero a 31 de dezembro de 2016 eram como segue:

Mil USD	2016	2015
Ativos do Fundo Petrolífero		
Dinheiro e depósitos	108.617	137.642
Outros valores recebíveis	28.001	60.104
Ativos financeiros ao valor de mercado	15.715.874	16.039.624
MENOS: títulos com compra pendente	(8.165)	(15.893)
Total dos ativos	15.844.327	16.221.477
Capital	15.844.327	16.221.477

Nota: Balancete do Fundo Petrolífero não é auditado

25. Partes relacionadas

Controlador em última instância

O capital do Banco é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. O Banco encontra-se legalmente estabelecido como entidade pública distinta e autónoma, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património própria. O Artigo 3.º n.º 2 da Lei Orgânica do Banco Central dá a este completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o Governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco inclui três membros executivos, cujas remunerações, determinadas pelo Governo através do decreto do Governo n.º 3/2015 de 21 de janeiro, são as seguintes:

Mil USD	2016	2015
Compensação dos membros executivos		
Compensação dos membros do conselho (incluída nas despesas com o pessoal)	258	258
Total	258	258

Membros não-executivos

O Conselho de Administração compreende ainda quatro membros não-executivos, que não se incluem no quadro dos elementos-chave de gestão do Banco, cuja remuneração é a seguinte:

Mil USD	2016	2015
Compensação do membro não-executivo		
Subsídio de presença (incluído nas despesas de administração)	62	20
Total	62	20

Pessoal de topo da Administração

A administração do Banco é exercida por um Comité de Gestão que inclui os três membros de categoria profissional mais elevada.

Mil USD	2016	2015
Remunerações da Administração		
Benefícios de curto prazo (remunerações) (incluídos nas despesas com o pessoal)	87	65
Benefícios de longo prazo (incluídos nas despesas com o pessoal)	-	5
Total	87	70

Entidades relacionadas com o Governo da RDTL

O Banco presta serviços bancários numa base de relação estreita com o Ministério das Finanças e a outras entidades públicas que estão isentas dos requisitos de informação constantes do parágrafo 18 da IAS 24 "Informação sobre entidades relacionadas" relativamente às transações com elas e os balanços resultantes, incluindo compromissos assumidos. A natureza e quantidade de cada transação individualmente significativas com entidades governamentais relacionadas são divulgadas em Notas 13,15,22 e 25.

26. Autorização de publicação da Declarações Financeiras

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste em 28 de Março de 2017.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

(Este Relatório é uma tradução livre da versão original inglesa para a língua portuguesa. Em caso de dúvida ou interpretação errada prevalece a versão inglesa)

PARA OS ÓRGÃOS DE GOVERNAÇÃO DO BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do **Banco Central de Timor – Leste** (o “Banco”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016, e as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como as Notas 1 a 26 compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e os requisitos da Lei n.º 5/2011 do Banco Central.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras” deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Timor-Leste, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades dos Órgãos de Governação

Os Órgãos de Governação do Banco são responsáveis pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e a Lei n.º 5/2011 do Banco Central e pelo controlo interno que os Órgãos de Governação determinem ser necessários para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os Órgãos de Governação são responsáveis por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os Órgãos de Governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança

mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

KPMG

Dili, Timor-Leste

Clive Garland

28 March 2017

Notas



Banco Central de Timor-Leste

Avenida Xavier do Amaral

No. 09 P.O Box 59

Posto Administrativo Nain Feto

Suco Gricenfor, Aldeia Formosa

Dili, Timor-Leste

info@bancocentral.tl

www.bancocentral.tl